



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



**UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – URCA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA – REDE
PROFHISTÓRIA**

**A LITERATURA COMO LINGUAGEM E FONTE PARA O ENSINO DE
HISTÓRIA: AS CRÔNICAS DE LIMA BARRETO E AS POSSIBILIDADES
PARA SE ENSINAR HISTÓRIA**

José Diego Azevedo Cabral

CRATO – CE

2020

JOSÉ DIEGO AZEVEDO CABRAL

**A LITERATURA COMO LINGUAGEM E FONTE PARA O ENSINO DE
HISTÓRIA: AS CRÔNICAS DE LIMA BARRETO E AS POSSIBILIDADES
PARA SE ENSINAR HISTÓRIA.**

CENTRO DE HUMANIDADES

MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA

Dissertação apresentada ao Programa do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) - URCA, na Linha de pesquisa Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Prof^a Dr^a Paula Cristiane de Lyra Santos

CRATO - CE

2020

JOSÉ DIEGO AZEVEDO CABRAL

A LITERATURA COMO LINGUAGEM E FONTE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA: AS CRÔNICAS DE LIMA BARRETO E AS POSSIBILIDADES PARA SE ENSINAR HISTÓRIA.

Dissertação apresentada à Universidade Regional do Cariri – URCA, como parte das exigências do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Paula Cristiane de Lyra Santos

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profª Dra: Paula Cristiane de Lyra Santos (orientadora)

Pof Dr.Thiago de Abreu e Lima Florêncio (Membro interno)

Profª Dra: Marinal Vilar de Lima, UFCG (Membro externo)

AGRADECIMENTOS

A Deus em primeiro lugar, pelo dom da vida e por sua providência em minha história.

Agradeço aos meus pais (Célia Azevedo Cabral e José Rubens Figueiredo Cabral) pelo apoio incondicional e por acreditarem em mim. Agradeço também por tudo que fizeram na minha vida até os dias de hoje. Aos meus irmãos por todo o companheirismo e carinho.

A minha namorada, Élide Maria do Nascimento, por seu grande apoio durante todo esse mestrado, sempre me tratando com muito amor e cuidado.

A minha orientadora, Paula Cristiane de Lyra Santos, pelas orientações e sugestões durante a pesquisa.

A Arleilma Ferreira de Sousa, pela sua amizade desde o primeiro dia da graduação até os dias de hoje.

A Francisco de Assis Brito, por sua amizade há vários anos e por todas as nossas boas conversas que já tivemos e ainda vamos ter.

A Risoleta Garcia Custódio, que mais que uma colega de trabalho se tornou uma amiga.

A Karla Jaqueline do Nascimento, pela ajuda com a parte dos gráficos. Muito obrigado.

Agradeço também a excelente turma do mestrado com quem convivi durante dois anos. Foi muito bom estar com vocês. Quero fazer um agradecimento especial a Ieda Mayara Santana, pela sua amizade nesse tempo de estudo.

Um agradecimento a todos que fazem parte da E.E.M Amália Xavier, por todo o incentivo para que seus professores se qualifiquem cada vez mais.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida, foi um grande auxílio no desenvolvimento deste estudo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História ProfHistória/URCA, pela feliz oportunidade de formação acadêmica na Urca, lugar pelo qual nutro um grande carinho desde os tempos de graduação.

RESUMO

Essa dissertação tem como um dos seus objetivos discutir o uso da Literatura como fonte e linguagem para o Ensino de História no Ensino Básico. Tomando como autor Lima Barreto, vamos analisar algumas de suas crônicas que lidam com as reformas urbanas desenvolvidas no Rio de Janeiro durante a Primeira República, e as consequências destas para as camadas mais pobres do Rio de Janeiro. A presente dissertação é dividida em três partes, sendo que no primeiro capítulo analisamos a vida de Lima Barreto, com o objetivo de contextualizar sua obra que é profundamente influenciada pelos acontecimentos da sua vida. Em um segundo momento, fizemos uma discussão teórica sobre a crônica enquanto gênero literário, mostrando suas características e peculiaridades. Analisamos também algumas crônicas barreteanas sobre a questão urbana no Rio de Janeiro. E por fim, no último capítulo, analisamos a aplicação das oficinas no Ensino Médio a partir da metodologia Aula Oficina de Isabel Barca (2004), buscando entender como foi sendo construída a literacia histórica exposta em Peter Lee (2006) e Millian (2015) entre os alunos.

PALAVRAS-CHAVES: Ensino de História. Literatura. Lima Barreto. Metodologia de aula-Oficina.

ABSTRACT

This master's degree dissertation intends to discuss the use of Literature as a source and language for the Teaching of History in Basic Education. Taking Lima Barreto as an author, we will analyze some of his chronicles that deal with the urban reforms developed in Rio Janeiro during the First Republic Period and their consequences for the poorest people of Rio. This dissertation is divided in three parts, being that in the first chapter we will analyze the life of Lima Barreto, in order to contextualize his work of writer, which is deeply influenced by the events of his life. Then, we will make a theoretical discussion about the chronicle as a literary genre, demonstrating its characteristics and peculiarities. We will also analyze Barretian chronicles about the urban issue in Rio de Janeiro. Finally, in the last chapter, we will analyze the application of the workshops in High School Level using the Class/Workshop methodology of Isabel Barca(2004), trying to understand how the historical literacy exposed in Peter Lee(2006) and Millian(2015) was built among students.

KEYWORDS: History Teaching, Literature, Lima Barreto, Class/Workshop methodology.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -Respostas sobre as principais obras literárias conhecidas pelos alunos 88

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Respostas da questão 1 sobre a crônica Queixa de Defunto	97
Gráfico 2 - Respostas da questão 2 sobre a crônica Queixa de Defunto	99
Gráfico 3 - Respostas da questão 3 sobre a crônica Queixa de Defunto	102
Gráfico 4 - Respostas da questão 4 sobre a crônica Queixa de Defunto	104
Gráfico 5 - Respostas da questão 5 sobre a crônica Queixa de Defunto	107
Gráfico 6 - Respostas da questão 1 sobre a crônica Megalomania	110
Gráfico 7 - Respostas da questão 2 sobre a crônica Megalomania	112
Gráfico 8 - Respostas da questão 3 sobre a crônica Megalomania	114

SÚMARIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 01 – UM ESCRITOR MILITANTE NA PRIMEIRA REPÚBLICA	15
1.1 A Transição do Império para a Primeira República	15
1.1.1 A Questão Militar	16
1.1.2 A Questão Religiosa	17
1.1.3 A Questão Escravista	18
1.2 O Rio de Janeiro na Primeira República	20
1.3 A vida de um escritor mulato na nascente república	23
1.4 Lima Barreto na Politécnica: um caminho para ser doutor na Primeira República.....	27
1.5 Lima como funcionário público e suas primeiras obras literárias	29
1.6 A Literatura Militante de Lima Barreto: um projeto de vida	31
1.7 A vida boêmia e o alcoolismo	38
1.8 Aposentado do Ministério da Guerra e seus escritos posteriores	40
CAPÍTULO 02 A LITERATURA DE LIMA BARRETO E O ENSINO DE HISTÓRIA	44
2.1 Clio e Calíope se encontram	44
2.2 A crônica e suas características gerais	48
2.3 A crônica de Lima Barreto nas aulas de História	50
2.4 As reformas urbanas no Rio de Janeiro na visão de Lima Barreto	53
2.4.1 As transformações urbanas no Rio de Janeiro	55
CAPÍTULO 03 O ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E METODOLÓGICA	66
3.1 O início do Ensino de História no Brasil	66
3.2 O Ensino de História no secundário	71
3.3 Aula Oficina: concepção teórica	80

3.3.1 A Aula Oficina e as transformações urbanas cariocas em Lima Barreto: relato de uma experiência	83
3.3.2 O desenvolvimento da Oficina e seus resultados: os conhecimentos prévios dos alunos	85
3.3.3 Apresentação dos resultados coletados na ficha de inscrição	86
3.3.4 Análise das crônicas	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
FONTES DE PESQUISA	118
BIBLIOGRAFIA	119
APÊNDICES	121

INTRODUÇÃO

A presente dissertação é resultado de uma pesquisa desenvolvida durante o período de dois anos no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino de História –PROFHISTÓRIA, voltado exclusivamente para professores que estejam em sala de aula, seja no campo da escola particular ou na pública, uma vez que o mestrado tem como objetivo aprofundar, melhorar e expandir a prática docente em sala de aula.

É comum com o passar dos anos, o professor recém graduado e imerso no mercado de trabalho na área para o qual foi formado, ver-se diante de inúmeras demandas que superam em muitos casos a sua formação na graduação. Além de lecionar a sua disciplina, inúmeras outras atividades tomam seu tempo. Provas para elaborar e corrigir, reunião de pais, reunião com a equipe pedagógica da escola, conflitos com e entre os alunos que demandam a sua atenção e solução, deixando o professor muitas vezes com uma enorme carga de responsabilidade e pouco tempo para pensar teoricamente a sua prática em sala de aula. Some-se a isso aos trabalhos levados para a sua residência, não é de se estranhar que com o passar dos anos a rotina tome conta do professor e de suas aulas, tornando-as muitas vezes repetitivas e pouco inovadoras. Diante desse cenário, um mestrado voltado especificamente para a prática docente é uma grande oportunidade para o professor entrar em contato com uma nova bibliografia, desenvolver novas pesquisas, ou aprofundar as que já fez ou vem fazendo, tendo ainda a sua prática para unir a teoria.

Essa pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de unir a História e a Literatura e pensar como elas poderiam contribuir para a aprendizagem histórica. Tendo a Literatura com linguagem e fonte para a nossa prática docente, o nosso trabalho se inseriu na linha de pesquisa *Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão* que acolhe pesquisas que buscam refletir sobre a questão da linguagem e da narrativa histórica a partir de vários suportes como a Literatura, Cinema, Fotografia, Imagens, Mapas, Programa de Televisão e outros, objetivando entre outras coisas que a pesquisa gere um *produto* para ser aplicado em sala de aula durante a pesquisa ou mesmo posteriormente.

Percebendo em sala de aula que a Literatura muitas vezes ajudava a formar o pensamento histórico dos alunos, em conversas informais com eles durante as aulas fomos entendendo que em alguns casos seu conhecimento sobre determinado período ou acontecimento histórico era oriundo dos contatos com textos literários em aulas de Língua

Portuguesa ou por iniciativa própria, vimo-nos diante de um rico campo de pesquisa e aplicabilidade em sala. Inteirados dos desafios de se trabalhar com tal linguagem, mas cientes de sua fecundidade, buscamos na obra de Lima Barreto nosso caminho de pesquisa. Autor negro (em um país recém-saído da escravidão) com vasta produção intelectual, Barreto desenvolveu uma Literatura de cunho militante e profundamente pessoal que não se furtava em se envolver com os problemas que assolavam a sua amada Rio de Janeiro no início da recém proclamada República.

Em sala de aula, no contato com os alunos do terceiro ano do Ensino Médio, fomos percebendo um certo conhecimento do nosso autor, mas quase sempre se limitando a sua obra mais famosa *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*, sendo praticamente desconhecida sua produção de contos e mais ainda as inúmeras crônicas escritas e publicadas nos jornais do Rio. Sendo assim essa produção nos despertou a atenção para um maior aprofundamento, levando também em conta o fato de a crônica ser um gênero literário ligado intimamente ao cotidiano e a extensão do mesmo, geralmente textos curtos com duas ou três páginas, o que tornava viável utilizá-la em sala de aula e na forma de oficinas aplicadas no contraturno.

Dividimos a nossa dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *Um escritor militante na Primeira República*, buscamos contextualizar a obra barreteana dissertando sobre ao processo de queda da Monarquia Brasileira (1822-1889) e o início da Primeira República (1889-1930), expondo as motivações que levaram a essa transição de poder político, que gerou nas camadas populares um misto de perplexidade e esperança. Parecia que agora com um regime político que se dizia voltado para a vontade do povo e o bem comum, (o termo república vem do latim *res pública*, que significa coisa pública, assunto público), as camadas populares experimentariam alguma ascensão social. As esperanças não duraram muito, uma série de casos de corrupção, atos violentos e um distanciamento dos presidentes da vontade popular jogou por terra qualquer esperança de mudança estrutural. Se por um lado, não houve mudanças estruturais no Brasil, é visível que alguns membros de camadas mais pobres, conseguiram alguma ascensão social através da educação.

Lima Barreto e seus pais foram um claro exemplo de brasileiros com presença de antepassados escravizados na árvore genealógica que conseguiram por meio da educação e do trabalho um lugar econômico e social melhor do que a maioria dos seus contemporâneos pobres. Foi abordado como essa educação possibilitou a Lima Barreto tornar-se alfabetizado, cursar durante um certo tempo o Ensino Superior e ser aprovado em concurso público, uma situação

atípica para uma pessoa vinda do subúrbio carioca em um país povoado por uma população analfabeta relegada a trabalhos subalternos e de baixa remuneração, para não falar de setores totalmente excluídos do mercado de trabalho formal. Nesse capítulo, além de artigos e livros sobre aspectos diversos da obra de Lima, foi de fundamental importância a clássica biografia de Francisco de Assis Barbosa publicada na década de 50 do século XX, dando novo fôlego a obra de Lima que estava “esquecida” pelos editores desde a sua morte em 1922. Outra obra de peso foi a nova biografia escrita pela antropóloga e historiadora Lilia Moritz Swhwarcz lançada no ano de 2017.

Foi desenvolvida nesse capítulo, que pode ser considerada uma das partes mais importantes dele, a visão de Lima Barreto sobre a Literatura e sua função social. Partindo das suas leituras de autores franceses e russos, Lima defendia que a Literatura deveria ser militante sem descuidar dos aspectos estéticos, tornando-se um caminho para a construção de um sentimento mais profundo de pertencimento humano, indo além dos preconceitos do seu tempo, construindo uma visão mais crítica e acurada do meio em que vive.

No segundo capítulo, *A Literatura de Lima Barreto e o Ensino de História*, discorreremos sobre a crônica do ponto de vista teórico, tendo como fundamentação principal o crítico literário Antônio Cândido e a historiadora Sandra Jatahy Pesavento. Apresentamos a crônica com um gênero carregado de possibilidades para sua utilização como fonte histórica em sala de aula, ajudando o aluno a enxergar o texto como um vestígio do passado que vai possibilitar a construção do seu saber histórico, tocando em dimensões do aluno que em alguns momentos o discurso científico não toca devido as características da sua linguagem. O texto literário abre as portas para o contato com as sensibilidades de um outro tempo, seja do autor do texto, seja dos personagens que fazem parte dessa produção.

No desenvolvimento do capítulo analisamos algumas crônicas que trabalham as consequências da reforma urbana levada a cabo pelos sucessivos prefeitos cariocas durante as primeiras décadas do século XX. Essas reformas trouxeram uma série de consequências positivas e negativas para a cidade, atingindo de forma diferente os vários grupos sociais que habitavam a capital do Brasil. Enquanto o discurso oficial era baseado na apologia de tais reformas que elevariam a cidade do Rio para um nível mais alto de civilidade, Lima Barreto mostra o outro lado das transformações que atingiram negativamente inúmeras pessoas, que sofreram as consequências das mesmas, pela falta de atenção dos governantes a nível municipal e federal.

No último capítulo, capítulo 3, buscamos trabalhar a História do Ensino de História no Brasil, mostrando que a nossa disciplina tem um rico caminho de embates com inúmeros governos e projetos pedagógicos, até se consolidar como um campo de saber com identidade e autonomia próprias. Percorremos os primórdios do Ensino de História no Brasil com os jesuítas, quando a História dita profana era deixada de lado e a História sagrada era ensinado aos catecúmenos. Ao longo da nossa história, a disciplina sofrerá inúmeras transformações até atingir uma maior especialização com a criação dos cursos de graduação em licenciatura e bacharelado ao longo do século XX.

Na segunda parte desse capítulo, expusemos nosso produto, resultado da aplicação da nossa pesquisa como turmas de Ensino Médio de um colégio público da nossa cidade Juazeiro do Norte - CE. O modelo de Aula Oficina proposto por Barca (2004) e o conceito de literacia histórica desenvolvido em Millian (2014) serão norteadores em nossas oficinas, que não visarão trabalhar as crônicas de uma forma meramente expositiva, mas objetiva levar os alunos a debates, reflexões e a construção da autonomia do seu pensamento histórico.

Na conclusão apresentamos os resultados da nossa pesquisa, mostrando os objetivos que foram atingidos e nos apêndices poderá ser visto o modelo das oficinas que foram aplicadas, que podem ser adaptadas para a realidade do professor que desejar utilizá-las com suas turmas. Essa aplicação tanto pode se dar com a mesma temática ou outra que seja importante para o grupo em questão.

CAPÍTULO 01 – UM ESCRITOR MILITANTE NA PRIMEIRA REPÚBLICA

O escritor Lima Barreto produziu durante a sua vida uma vigorosa obra literária utilizando-se de vários gêneros literários para desenvolver a sua produção que trata de temas diversos, tendo a realidade brasileira sido analisada criticamente em seus contos, romances, crônicas e textos jornalísticos. Criticado durante a vida, Lima enfrentou uma série de oposições de nomes famosos no mundo das letras do Rio de Janeiro, sempre enfrentando os adversários com uma pena ágil, irônica e crítica. Entre os críticos, encontravam-se intelectuais de renome como Coelho Neto¹ e João do Rio², dois destacados escritores cariocas que frequentavam o disputado e fechado mundo da literatura da capital do Brasil no fim do século XIX e início do XX.

Nesse capítulo, começamos a contextualizar o período histórico em que a vida e obra de Lima Barreto se desenrolou, mostrando como sua produção dialoga com esse. Utilizamos também as produções literárias do referido escritor que apresentam forte caráter autobiográfico, tais como: *O Diário Íntimo e a Correspondência Ativa e Passiva*.

1.1 A transição do Império para a Primeira República

Em novembro de 1889, a relação entre o governo imperial e o exército brasileiro estava deteriorada por um desgaste que já durava décadas. A monarquia estava fraca e quase sem apoio. O fim da escravidão foi o golpe de morte que faltava ao governo de D. Pedro II e a justificativa da elite cafeeira para aderir ao movimento republicano. O movimento por uma república no Brasil já era antigo. Desde os tempos coloniais que ações contra Portugal já

¹ 1864-1934 – Escritor, cronista, folclorista, crítico literário, político e professor. Membro fundador da cadeira número dois da Academia Brasileira de Letras (ABL). Notório desafeto pessoal e literário de Lima Barreto, sendo criticado por Lima em várias de suas crônicas que o acusavam de escrever de forma incompreensível, desligado de uma análise da realidade social carioca, estando preocupado apenas com as questões estéticas da literatura nos moldes dos antigos gregos. Pesquisado em: <http://www.academia.org.br/academicos/coelho-neto/biografia> Acesso em: 20 de dezembro de 2019.

² 1881-1921 – Pseudônimo do escritor João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto. João do Rio foi um escritor de sucesso, chegando a integrar a ABL na cadeira de número 26 a partir do ano de 1910 e autor de vasta obra sobre a cidade do Rio de Janeiro. Entre as suas obras mais famosas encontra-se *A Encantadora Alma das Ruas* e *As Religiões do Rio*. Enfrentou a forte crítica de Lima Barreto que o representou com forte deboche na obra *Recordações do Escrivão Isaias Caminha* como o personagem Raul de Gusmão. Pesquisado em: <http://www.academia.org.br/academicos/paulo-barreto-pseudonimo-joao-do-rio/biografia> Acesso em: 20 de dezembro de 2019.

reivindicavam um governo de caráter republicano, porém eram movimentos localizados em alguns lugares da colônia, sendo debelados de forma violenta pela Metrópole.

Durante o Período Regencial (1831-1840), movimentos republicanos varreram as terras do Império e só foram debelados a muito custo e violência. Sendo assim, falar em República no Brasil não era novidade, estávamos cercados por países que aderiram ao sistema republicano logo após a independência do jugo espanhol.

1.1.1. A Questão Militar

A relação entre exército brasileiro e governo imperial sofre profundas mudanças a partir da Guerra do Paraguai (1865-1870). Durante cinco anos, Brasil, Uruguai e Argentina (Tríplice Aliança) se uniram contra o presidente paraguaio Solano López que buscava aumentar o seu poder político e territorial invadindo territórios disputados. No decorrer da guerra, a população paraguaia foi sendo sistematicamente perdida nos conflitos, apesar das primeiras vitórias, o exército do Paraguai não conseguiu vencer as tropas da Tríplice Aliança, que ainda contavam com o apoio econômico da Inglaterra.³

Ao fim da guerra, o exército brasileiro sai fortalecido, crescendo sua influência na sociedade e aderindo a novas ideias, entre elas as ideias republicanas. Segundo o historiador Boris Fausto:

O Brasil terminou a guerra mais endividado com a Inglaterra, tendo sido restauradas as relações diplomáticas entre os dois países no início das hostilidades. Mas a maior consequência do conflito foi a afirmação do Exército como uma instituição com fisionomia e objetivos próprios. Entre outros pontos, as queixas contra o governo do Império, que vinham de longe, ganharam outra expressão. Afinal de contas, o Exército sustentara a luta na frente de batalha, com seus erros e acertos. Enquanto isso, as elites civis (...) haviam ficado a salvo e em certos casos enriquecidos com os negócios de fornecimento para a tropa. (FAUSTO, 2010, p. 121).

Entre as várias correntes republicanas, o Exército aderiu de forma bastante clara a corrente positivista. Oriundas do pensamento do filósofo Augusto Conte⁴, o positivismo

³ De acordo com o historiador Boris Fausto: “O Brasil terminou a guerra mais endividado com a Inglaterra, tendo sido restauradas as relações diplomáticas entre dois países no início das hostilidades. In: FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2010, p.121.

⁴ 1798 – 1857 - Filósofo francês, defensor da filosofia positiva. Sua filosofia influenciou vários pensadores ligados à vida militar na América Latina. Pesquisado em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/auguste-comte.htm> Acesso em: 20 dezembro de 2019.

brasileiro defendia um projeto de modernização conservadora, centrada na ação do Estado, no combate aos políticos tradicionais, sendo absorvida pelos militares nos pontos que se afinavam com seus interesses mais imediatos.

1.1.2. A Questão Religiosa

A influência da Igreja Católica no Brasil está fortemente impregnada em quase todas as dimensões da sociedade: economia, produção cultural, educação, costumes e moral. Dessa forma, a política não ficaria de fora. Durante o Período Colonial (1500-1822), a atuação política dos membros do clero foi visível. Os jesuítas, braço forte da Igreja no combate as heresias e ao protestantismo, exerceram profunda ação política na colônia. Como educadores e evangelizadores, eles participaram ativamente no processo de conquista das populações locais, já encontradas no momento da invasão portuguesa.

Durante o Império, embora sujeita ao regime de Padroado Régio, que colocava a Igreja em uma situação de subordinação ao governo imperial, a Igreja era altamente influente. Muitos padres se envolviam com política ocupando cargos em várias instâncias de poder. Com o objetivo de combater essa participação religiosa na política (muitos desses padres eram formados no famoso seminário de Olinda, conhecido por ser fortemente influenciado pelas ideias iluministas em seu processo formativo), D. Pedro II buscou promover bispos conservadores ligados ao ultramontanismo. Segundo Mary Del Priore, “Tal seguimento reunia correntes eclesiásticas que primavam pelo conservadorismo, pelo afastamento do clero das atividades partidárias e por uma defesa intransigente dos pontos de vista da Santa Sé – dizia-se que eles eram ‘mais papistas que o papa’”. (PRIORE, 2016, p. 214).

Os bispos ultramontanos passaram a partir desse momento a renovar as estruturas da Igreja, combatendo o que consideravam a má formação clerical, a desobediência ao celibato, a participação política do clero e advogando uma rígida formação moral dos religiosos de acordo com as normas de Roma. Com o tempo, embora sujeitos ao Padroado Régio, os bispos não pouparam críticas ao Império, em especial a maçonaria, atingindo assim vários membros importantes do governo, incluindo aí o próprio Imperador. Como reação às críticas recebidas, D. Pedro II ordenou a prisão de dois bispos que se destacavam nos combates: Dom Frei Vital

Maria⁵ (Bispo de Olinda) e Dom Macêdo Costa⁶ (Bispo de Belém). A prisão dos bispos gerou forte comoção popular e protesto da igreja no Brasil, azedando as relações da Igreja com o Império. Dessa forma, mesmo não concordando com muitas ideias do republicanismo (Estado Laico, casamento civil), a alta cúpula eclesiástica passou a partir dos seus sermões, pregações, no sacramento da reconciliação a desferir fortes críticas ao governo imperial.

1.1.3. A Questão Escravista

A escravidão no Brasil e seu fim foram marcados por polêmicas entre os vários setores da sociedade. O século XIX foi palco de inúmeras disputas entre abolicionistas e defensores do regime escravista. Os fazendeiros ligados à produção cafeeira defendiam a ferro e fogo o sistema escravista, e a manutenção da mão de obra que garantia sua riqueza e influência social. Os críticos da escravidão manifestavam-se principalmente na forma de pasquins, jornais populares de baixa tiragem e duração, que criticavam a situação de exploração vivida pelas camadas mais pobres da população brasileira e entre elas os escravizados.

A luta contra a escravidão e sua abolição foi marcada por um processo lento, uma vez que o governo defendia uma abolição lenta, segura e gradual, evitando assim uma possível revolução dos escravos, como a que aconteceu no Haiti em 1791. O fim da escravidão no Brasil está ligado também à pressão da Inglaterra ao longo do século XIX para pôr fim a esse tipo de trabalho. Capitalista, industrializada e antiescravista, os ingleses passaram a criticar fortemente a escravidão ao redor do mundo, tendo como objetivo a expansão do trabalho assalariado e a industrialização para outras nações. O Brasil como aliado econômico dos ingleses dependia de suas indústrias para ter acesso a uma série de produtos consumidos por aqui. A proibição do tráfico de escravos pela Inglaterra ganhou força com a lei de 1831 que enfrentou pesadas críticas dos defensores da escravidão no Brasil. Segundo Viotti: “A pressão veio da Inglaterra que, depois que o Parlamento inglês abolira o tráfico de escravos em suas colônias (1807), tornou-

⁵ Antônio Gonçalves de Oliveira Júnior. Nasceu em Pernambuco em 21 de novembro de 1844 e morreu em 04 de julho de 1878 em Paris. Está em processo de Beatificação e Canonização. Pesquisado em: <http://www.domvitaldeoliveira.org/biografia/> Acesso em: 20 de dezembro de 2019.

⁶ Antônio de Macêdo Costa. Nasceu em Maragogipe em 07 de agosto de 1830 e morreu em Barbacena no dia 20 de março de 1891. Pesquisado em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=14121> Acesso em: 20 de dezembro de 2019.

se paladina da emancipação e passou a perseguir os negreiros em alto mar”. (VIOTTI, 2010, p.24).

Dessa forma, em 1850, foi assinada a *Lei Eusébio de Queiroz*, que definiu penas mais severas para os traficantes de escravos, ajudando assim a colocar um fim oficial na compra e venda de escravos. Porém, é importante frisar que a lei foi colocada em prática aos poucos e enfrentou muita oposição dos traficantes, e não aboliu a compra e venda interna entre as províncias que continuou a todo vapor durante toda a monarquia.

Em 1871 foi assinada a *Lei do Ventre Livre*, que libertava os filhos dos escravos nascidos após a data da promulgação da lei. No mesmo ano da assinatura da lei, as lutas no Parlamento em relação à emancipação dos escravos encontravam basicamente três posturas: os que eram a favor da lei, pois não viam os escravos como propriedade, visto que eram seres humanos, devendo ser substituídos pela mão-de-obra dos imigrantes; os que eram contra alegavam que a lei era um atentado contra a propriedade privada dos senhores e que o Estado não deveria de forma alguma adentrar no terreno da propriedade privada; um terceiro grupo com um discurso mais radical defendia a abolição completa.

A Lei Saraiva-Cotegipe foi um passo a mais para fim da escravidão. Parte considerável da população ajudava os abolicionistas. Homens como Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, André Rebouças e Luís Gama dedicavam suas vidas na luta pelo fim do sistema escravista. As fugas se tornaram cada vez mais comuns e difíceis de conter no decorrer da década, donos de escravos eram atacados constantemente pela população em geral e, muitas vezes, não encontravam mais apoio na força policial que outrora caçava os escravos.

O sistema de castigos passou a ser denunciado, o próprio sistema escravista encontrou críticos em várias áreas da sociedade brasileira, ou seja, o regime escravista perdeu legitimidade. Após anos de pressão, idas e vindas em relação à libertação total dos escravos, no dia 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel assinou a *Lei Áurea*, pondo fim de forma oficial a escravidão que durou mais de três séculos. Nas palavras do presidente da província de São Paulo a lei veio “selar um fato consumado”.

Em 1889 a elite cafeeira entrou em peso no movimento republicano. A abolição sem indenização indignou os cafeicultores que se viam usurpados pelo governo imperial no seu direito de posse dos escravos. Não satisfeitos por séculos de exploração de mão de obra negra ainda queriam receber pelos escravos que estavam perdendo após a assinatura da Lei Áurea (1888).

Com a adesão da elite branca do Brasil, a República já começava moderada e ideologicamente conservadora, a ponto de o povo ficar totalmente excluído da Proclamação da República. Em 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca decreta a prisão do chefe do gabinete imperial e presidente do Conselho de Estado o visconde de Ouro Preto. A agitação do exército toma conta das ruas, é proclamado o fim da monarquia e o início da República. Dois dias depois, um D. Pedro II cansado e envelhecido embarca com sua família para a França. Começa aí o exílio da família monárquica e um novo regime político toma conta do Brasil com promessas de prosperidade e crescimento econômico para a população brasileira, em suma promessas de uma *Belle Époque*.

1.2. O Rio de Janeiro na Primeira República

A falta de participação popular no processo de proclamação da República no Brasil chamou a atenção dos historiadores que posteriormente vieram estudar esse período da nossa história. Isso não significa dizer que já na época da transição essa ausência de participação popular no meio das transformações políticas tenha passado despercebidas em alguns contemporâneos.

O jornalista Aristide Lobo⁷ cunhou a frase que se tornou clássica nos estudos sobre esse período. De acordo com o jornalista, as massas cariocas estavam alienadas das movimentações republicanas naquele 15 de novembro de 1889: “O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada” (LOBO, 1889). A queda da Monarquia brasileira aconteceu sem nenhuma resistência significativa, destoando por exemplo da França, que durante a Revolução Francesa (1789) chegou a guilhotinar o Rei Luís XVI⁸ e boa parte da elite monárquica francesa.

⁷ 1838-1896 – Jurista, filósofo, jornalista e político republicano. Considerado um dos membros fundadores da República no Brasil. Ficou célebre por mostrar em seus artigos de jornal a quase total ausência do povo nas manifestações contrárias a Monarquia derrubada em 1889. Pesquisado em: <https://imagensehistoria.wordpress.com/tema-1-republica-velha/carta-de-aristides-lobo/> Acesso em: 20 de dezembro de 2019.

⁸ 1754-1793 – Rei da França deposto em 1792. Foi julgado por traição ao povo francês e condenado à morte na guilhotina. A pena foi aplicada diante do povo enfurecido reunido na “Place de la Révolution” (depois Praça da Concórdia), em Paris, no dia 21 de janeiro de 1793. Pesquisado em: <https://brasilescola.uol.com.br/biografia/luis-augusto-bourbon.htm> Acesso em: 21 de dezembro de 2019.

A ausência de atos de violência contra a família real brasileira não significa dizer que a República tenha sido um período de paz e tranquilidade política. Muitos conflitos estouraram logo após o início da República, sejam movimentos de caráter popular em que a população excluída lutava para tentar sobreviver em um país que insistia em jogá-la a margem do desenvolvimento social e econômico, seja entre a antiga elite monárquica e a nova elite republicana que lutava por manter a influência na nova época que se iniciava.

O nascimento da ordem republicana foi marcado por uma série de crises políticas. Todas elas foram marcadas por perseguições, degolas de adversários, exílios e deportações. Esses atos de violência, manchavam a imagem do novo regime, sendo muitas vezes omitidos no discurso oficial dos governantes republicanos que desejavam passar uma falsa imagem do Brasil como um país pacífico e ordeiro. No campo dos perseguidos, encontravam-se antigos políticos monarquistas que não abandonaram suas ideias durante a Primeira República, republicanos radicais que cobravam um sistema republicano fiel aos ideais dessa corrente política e defensores de um projeto popular de República que colocasse o poder nas mãos do povo.

As perseguições e a quase ausência das camadas populares no jogo das mudanças políticas não impediram que o novo regime político despertasse esperanças na população carioca. Segundo o historiador José Murilo de Carvalho:

Tratava-se da primeira grande mudança de regime político após a independência. Mais ainda: tratava-se da implantação de um sistema de governo que se propunha, exatamente, trazer o povo para o prosclênio da atividade política. A República, na voz de seus propagandistas mais radicais, como Silva Jardim e Lopes Trovão, era apresentada com a irrupção do povo na política, na melhor tradição da Revolução Francesa de 1789, a “revolução adorada” como a chamava Silva Jardim (...) o novo regime despertaria entre os excluídos do sistema anterior certo entusiasmo quanto as novas possibilidades de participação. (CARVALHO, 1987, p. 12).

Essa esperança nutrida por muitos de uma sociedade melhor estava presente na maioria das pessoas das camadas pobres carioca, mas em pouco tempo a realidade falou mais alto, e os sonhos de inserção social seriam postos abaixo pela dura realidade da sociedade carioca republicana. A escravidão havia sido abolida oficialmente pela Lei Áurea de 1888 assinada pela Princesa Isabel⁹. Livre, a população negra se dirigia às cidades em busca de novas

⁹ 1846-1921 – Conhecida com a redentora dos escravos, era filha de Imperador D. Pedro II. Durante muito tempo foi considerada por uma historiografia tradicional a responsável pela abolição da escravatura no Brasil. Foi exilada

oportunidades de sobrevivência, porém enfrentava péssimas condições de vida nesses espaços, devido à falta de qualificação para trabalhos urbanos, analfabetismo, ausência de moradia populares e falta de indenização por parte do governo pelos inúmeros anos de cativo. As camadas pobres e brancas também enfrentaram uma série de problemas para se manterem dignamente nesse novo cenário político.

O novo regime político vai cada vez mais mostrando um rosto autoritário, os ideais republicanos serão cada vez mais escondidos por uma prática política descaradamente corrupta e ineficiente. Estava cada vez mais claro que os novos governantes, oriundos do mundo militar estavam mais interessados em defender os seus direitos e privilégios do que criar uma sociedade mais justa e igualitária, deixando o povo à margem do desenvolvimento, utilizando-se de discurso e práticas autoritárias contra essas camadas populares todas as vezes que eles ameaçassem a “ordem” estabelecida pelos novos donos do poder. De acordo com o historiador Nicolau Sevcenko, o Rio de Janeiro era a “capital do arrivismo” (SEVCENKO, 2003, p.36). A aceleração da vida na capital do país leva a um visível aumento populacional¹⁰, a uma constante aceleração do ritmo de vida das pessoas.

Grandes somas de dinheiro nacional e principalmente estrangeiro irão circular na capital e muitas fortunas irão se formar, bem como ruir na mesma velocidade com que vieram a existir. Nesse cenário efervescente de crescimento econômico muita corrupção vai ocorrer nos bastidores da política republicana carioca. Nesse contexto de esperanças despertadas e frustradas, viverá a população carioca, e será nessa sociedade que o escritor pobre, negro, alcoólatra e funcionário público Lima Barreto irá viver a maior parte da sua vida, sempre produzindo uma obra crítica aos poderosos e preocupado com a realidade dos mais despossuídos e oprimidos pelo sistema.

Lima será um escritor combativo durante toda a sua vida na cidade do Rio de Janeiro, que ele tanto amou e onde registou as inúmeras transformações testemunhadas por ele em sua produção intelectual como escritor, jornalista e funcionário público. A vida e os principais escritos de Lima Barreto foram apresentados, nesse capítulo da nossa dissertação, buscando mostrar como a vida e obra barretiana se entrelaçam profundamente com a Primeira República e o desenvolvimento da urbe carioca.

na França com a família real brasileira logo após a queda da monarquia em 1889. Pesquisado em: https://www.ebiografia.com/princesa_isabel/ Acesso: dezembro de 2019.

¹⁰ “Em termos absolutos, tem-se que a população quase dobrou entre 1872 e 1890, passando de 266 mil para 522 mil”. (CARVALHO, 1987, p.16).

1.3. A vida de um escritor mulato na nascente república

Lima Barreto nasceu no dia 13 de maio de 1881 em plena vigência do governo de D. Pedro II, embora o governo já mostrasse sinais de cansaço e decadência, a figura do Imperador despertava admiração e respeito em muitas pessoas, em especial os brasileiros das camadas sociais mais humildes. A data do nascimento de Lima Barreto sempre foi vista por ele como algo simbólico, pois, sete anos depois, a Princesa Isabel assinará a Lei Áurea, justamente no dia 13 de maio de 1888, libertando os escravos e tornando-se uma espécie de redentora do povo negro.

Filho do tipógrafo Joaquim Henriques de Lima Barreto e da professora primária Amália Augusta Pereira de Carvalho (*negros e letrados*), a família de Lima fazia parte de uma pequena parcela da população negra que no final do Império e início da Primeira República encontraram uma pequena ascensão social na cidade do Rio Janeiro. Esse pequeno crescimento social foi resultado da educação formal na qual ambos receberam das suas famílias, constituindo assim um casal letrado em um país com altíssimos níveis de analfabetismo. De acordo com a historiadora Lilia Moritz Schwarcz: “Ser alfabetizado era (...) razão para grande orgulho. Significava a forma certa de galgar a hierarquia social: fundamental para a integração nesse novo projeto nacional, cada vez mais urbano”. (SCHWARCZ, 2017, p.25).

O domínio da leitura e da escrita foi permitindo a ascensão social dos pais de Lima Barreto no final das relações escravagistas, quando os governantes buscavam uma forma de abolir sem maiores problemas para a vida financeira das elites o trabalho escravo e dar uma face mais urbana para o país. Dessa forma, Lima Barreto vai encontrar em seus pais um casal livre (os pais de Lima nasceram livres, mas na árvore genealógica da família em gerações passadas existiram pessoas em situação de cativo)¹¹, morando em uma rua do subúrbio carioca em que pessoas de vários níveis econômicos conviviam.

Nascido na rua Ipiranga no número 18, a rua e o bairro de Lima foram marcados pela diversidade populacional, o que não significa dizer que imperasse alguma espécie de igualdade entre os moradores. Os sinais de distinção social entre as pessoas do lugar eram visíveis e serviam para marcar o espaço entre os indivíduos e famílias, sendo vários os sinais de distinção

¹¹ No seu Diário Íntimo no dia 10 de fevereiro de 1808, Lima registra a seguinte memória familiar em relação aos seus avós: “Eu, olhando aquelas casas e aqueles caminhos, lembrei-me de minha vida, dos meus avós escravos e, não sei como, lembrei-me de algumas frases ouvidas no meu âmbito familiar, que me davam vagas notícias das origens da minha avó materna, Geraldina. Era de São Gonçalo, de Cubandê, onde eram lavradores os Pereiras de Carvalho, de quem era ela cria”. (BARRETO, 1998, p. 86).

social, tais como: o tamanho da residência e seu conforto, as roupas utilizadas, os títulos carregados pelas pessoas, seu círculo de amizades mais estreitas, o nível de educação formal, dentre outras distinções que no decorrer da vida de Lima foram intensamente criticadas nos seus escritos.

Inseridos nesse Brasil recém republicano, marcado profundamente pela escravidão e repleto de sinais de distinções sociais, os Barretos criaram seus filhos¹², fornecendo uma razoável educação para todos. João Henriques trabalha como tipógrafo na Tipografia Imperial (passa a se chamar Tipografia Nacional logo após a Proclamação da República), exercendo um trabalho nos jornais que circulavam durante o reinado de D. Pedro II, o Jornal do Comércio e A Reforma. Com a ajuda de Celso de Melo que se torna padrinho do menino Lima Barreto, Joao Henriques adquire um certo destaque social como tipógrafo, chegando a traduzir um livro do francês para o português, o Manual do Aprendiz Compositor de Jules Clayne.

A mãe de Lima Barreto desenvolverá uma intensa atividade voltada para a educação infantil na casa onde a família mora, chegando inclusive a fundar uma escola voltada para a educação de meninas oriundas de famílias humildes. O Colégio Santa Rosa desenvolverá suas atividades educacionais até o ano de 1882 quando Amália começará a sofrer com os sintomas de tuberculose.¹³ Os Barretos irão mudar para o Flamengo, Santa Luzia, Boca do Mato, Catumbi e Paulo Matos em busca de um lugar tranquilo, de bons ares para tentar curar a moléstia que acometia a senhora Amália. No dia de 23 de dezembro do ano de 1887 a mãe de Lima Barreto irá falecer. A morte precoce de sua mãe marcará Lima durante toda a sua vida, levando a família para uma nova mudança. Nessa mudança, a família irá se dirigir para a rua do Riachuelo, esquina com a do Rezende no centro da capital carioca.

Em março de 1888, Lima começa a frequentar a Escola Pública Municipal na rua do Rezende, desenvolvendo um laço de afetividade com a professora Teresa Pimentel do Amaral, que perceberá o gosto de Lima pela leitura e estudo.¹⁴ Na crônica Maio, publicada na Gazeta da Tarde em 1911, a professora aparecerá explicando aos alunos o valor do dia 13 de maio de

¹² Além de Lima Barreto, a família contava com os seguintes membros: Evangelina, Eliézer e Carlindo. Lima era o mais velho dos irmãos. (SCHWARCZ, 2017, p. 54).

¹³ Na época de Lima, doenças como tuberculose, varíola, alcoolismo e doenças mentais eram consideradas patologias de negros e seus descendentes. (SCHWARCZ, 2017, p. 57).

¹⁴ A professora irá presentear seu jovem aluno com o livro As grandes invenções antigas e modernas da ciência, indústria e artes: Obra para o uso da mocidade de Louis Figuier. Esse livro terá para Lima um grande valor afetivo, sendo guardado na sua biblioteca particular. (SCHWARCZ, 2017, p. 61).

1888, gerando nos jovens alunos uma grande sensação de que o Brasil será um país livre para todos os negros e mulatos.

O ano de 1889 não será tranquilo para os Barretos, pois com a Proclamação da República em andamento, o Brasil entrará em uma época de vinganças e revanches entre monarquista e republicanos. Como funcionário público, Henriques Barreto não se furta a deixar claro sua opção política como monarquista junto com seu amigo Afonso Celso¹⁵, expondo-se a perseguição dos republicanos vitoriosos no 15 de novembro. Henriques perderá seu emprego como tipógrafo, deixando a família Barreto em uma situação econômica delicada, levando Afonso Celso a buscar um novo emprego para o pai de seu afilhado.

Em março de 1890, João Henriques começa o seu trabalho na Colônia de Alienados na Ilha do Governador. Imerso nesse mundo de loucura que a República buscará controlar e racionalizar, João vai destacar-se como um bom administrador, deixando a Colônia em um bom estado organizacional, a despeito das inúmeras falhas do governo federal no trato com os doentes mentais. Nesse ambiente pouco adequado para o crescimento e formação de uma criança, o jovem Lima vai crescer entrando em contato desde cedo com aqueles que a sociedade brasileira buscava esconder do Brasil branco, racional, cristão e republicano.

Durante o ano de 1891, enquanto seu pai trabalha na Colônia de Alienados, Lima será matriculado como aluno interno no prestigioso Liceu Popular Niteroiense. Essa escola era dirigida pelo ex-cônsul britânico Willian Cunditt,¹⁶ tendo todo o seu material pago pelo padrinho de batismo, o visconde de Ouro Preto. O jovem Lima irá destacar-se nos estudos revelando uma inteligência precoce e uma boa base educacional recebida em casa através da educação dada pelo pai. Irá afeiçoar-se a professora Miss Annie Cunditt¹⁷ numa espécie de projeção pela falta da mãe.

Apesar da boa educação que recebia no colégio, a amizade com a professora Annie e com alguns poucos colegas, Lima relatava em cartas ao pai a falta que fazia o convívio com a

¹⁵ 1836-1912- Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto era padrinho de batismo de Lima Barreto. Durante a sua vida ajudou Lima e sua pai com colocações profissionais e empréstimos para educação de Lima. (BARBOSA, 2017, p.110).

¹⁶ Mr. William Henry Cunditt, veio ao Brasil com cônsul inglês, foi ficando por aqui e fundou em 1893 sua escola. Fazia de tudo um pouco: dava aulas, aplicava cascudos nos alunos mais inquietos e administrava a escola. (SCHWARCZ, 2017, p. 99).

¹⁷ Filha do Sr. Cunditt, era conhecida entre os alunos como Miss Anne. Dava aulas no primário, ensinava inglês prático e logo após a morte do pai assumiu a direção da escola. (SCHWARCZ, 2017, p. 99).

família e uma sensação de deslocamento dentro desse ambiente de elite.¹⁸ Será na escola que o jovem Lima “começaria a sentir na pele a diferença de classe e a existência de um racismo dissimulado”. (SCHWARCZ, 2017, p.98-99). Essa sensação de discriminação social e racial vai acompanhar Lima durante sua vida, sendo um grande impulsionador da sua produção literária e jornalística, colocando em rota de colisão com as teorias raciais e os discursos racistas que permeavam as obras de alguns autores afamados do mundo das letras carioca.

Durante os seus dias na escola, Lima se destacava nos estudos, em especial na área de humanidades. A falta de amigos, bem como o gosto pela leitura, o levava a passar muitas horas voltado para os livros, adquirindo um grande gosto por autores franceses que marcaria sua escrita mais tarde. O ensino era rígido, o garoto sentia muitas saudades do pai, dos irmãos e sua casa na Ilha do Governador. Dessa época temos algumas cartas¹⁹ preservadas em que o menino Lima conversava com seu pai sobre os estudos e a situação política do país. Havia uma forte amizade entre pai e filho, deixando uma profunda marca em sua formação, aumentando ainda mais a dor ao ver seu pai enlouquecer em agosto de 1902.²⁰

Em 1894, Lima terminará o secundário e ainda cursará uma parte do suplementar. Em 1895 presta exame para o Ginásio Nacional²¹, escola de renome, lugar de formação da elite brasileira, sendo aprovado com um “simplesmente” nos exames preparatórios. Será matriculado no Colégio Paula Freitas²², uma espécie de preparação para a entrada na desejada Escola Politécnica²³, onde cursaria Engenharia e finalmente seria “doutor”, um forte desejo seu e do

¹⁸ O Liceu Popular Niteroiense era uma escola de elite, porém aceitavam alguns alunos pobres que não poderiam pagar as mensalidades como meio pensionistas ou internos. (SCHWARCZ, 2017, p. 98).

¹⁹ A correspondência completa de Lima Barreto será publicada em 1956 em dois tomos pela editora Brasiliense sob a coordenação de Francisco de Assis Barbosa, seu primeiro biógrafo.

²⁰ Joao Henrique já havia tido uma crise mental antes do casamento com Amália Augusta. Foi internado com a ajuda do Visconde Ouro Preto no Hospital São Sebastião para descansar e recuperar-se para o futuro casamento. (SCHWARCZ, 2017, p. 51).

²¹ Fundado em 1837 na cidade do Rio de Janeiro, a escola nasce como uma reorganização do Seminário São Joaquim, em proposta apresentada ao regente Marquês de Olinda pelo então ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos. O nome Imperial Colégio de Dom Pedro II foi homenagem ao imperador menino que na época da fundação contava com exatos 12 anos de idade. Pesquisado em: <https://www.cp2.g12.br/component/content/article/83-cpii/1631-per%C3%ADodo-imperial.html> Acesso em: dezembro de 2019.

²² Fundado em 03 de outubro por Antônio de Paula Freitas, professor da escola Politécnica. Em 1900 teve reconhecida sua excelência no ensino ao ser equiparado ao Ginásio Nacional (antigo D. Pedro II), sendo dessa forma uma porta de acesso ao ensino superior através das provas aplicadas aos alunos desejosos de um diploma de ensino superior. Pesquisado em: <http://familiapaulafreitas.blogspot.com/> Acesso em: dezembro de 2019.

²³ Fundada em 1792, e a sétima escola de engenharia mais antiga do mundo, e de grande tradição na América. Foi também a primeira escola de ensino superior do Brasil. Por lá passaram grandes nomes da política e intelectualidade brasileira com André Rebouças, Francisco Pereira Passos, Benjamin Constant, entre outros. Pesquisado em: http://www.poli.ufrj.br/politecnica_historia.php Acesso em: dezembro de 2019.

seu pai. O ingresso na Politécnica foi um importante capítulo na biografia barretina e será apresentada no próximo tópico.

1.4. Lima Barreto na Politécnica: um caminho para ser doutor na Primeira República.

Na primeira metade do mês de abril de 1897, o jovem Lima Barreto entra na prestigiosa Escola Politécnica para cursar engenharia civil. Esse período será marcante na carreira de Lima. Parecia que finalmente o sonho acalentado pelo João Henriques iria se concretizar com o seu filho mais velho formando-se doutor em engenharia, título que traria consigo uma boa ascensão social, numa sociedade sedenta por títulos de doutores e apegada às aparências.

O título de doutor era muitas vezes considerado o equivalente republicano para os títulos de nobreza da época do Império, um claro sinal de distinção social, capaz de abrir portas para empregos, festas nas casas de famílias abastadas e bons casamentos. Em suma, toda família com um relativo interesse intelectual e alguns recursos queria seu bacharel nas áreas do momento: direito, medicina ou engenharia. Com os Barretos não será diferente, Lima irá encarnar esse desejo de distinção social. O que parecia um sonho para uma família de “mulatos”, logo mostrará que sonhar alto em uma sociedade apegada aos preceitos de raça e a uma séria de convenções sociais hipócritas, terá um preço que Lima não quis e nem pôde pagar.

O cotidiano de Lima foi marcado por uma série de estudos, leituras e agitações estudantis. Este logo sentirá que é um estudante deslocado do ambiente frequentado por filhos da elite republicana, isso ficará claro para Lima quando se depara com alunos bem vestidos, com roupas feitas sob medida por alfaiates da Rua do Ouvidor²⁴, filho de bacharéis, juízes, políticos e membros distintos da sociedade carioca. O fato de ser “mulato” em um mundo que insistia em valorizar a cor branca se torna um peso cada vez maior na sua formação e nos seus relacionamentos. Tímido e retraído, seus amigos serão poucos e os livros irão ser seus

²⁴ Famosa rua carioca que recebeu esse nome em 1780 por causa da presença da casa do ouvidor-mor da cidade, Francisco Berquó da Silveira. Rua movimentada, frequentada pela elite carioca, irá figurar em vários romances e contos de Machado de Assis, bem como na obra de Lima Barreto e outros escritores do período. Perderá seu posto de rua mais importante em 1900 com a inauguração da Avenida Rio Branco com toda sua modernidade e planejamento típico da arquitetura da Belle Époque carioca. Pesquisado em: <https://www.riodejaneiroaqui.com/portugues/rua-do-ouvidor-historia.html> Acesso em: dezembro de 2019.

constantes companheiros de jornada. Segundo seu mais famoso biógrafo Francisco de Assis Barbosa²⁵:

Amável com todos, jamais se entregava à primeira vista. Abria-se com poucos. E, mesmo com os mais chegados, não gostava de intimidades. Quando não estava na biblioteca, juntava-se a este ou àquele grupo, para conversar sobre política, sobre literatura ou sobre a própria Escola. Criticava professores e alunos, sem maldade, mas com ironia. Era a defesa que o ambiente lhe impunha. Não se acostumara ao “ar” da Escola. Tímido, mas orgulhoso, estava sempre prevenido. E via na maioria dos colegas, quase todos filhos de gente graúda, olhares de desdém. (BARBOSA, 2017, p. 97).

Em 1902 será eleito para a diretoria da Federação de Estudantes, órgão de agitação estudantil que publicava textos críticos, poesias e informações sobre o cotidiano da Politécnica. Irá abandonar a diretoria meses depois, pelo fato da Federação ser a favor do serviço militar obrigatório. No mesmo ano, o pai de Lima tem um surto mental e mergulha na loucura. A causa desse colapso terá a ver com algumas contas da colônia de alienados que não batiam, levando o honrado João Henriques a um estado de profundo sofrimento moral e mental, que terminará em um surto que destruirá sua razão. A doença do pai penetrará fundo na sensibilidade de Lima. Seu pai e grande amigo já não pode mais dar apoio, ouvi-lo e aconselhá-lo como fazia antes, como podemos ler nas inúmeras cartas que temos acesso nos dias de hoje.

Com a loucura do pai, a vida de estudante de Lima torna-se cada vez mais penosa, tendo que enfrentar a dor do convívio social na escola, as reprovações constantes em Cálculo Racional, do temível Licínio Atanásio Cardoso²⁶, e a constante percepção de deslocamento que vão levando o jovem estudante a uma desilusão com a Politécnica. Paralelo as provas, a leitura de livros indicados pelos professores, os infundáveis cálculos para ser um bacharel, Lima vai lendo vorazmente filosofia, literatura, criticando o positivismo comteano e escrevendo para jornais da escola, ensaiando para sua futura carreira como escritor e jornalista. Sua passagem pela Politécnica vai entrando em constante declínio. No segundo ano, reprovado mais uma vez

²⁵ Biógrafo, ensaísta, historiador e jornalista brasileiro. Eleito para a cadeira 13 da Academia Brasileira de Letras em 19 de novembro de 1970. Barbosa foi um grande pesquisador e leitor de Lima Barreto, foi responsável por tirar a obra barretiana do esquecimento, quando na década de 50 do século passado organizou a publicação de toda obra do escritor carioca pela Editora Brasiliense. Escreveu a clássica biografia *A vida de Lima Barreto*, referência durante décadas para muitos estudiosos.

²⁶ Militar, engenheiro, médico e professor da Escola Politécnica. Era odiado e temido pelos alunos por sua fama de professor rígido, reprovando vários alunos ao longo da sua carreira, em muitos casos por erros pequenos. Era um desafeto de Lima Barreto, reprovando-o inúmeras vezes na mesma disciplina. SCHWARCZ, 2017, p. 120).

pelo professor Licínio, é obrigado a assistir as disciplinas do terceiro ano como ouvinte. Barbosa afirma:

A verdade é que as reprovações o aborreciam. Não só a ele, mas pelo pai. E, mais uma vez, dominava-o o sentimento de injustiça, o recalque contra o meio hostil, que o abafava. Começava a comparar o seu exame oral com os dos outros colegas. Não se podia conformar. Aquilo era perseguição. Tudo porque não nascera no luxo, vivia pobremente, era mulato. (...) Preto, pobre, tinha que ser reprovado sempre. Sentia-se assim, cada vez mais, humilhado. Contudo, o pai insistia para que ele continuasse nos estudos. Ignorava decerto o drama em que o filho se debatia. Do contrário não exigiria tanto sacrifício. (BARBOSA, 2017, p.108-109).

Enfrentando a doença do pai, o racismo explícito e/ou velado de alguns colegas e professores, esquecido pelo seu padrinho Ouro Preto, Lima larga a escola em 1903 sem título. O sonho de ser doutor se esvai, mas o de ser reconhecido não. Nas letras ele vai buscar esse reconhecimento, mas a realidade material da família clamava mais alto, era necessário um emprego fixo, com renda certa para ajudar a manter as contas da casa. Lima vai busca no setor público essa estabilidade prestando concurso para amanuense da Diretoria da Secretaria da Guerra, no qual ficará em segundo lugar, tomando posse do cargo e recebendo um salário de 200 mil-réis.

1.5. Lima como funcionário público e a suas primeiras obras literárias

O expediente na Secretária da Guerra consistia basicamente em transcrever documentos oficiais, distribuindo as cópias para os setores dos mesmos. Para Lima esse trabalho era tedioso, pouco criativo e limitava o tempo das suas reflexões e da sua atividade como escritor. O fato de ter uma letra considera por ele mesmo feia, tornava essa atividade mais sofrível, a rotina de funcionário público era quebrada em alguns momentos quando ele escrevia esboços de crônicas, contos e textos jornalísticos em tiras de papéis do seu setor, mas nada disso permitia que Lima gostasse do trabalho que exercia. A questão era pura e simplesmente sobreviver e pagar as contas da família que tinham vários gastos com aluguel, e a saúde do João Henriques que piorava a olhos vistos. Os olhares preconceituosos e certas formas de tratamento incomodavam profundamente Lima Barreto, como ele relata em seu Diário Íntimo:

Hoje comigo, deu-se um caso que, por repetido, mereceu-me reparo. Ia eu pelo corredor afora, daqui do Ministério, e um soldado dirigiu-se a mim, inquirindo-me se era contínuo. Ora, sendo a terceira vez, a cousa me feriu-me um tanto a vaidade, e foi preciso tomar-me de muito sangue frio para não desmentisse com azedume. (...). Por que então essa gente continua a me querer contínuo, por quê? Porque... o que é verdade na raça branca, não me é extensivo ao resto; eu mulato ou negro, como queiram, estou condenado a ser sempre tomado por contínuo. Entretanto, não me agasto, minha vida será sempre cheia desse desgosto e ela me far-me-á grande. (BARRETO, 1998. p. 26-27).

Conforme visto na citação acima, a questão racial será uma constante na obra e vida do escritor carioca. Sua origem pobre, a sua cor e sua vida de morador de subúrbio²⁷ carioca imprimem um direcionamento a toda a sua escrita. Paralelo ao serviço público, junto com Antônio Noronha Santos e Domingos Ribeiro Filho, amigos do tempo da Politécnica e do mundo literário, lançarão por conta própria uma revista com o objetivo de mexer com o mundo cultural carioca tomado pelas grandes editoras e seus jornalistas atrelados aos poderosos da mídia.

A Floreal será lançada no mês de abril de 1907²⁸ em um contexto literário que nas palavras do crítico literário José Verissimo²⁹ era lamentável, pois se publicavam muitas obras de baixo valor, para uma população sem interesse em boa literatura, imersas em crises políticas e econômicas. De acordo com Francisco de Assis Barbosa, o movimento anarquista³⁰ no Brasil contribuiu mais para a conscientização política do que propriamente a literatura.

Isso não significa dizer que o Rio de Janeiro de Lima fosse um lugar de abandono literário, muitas rodas literárias ganhavam vida em bares, confeitarias, livrarias e afins, com jovens declamando poesias e escrevendo textos para os jornais. A própria Academia Brasileira de Letras tinha destaque na cultura da sociedade carioca. Mas, apesar desse crescimento literário na cidade de Lima, o crítico literário José Verissimo lamentava que:

²⁷ A relação de Lima Barreto com o subúrbio e a cidade do Rio que passa por intenso processo de modernização típica da Belle Époque será analisada no capítulo 2 dessa dissertação.

²⁸ O nome completa da revista era Floreal – Publicação Bimestral de Crítica e Literatura. A revista ocupava um cômodo na rua Sete de Setembro, número 89 no primeiro andar desse prédio. Era impressa nas oficinas da Typografia Rabelo Braga e no número de estreia contava com 39 páginas. (SCHWARCZ, 2017, p. 194).

²⁹ José Verissimo Dias de Matos, jornalista, professor e crítico literário. Foi membro da Academia Brasileira de Letras sendo fundador da cadeira de nº 18. Pesquisado me: <https://www.academia.org.br/academicos/jose-verissimo/biografia> Acesso: dezembro de 2019.

³⁰ Lima tinha grande simpatia pelas ideias anarquista e uma grande identificação com a luta dos trabalhadores, mas de acordo com Botelho, ele sempre cultivou um modo de pensar independente em relação a partidos políticos. (BOTELHO, 2017, p. 65).

... o grosso da produção livreira nada tinha a ver com a verdadeira literatura. Havia, evidentemente, casos isolados, as exceções honrosas, das quais Machado de Assis aparece, desde logo, como exemplo mais expressivo. O conjunto era, entretanto, desolador. (BARBOSA, 2017, p.158).

Com o objetivo de expor o ponto de vista dos seus colaboradores, a Floreal buscava um posicionamento crítico perante a realidade política, cultural e literária da época. Pretendia denunciar o que os autores chamavam de imprensa burguesa, sensacionalista, preocupada apenas com os interesses mercantis. A floreal seria de oposição com estilo direto, com opiniões claras e plurais, não sendo aceitas formas literárias consideradas engessadas e carregadas de preconceito. Os garotos da Floreal queriam uma revista livre das métricas e fórmulas do momento.

A revista irá durar pouco tempo, apenas quatro números com uma vendagem pouco expressiva, contudo será essa revista que marcará a “estreia profissional do romancista, jornalista e escritor perante o público leitor, assim como inaugura o seu traço fundamental, a contraposição crítica. “Havia de entrar nessa República das Letras por outra porta” (SCHWARCZ, 2017, p. 208). Será na Floreal que Lima vai publicar os primeiros capítulos do seu romance de estreia: *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*.

1.6 A Literatura Militante de Lima Barreto: um projeto de vida.

Para uma melhor compreensão da obra barretina e sua defesa de uma literatura militante é necessário contextualizar o mundo literário nos primórdios do século XX. Dessa forma, a obra de Lima será entendida como uma crítica aos modelos culturais vigentes nesse momento que agradavam a elite burguesa e intelectual, desejosa de mostrar apenas o lado belo da sociedade brasileira.

Os anos seguintes a Proclamação da República nos leva a um período de formação de um sistema político que buscava sua consolidação através da força militar, manifestando muitas vezes um caráter antirrepublicano, a formação de um novo projeto econômico, e o mais importante para a compreensão do nosso autor, um novo modo de ser brasileiro levando-se em conta aquilo que na época era considerado o modo de vida mais avançado, moderno e civilizado, que seria o estilo de vida europeu, com ênfase no modelo francês.

Fruto das mudanças sociais do período, os intelectuais ganharão destaque nessa República que se volta para a Europa, em busca do que os autores da época consideravam as luzes da civilização, que iriam iluminar as trevas do nosso passado atrasado, fruto do período Imperial, sendo necessário, dessa forma, reescrever a história do nosso passado monárquico, escravista e conservador. Em seu lugar, as autoridades querem um Brasil liberal, republicano, democrático e moderno, então nada melhor que a constituição de intelectuais para a defesa desse projeto modernizante:

Os tópicos que esses intelectuais enfatizavam como as principais exigências da realidade brasileira eram: a atualização da sociedade com o modo de vida promanado da Europa; a modernização das estruturas da nação, com a sua devida integração na grande unidade internacional; e a elevação do nível cultural e material da população. Os caminhos para se alcançar esses horizontes seriam a aceleração da atividade nacional, a liberalização das iniciativas – e a democratização, entendida como a ampliação da participação política. Como se vê, uma lição bem acatada de liberalismo progressista. Para completar, a assimilação das doutrinas típicas do materialismo cientificista então em voga, que os lançou praticamente a todos no campo do anticlericalismo militante. (SEVCENKO, 2003, p. 97).

Como podemos observar, os intelectuais temiam que o Brasil ficasse para trás, na corrida pelo crescimento, diante das outras nações do mundo dito civilizado e, como consequência, sofrêssemos uma invasão imperialista dos países mais fortes, com o objetivo de tomar nossas riquezas e parte do nosso território. Diante desse anseio pelo progresso, intelectuais, jornalistas, escritores tomaram para si a tarefa de defender um modelo de crescimento. Mas, para que isso viesse a ocorrer, era necessário combater os problemas do Brasil herdados de um passado que não deixava saudade para a elite republicana. Entre esses problemas estava a questão racial.

As teorias raciais davam o tom do pensamento de maior parte da elite brasileira da Belle Époque. Para o país entrar no cenário mundial como uma nação moderna era necessário ser organizado, urbanizado, saneado, civilizado e sobretudo branco. Os negros serão colocados sob suspeita pelo governo republicano, além dos séculos de escravidão que jogaram a população negra na miséria e nas garras de uma estrutura racista, as teorias raciais vinham dar um tom “científico” a divisão racial.

De acordo como o pensamento vigente na época, os negros seriam uma das fontes do atraso do Brasil rumo ao progresso, por serem portadores de baixa inteligência, fontes de

doenças, de costumes atrasados e toda uma carga de tendências à criminalidade. A solução encontrada para esse problema era a vinda em peso dos imigrantes europeus. Italianos, alemães, portugueses, espanhóis foram estimulados pelos seus governos e pelo do Brasil a imigrar para as terras brasileiras. Essa massa europeia era pobre e não vivia em boa situação econômica em seus países de origem. O que eles tinham que interessava ao governo brasileiro? A cor branca! Um intenso projeto de embranquecimento foi posto em voga pelas elites do Brasil desejosas de uma Europa nos trópicos.

O mundo cultural, em especial o literário, enfrentava nessa época a existência de um restrito círculo de leitores, leve-se em conta que a porcentagem de analfabetos na época de Lima girava em torno de 75%³¹ da população do país, somado a isso a elite letrada em parte desprezava a leitura de obras profundas e densas, e determinava que tipo de literatura seria produzida e consumida, deixando o grande mercado editorial refém das últimas modas literárias vindas da Europa, isolando muitos escritores em sua roda literária caso resistissem a uma adesão ao mercado. Nesse mundo determinado pela elite muitos autores capitulavam as exigências editoriais. Segundo Moura, muitos escritores passaram:

(...) a conceber suas obras como objetos mercantis, o que significava escrever aquilo que interessava ao público. Daí ser considerado esse período como um momento de crise da literatura. A vida superficial determinou uma produção literária também superficial. Entretanto, ainda que predominante, esse processo de banalização que ocorreu com a Literatura apresentou também um grupo de resistência. Enquanto alguns escritores cederiam aos valores burgueses e ajustariam suas obras ao gosto da época, tornando-se os vitoriosos, surgiria uma pequena parcela, marginalizada é claro, que buscava combater as injustiças e encontrar valores autênticos. Nesse último grupo, um dos nomes mais expressivos é o de Lima Barreto. (MOURA, 2010, p 19-20).

É claro que no quadro exposto acima, um escritor mulato e pobre acaba, de certa forma, sendo visto como um excluído dos meios intelectualizados frequentados pela elite republicana branca. Estes motivados pelos ares de modernidade soprados da Europa, os escritores cariocas, tinham uma forte tendência a ocultar os problemas da época, mostrando para o restante do Brasil e para os outros países uma cidade que buscava sair do que para a elite republicana da época era considerado atraso herdado da época colonial e imperial.

³¹ BOMENY, Helena. Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003. 29f.

Logo, a Belle Époque carioca era apresentada como algo belo, organizado, com muitos literatos deliberadamente silenciados diante do lado negativo de todas essas mudanças sociais. Escritores como Coelho Neto e Olavo Bilac louvavam constantemente as administrações dos prefeitos cariocas pelas mudanças urbanísticas que estavam a pleno vapor, dando, segundo aquela visão, uma nova cara para o centro do Rio de Janeiro. Sendo assim as obras desses autores focavam muito mais na forma estética do texto do que no seu poder de crítica dos rumos tomados pela cidade nas mãos de seus governantes. Diante dessas obras de apologia aos governantes cariocas, nós perguntamos: qual era o projeto literário de Lima Barreto? Que tipo de literatura ele queria produzir com seu romance de estreia e os demais?

A obra de Lima Barreto não descuidava da questão estética. Como pode ser visto em inúmeras passagens do seu Diário Íntimo, a sua preocupação com a escrita e a reescrita dos seus textos era uma constante, porém o que mais chamava a atenção e ainda chama nos dias atuais é a escrita clara e direta em relação aos problemas enfrentados pela população carioca, afinal a tal bela época cantada pelas elites não era tão bela assim para uma parcela significativa do povo.

Lima sem dúvida: “(...) encarnou o a-intelectual de seu tempo, tanto na vida pessoal, quanto no que produzia. Dedicou-se às suas obras com afinco e jamais modificou seu posicionamento crítico em relação à sociedade, mesmo isso significando sua rejeição por parte dela. (MOURA, 2010, p. 26). Sua entrega a Literatura foi total, dedicando-se a ela de uma forma intensa como podemos ver em frase famosa dito por ele: “Ah! A Literatura ou me mata ou dá o que peço dela”. (BARRETO, 2017, p. 36).

Buscando a clareza em seus textos, Lima ridicularizava a escrita bizantina e cheia de regras dos escritores do momento, chegando a criticá-los na sua obra satírica *Os Bruzundangas*³² da seguinte forma:

Eu cheguei a entender perfeitamente a língua da Bruzundanga, isto é, a língua falada pela gente instruída e a escrita por muitos escritores que julguei excelentes; mas aquela em que escreviam os literatos importantes, solenes, respeitados, nunca consegui entender, porque redigem eles as suas obras, ou antes, os seus livros, em outra muito diferente da usual, outra essa que consideram como sendo a verdadeira, a lídima, justificando isso por ter feição antiga de dous séculos ou três. Quanto mais incompreensível é ela, mais admirado é o escritor que escreve, por todo que não lhe entenderam o escrito. (BARRETO, 2005, p.15).

³² Os Bruzundangas é uma sátira em que um viajante visita um país imaginário, relatando suas experiências do modo de viver do lugar visitado. Fica claro que esse lugar imaginário é o Brasil da Primeira República.

A partir da crítica barretiana à linguagem hermética de alguns literatos, Lima conceberá a arte de forma utilitária, com o objetivo de alcançar um vasto público leitor, com força libertadora, capaz de criar entre os homens profundos laços de solidariedade, adotando como recurso da sua literatura:

(...) a mistura de estilos e a linguagem despojada, o autor garantia a seus textos a eficácia pretendida. Por um lado, revestia os personagens populares e as vítimas de abominação social de uma dignidade superior e universal, e de outro, assegurava a mais ampla difusão de sua obra e de seus ideais. (SEVCENKO, 2003, p. 200).

Em 1921, Lima foi convidado pelo médico e amigo Ranulfo Hora Prata para uma viagem ao interior do estado de São Paulo, para uma nova tentativa de recuperação do alcoolismo, em um lugar distante do mundo das bebedeiras e do centro do Rio de Janeiro. Viajando de primeira classe com as passagens pagas pelo seu amigo tudo corria bem e dentro da tranquilidade nos primeiros dias até Lima ser convidado por alguns admiradores a proferir uma palestra na vizinha São José do Rio Preto. Lima aceita e escreve um texto que ficará conhecido como uma espécie de testamento literário, porém dominado por crises de ansiedade e medo, Lima recorrerá ao álcool para suportar a pressão que sentia não indo ao encontro. Dessa maneira, a viagem acaba sendo um fracasso no que diz respeito ao processo de limpeza do organismo do álcool, mas do ponto de vista literário, esse encontro fracassado gerou um belíssimo texto de amor e confiança na Literatura para a construção de um mundo melhor.

A conferência o *Destino da Literatura (1921)* será publicada na Revista Sousa Cruz do Rio de Janeiro nos números 58-59 em outubro e novembro de 1921. No texto, Lima irá indagar se a Literatura e a arte teriam alguma utilidade para a vida humana. Nas palavras de Lima: “Em que pode a Literatura, ou a Arte, contribuir para a felicidade de um povo, de uma nação, da humanidade, enfim?”³³. Essas foram perguntas que o próprio Lima se fez na sua juventude quando começou a escrever. Perguntas que deveriam ser respondidas em primeiro lugar por ele mesmo, e logo depois para o mundo social que o cercava.

Acusadas de inúteis, caras e muitas vezes desnecessárias, a Arte e a Literatura quase sempre são relegadas a um segundo plano nas sociedades, sendo deixadas para um grupo pequeno de pessoas que teriam tempo para dedicar-se a algo sem valor prático. As respostas para essas indagações irão ocupar toda a conferência, sendo lá que Lima irá expor de forma

³³ REZENDE, Beatriz (Org.) Impressões de Leitura e outro texto críticos. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017.

clara seus autores prediletos e como eles o ajudaram na sua construção de uma Literatura Militante.

Segundo Lima, o fenômeno artístico “é um fenômeno social e a Arte é social para não dizer sociológico”. (BARRETO, 2017, p. 270). Indo pela linha de pensamento do escritor *Liev Nikoláievich Tolstói*³⁴, Lima discute a questão da estética na obra literária, algo bem em pauta no seu tempo, que colocava muitas vezes o ritmo poético, a aparência, e as regras gramaticais acima do conteúdo da obra, gerando para Lima produções que pouco diziam sobre as grandes questões da vida humana. Sem desprezar a parte estética da obra, que, como já foi dito acima, importava para nosso escritor, ela não deveria ser uma camisa de força para o autor, nem um determinante da qualidade da obra. De acordo com ele:

(...) a importância da obra literária que se quer bela sem desprezar os atributos externos de perfeição de forma, de estilo, de correção gramatical, de ritmo vocabular, de jogo e equilíbrio das partes em vista de um fim, de obter unidade na variedade; uma tal importância, dizia eu, deve residir na exteriorização de um certo e determinado pensamento de interesse humano, que fale do problema angustioso do nosso destino em face do Infinito e do Mistério que nos cerca, e aluda às questões de nossa conduta na vida. (BARRETO, 2017, p. 271).

Para reforçar seu argumento, Lima cita a obra *Crime e Castigo de Dostoiévski*³⁵ em que um jovem estudante cheio de sonhos, mas oprimido pela miséria de uma Rússia em crise econômica, comete o assassinato de uma velha usuraria para roubar o seu dinheiro, uma vez que na mente do jovem assassino essa senhora nada teria para contribuir com os outros, enquanto que ele possuidor de um ideal generoso e alto teria direito a esse dinheiro que o tiraria durante um bom tempo da quase miséria. Após cometer o assassinato, o estudante irá se debater profundamente com a sua consciência que se contorce pelo crime cometido, colocando por terra todos os raciocínios utilizados por sua mente para justificar seu crime. Diante do breve resumo da obra, Lima pergunta a plateia imaginária:

(...) onde está a beleza dessa estranha obra? - pergunto eu. Está na manifestação sem auxílio dos processos habituais do romance, do caráter saliente da ideia. Não há lógica nem rigor de raciocínio que justifiquem perante a nossa consciência o assassinato,

³⁴ Escritor russo do século XIX, escreveu obras consideradas clássicas para a Literatura Ocidental, como *Guerra e Paz* e *Anna Karenina*. Convertido durante a década de 1870, escreveu sobre religião e tornou-se adepto da não violência baseando-se no Sermão da Montanha exposto por Jesus de acordo com o que Mateus escreveu em seu Evangelho. Pesquisado em: https://www.ebiografia.com/leon_tolstoi/ Acesso em: dezembro de 2019.

³⁵ Fiódor Mikhailovitch Dostoiévski, escritor e jornalista russo do século XIX. Escreveu obras carregadas de profundas análises psicológicas dos seus personagens. Além da obra citada acima, ele escreveu várias obras, sendo que *Os Irmãos Karamazov* e *O Idiota* estão entre as mais importantes. Pesquisado em: <https://educacao.uol.com.br/biografias/fiodor-dostoiievski.htm> Acesso em: dezembro de 2019.

nem mesmo quando é perpetrado no mais ínfimo e repugnante dos nossos semelhantes e tem por destino facilitar a execução de um nobre ideal; e ainda mais no ressumar de toda a obra que quem o pratica, embora obedecendo a generalizações aparentemente verdadeiras, executado que seja o crime, logo se sente outro - não é ele mesmo. Mas esta pura ideia, só como ideia, tem fraco poder sobre a nossa conduta, assim expressa sob essa forma seca que os antigos chamavam de argumentos e os nossos Camões escolares dessa forma ainda chamam aos resumos, em prosa ou verso, dos cantos dos Lusíadas. É preciso que esse argumento se transforme em sentimento; e a arte, a literatura salutar tem o poder de fazê-lo, de transformar a ideia, o preceito, a regra, em sentimento; e, mais do que isso, torná-lo assimilável à memória, incorporá-lo ao leitor, com auxílio dos seus recursos próprios, com auxílio de sua técnica. (BARRETO, 2017, p. 271).

Nessa citação podemos ver como Lima Barreto atribuía um alto valor a linguagem literária que ele considerava capaz de passar a um grande número de pessoas uma mensagem que por argumentos filosóficos perderia grande parte de sua força. Mostra, portanto, o poder da Literatura de unir os homens em torno de um ideal, de sondar as almas de forma profunda e por mais diferentes que elas sejam, nos levar a entender um pouco da nossa humanidade.

Prosseguindo sua argumentação sobre a importância da Literatura para a sociedade, Lima compartilha da opinião de Guyau³⁶ de que a Arte, em especial a Literatura, evoca aquilo que existe de mais profundo na consciência humana, os sentimentos mais elevados e os pensamentos mais sublimes, erguendo o homem da sua vida individual e isolada para um patamar da existência em que ele participa das ideias e crenças gerais e nos sentimentos mais profundos da humanidade. O ser humano através da Literatura seria capaz de ir além dos preceitos e preconceitos de seu tempo, do seu nascimento, da sua pátria, raça, alcançando uma visão totalizante do universo, incorporando sua vida ao mundo. Finalizando essa exposição da visão barretiana sobre o que ele considera uma Literatura Militante, deixemos que ele nos fale:

Mais do que qualquer outra atividade espiritual da nossa espécie, a Arte, especialmente a Literatura, a que me dediquei e com que me casei; mais do que ela nenhum outro qualquer meio de comunicação entre os homens, em virtude mesmo do seu poder de contágio, teve, tem e terá um grande destino na nossa triste Humanidade. (...) a Literatura reforça o nosso natural sentimento de solidariedade com os nossos semelhantes, explicando-lhes os defeitos, realçando-lhes as qualidades e zombando dos fúteis motivos que nos separam uns dos outros. Ela tende a obrigar a todos nós a nos tolerarmos e a nos compreendermos; e, por aí, nós nos chegaremos a amar mais perfeitamente na superfície do planeta que rola pelos espaços sem fim. O Amor sabe governar com sabedoria e acerto, e não é à toa que Dante diz que ele move o Céu e a alta Estrela. Atualmente, nesta hora de tristes apreensões para o mundo inteiro, não devemos deixar de pregar, seja como for, o ideal de fraternidade, e de justiça entre os homens e um sincero entendimento entre eles. E o destino da Literatura é tornar

³⁶ Jean-Marie Guyau, filósofo e poeta francês, influenciado pela literatura de Victor Hugo, Alfred Musset, Platão e Epicteto. Morreu aos 32 anos de tuberculose. A ele é atribuído a criação da ética anarquista. Pesquisado em: <https://biblicoteologico.blogspot.com/2015/07/jean-marie-guyau-irreligiao.html> Acesso em: dezembro de 2019.

sensível, assimilável, vulgar esse grande ideal de poucos a todos, para que ela cumpra ainda uma vez a sua missão quase divina. (BARRETO, 2017, p. 279-280).

Essa visão da importância social da Literatura, embora exposta um ano antes da sua morte, foi uma guia constante da sua carreira literária que chegará ao fim com a sua morte em 1922.

1.7 A vida boêmia e o alcoolismo.

A Revista Floreal teve vida curta, durou apenas 04 edições com uma vendagem pouco expressiva, mas o suficiente para Lima lançar seu romance de estreia, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. A busca por uma editora para a publicação de sua obra, encontra fim com a aceitação da Livraria Clássica Editora, pertencente a A.M. Teixeira e Cia em Portugal. Essa casa editorial se comprometeu a lançar a obra caso Lima abrisse mãos dos direitos autorais, no que foi prontamente atendido pelo autor desejoso de ver a sua obra impressa e disponível nas livrarias cariocas. O lançamento da obra não despertou o interesse imaginado por Lima, as resenhas foram poucas e a polêmica não veio, porém, as inimizades adquiridas por Lima com a publicação desse romance iriam barrar sua entrada na grande imprensa, pelo resto da vida.

Na obra, o jovem Isaías Caminha, mulato, filho de uma mulher negra com um pároco, recebe boa educação do pai e na escola do interior do Rio onde mora e, logo após a maioridade, vai em direção à capital do estado, em busca do ensino superior. Lá descobre rapidamente quando está em uma estação suburbana o que é ser negro no Brasil, em especial na maior cidade da República, que durante século utilizou largamente o trabalho escravo. Decepcionado com a política e a imprensa da época, Lima carrega nos tons de crítica aos jornalistas cariocas. Fica claro que os ataques se dirigem ao Jornal O Correio da Manhã³⁷, no qual Lima havia trabalho em 1905, e aos seus jornalistas apresentados como incompetentes, interesseiros e descompromissados com a verdade das reportagens.

O romance será considerado à clef, ou seja, um romance pouco artístico carregado de traços biográficos do autor, mas para Lima havia uma clara intenção na publicação desse

³⁷ Fundado por Edmundo Bittencourt em 15 de junho de 1901, o jornal se vangloriava por dar a informação em detrimento da opinião, embora tenha adotado um opção de confronto com a maioria dos presidentes da Primeira República, acabou sendo alvo de seguidas ações autoritárias dos primeiros presidentes da República. Pesquisado em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-manha> Acesso em: dezembro de 2019.

romance, que era mostrar a sua Literatura Militante, “construída por meio de vários ‘anti’: antiacademia, antiformalismo, antijornalismo, antirrepública” (SCHWARCZ, 2017, p. 227).

A recepção fria a sua obra de estreia não irá fazer com que Lima Barreto abandone suas convicções e obras literárias, mas irão se somar a um conjunto de infortúnios que o levarão a uma vida voltada para a bebida como forma de fuga da realidade doméstica, pessoal, profissional e literária. No Diário Íntimo, Lima registra suas desventuras com a bebida, antes mesmo da publicação em formato de livro de Isaías Caminha, e as consequências negativas para a sua vida:

Desde menino, eu tenho a mania de suicídio. Aos sete anos, logo depois da morte de minha mãe, quando eu fui acusado injustamente de furto, tive vontade de me matar (...) Hoje quando essa triste vontade me vem, já não é o sentimento de minha inteligência que me impede de consumir o ato: é o hábito de viver, a covardia, é a minha natureza débil e esperançada (...) Vai me faltando a energia. Já não consigo ler um livro inteiro, já tenho náuseas de tudo, já escrevo com esforço; Só o Álcool me dá prazer e me tenta... Oh! Meu Deus! Onde irei parar? (BARRETO, 1998, p. 88-89).

Esse lamento em relação a vida, falta de energia e o uso do álcool será constante no seu Diário Íntimo e constituirá um grande problema durante a sua vida, a ponto do alcoolismo gerar problemas psíquicos que levarão Lima a uma primeira internação em 1914, no Hospício Nacional de Alienados³⁸. A vida entregue à bebida cobrava um alto preço social, afetivo e profissional. Sua entrada no hospício se dará por meio da intervenção da polícia a mando do seu irmão Carlindo³⁹. Na época “havia clara associação entre alcoolismo, estados de demência e moléstias mentais” (SCHWARCZ, 2017, p.271). No momento em que Lima é internado cresce a medicalização e a normatização científica da loucura, o que não impedia o discurso e a prática médica de estarem profundamente ligadas as ideologias de cunho racial, preconceitos de gênero e uma grande dificuldade para com a humanização dos internos, como também a falta de tratamentos adequados para as moléstias mentais, receitando muitas vezes o mesmo tratamento para problemas diferentes.

Em sua estadia no Hospital Nacional de Alienados, nos momentos de lucidez Lima não deixará de notar também ali onde todos estão igualados pelo toque da loucura, como as

³⁸ Inaugurado no Rio de Janeiro em 1852 com o nome de Hospício Pedro II, foi o primeiro hospital para fins de tratamento mental no Brasil e o segundo da América Latina. Após a Proclamação da República o nome foi alterado para Hospício Nacional de Alienados. Pesquisado em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/hospedro.htm> Acesso em: dezembro de 2019.

³⁹ Lima irá narrar essa ida ao hospício de uma forma ficcional no conto *Como o homem chegou*.

diferenças sociais e raciais deixarão sua marca na forma como o interno era tratado. Sua descrição física na ficha de entrada busca sinais degenerativos associados a raça, bem como o seu estado subjetivo e como isso tinha relação com o seu estado mental. Sendo registrado como funcionário público, sua condição de interno sofre uma pequena melhora em relação aos demais pacientes: negros, marginais e mulheres, muitos abandonados pelos seus parentes envergonhados por ter alguém na família padecendo de estados de loucura. Em 13 de outubro, Lima recebe alta da internação, mas os fantasmas da loucura e do abuso do álcool continuarão atrapalhando a sua vida, levando-o a aposentadoria do seu trabalho na Secretaria da Guerra.

1.8. Aposentado do Ministério da Guerra e seus escritos posteriores.

Em 1918, a saúde de Lima já se encontrava bem delicada. Sucessivas recaídas na bebida, uma vida desregrada na alimentação e nos cuidados físicos debilitavam cada vez mais o seu estado. Apesar de ter apenas 37 anos, o seu estado físico encontrava-se envelhecido, estampando na cara o preço da vida no alcoolismo, dessa forma, seu trabalho na Secretaria da Guerra ocupava a mente de Lima como um empecilho para a sua escrita, uma vez que ele enxergava seu emprego como um limitador para suas opiniões críticas em relação ao governo. A saída seria entrar com um pedido de aposentadoria por invalidez em 27 de julho do mesmo ano. Uma junta médica analisará o caso e em menos de um mês a aposentadoria de Lima foi aprovada. O laudo dos médicos apontava a incapacidade ao trabalho por “epilepsia tóxica”.⁴⁰ Chegaria ao fim a vida de Lima como servidor público e abria-se assim uma fase livre das obrigações laborais e dedicadas totalmente à literatura.

Livre do que ele considerava suas principais amarras, a produção barretiana se tornará cada vez mais intensa. Seus romances estão sendo publicados e vendem razoavelmente, o suficiente para fazer de Lima Barreto um escritor relativamente conhecido, porém não o suficiente para abrir as portas da Academia Brasileira de Letras, sendo sempre excluído quando havia alguma vaga disponível. Enquanto a Academia fecha seus espaços para Lima, os jornais de orientação crítica, abrem suas páginas para seus contos e crônicas. Será na Revista A.B.C⁴¹ e na Careta que Lima mais publicará em seus últimos anos de vida.

⁴⁰ Uma nova junta médica em 27 de novembro de 1918, ratifica o diagnóstico da junta anterior. O decreto final de aposentadoria sai em 26 de dezembro do mesmo ano. (SCHWARCZ, 2017, p.608).

⁴¹ Fundada em 1915 por Ferdinando Borba (italiano), circulava aos sábados. (SCHWARCZ, 2017, p.364).

Escrevendo para esses meios de comunicação, Lima busca demonstrar independência de pensamento diante das correntes políticas organizadas. Embora se declarasse anarquista⁴², recusava a rigidez de definições que de alguma forma colocasse em risco sua independência intelectual.

Lima criticava vários tipos de comportamentos em voga na sua época, tais como estrangeirismo, a literatura sorriso da sociedade, o football, as modas elegantes da Rua do Ouvidor, etc. Esse ser do “contra” de Lima o leva a se afinar cada vez mais com a ideologia anarquista na crítica contra os Estados Unidos, que Lima acusa com toda razão de racismo, a militarização da Alemanha que havia tido uma intensa participação na Primeira Guerra Mundial, a morte desnecessária de animais, o serviço militar obrigatório, o nacionalismo e todo e qualquer tipo de ufanismo. Lima adotava um ideário pacifista, defendendo a colaboração dos homens entre si. Serão dessa época as crônicas sobre as transformações urbanas do governo de Carlos Sampaio⁴³ que vão preparar a cidade do Rio de Janeiro para as comemorações do centenário da independência em 1922.

A partir de 1917, começa a sair pelo A.B.C os capítulos da sátira Os Bruzundangas, vendido por Lima a 70 mil-réis para pagar empréstimos a agiotas. No livro, um estrangeiro viaja para uma república chamada Bruzundangas e relata o que viu e viveu durante a sua estadia. O livro é claramente uma crítica ao Brasil naquilo que Lima mais detestava entre nós, a saber: o apego às aparências, ao título de doutor, aos literatos vazios de forma e conteúdo, à corrupção política, à superficialidade intelectual da população brasileira, tudo apresentado de uma forma altamente irônica.

Em 04 de novembro de 1918, Lima dá entrada no Hospital Central do Exército após uma sequência de bebedeiras que o levam a uma forte queda e a fratura da clavícula. Durante os dois meses que passou internado, Lima escreveu várias crônicas para jornais e enviou os originais de Vida e Morte de M. Gonzaga de Sá para a publicação tendo como editor Monteiro

⁴² O Anarquismo é uma teoria social e um movimento político bastante influente durante o século XIX e início do século XX que defendia que a sociedade existe de forma independente em antagonismo ao poder exercido pelo Estado. Pesquisado em: <https://www.todamateria.com.br/anarquismo/> Acesso em: dezembro de 2019.

⁴³ Nascido em 13 de setembro de 1861 em uma família de classe média. Estudou na Politécnica entre 1875 e 1880 formando-se em engenharia. Foi professor da Escola Naval, membro fundador do Clube de Engenharia, grupo ligados a elites que visavam defender os interesses dos engenheiros brasileiros. Figura ativa na política imperial e republicana. Irá governar a cidade do Rio de Janeiro entre 1920 e 1922, se destacando pelas ações tomadas para as comemorações do centenário da independência do Brasil. Fará uma gestão marcada pelas tentativas de recuperação dos cofres públicos exauridos pelos prefeitos anteriores. Pesquisado em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetesprimeirarepublica/SAMAPIO,%20Carllso.pdf> Acesso em: dezembro de 2019.

Lobato⁴⁴, recebendo um adiantamento de 1 conto de réis, e 50% dos lucros com as vendas dos exemplares.

No ano de 1919, Lima será internado novamente no manicômio quando entra em crise no mês de dezembro. Nessa internação será tratado pelo doutor Juliano Moreira, um médico crítico das teorias raciais, apresentando um comportamento humano em relação aos pacientes e uma admiração e carinho por Lima, do qual havia lido alguns escritos. Durante a sua internação na seção Calmeil, vai ter um certo espaço e tempo para tomar notas para mais um projeto literário, O Diário do Hospício e o romance Cemitério dos Vivos, que estabelece um diálogo com a obra de Dostoiévski, tentando mostrar o avesso do mundo civilizado: o hospital psiquiátrico.

A sua decadência física e também mental, que se manifestava por delírios alcoólicos, crises de ansiedade e lapsos de memória, não impedem Lima de escrever contos, crônicas e nem de revisar constantemente uma obra que ele tinha muito apreço, o romance Clara dos Anjos⁴⁵. O romance já havia sido esboçado em suas anotações do Diário Íntimo e seria publicada em sua primeira versão na forma de conto na coletânea *Histórias e Sonhos* (1920).

No conto e no romance, Lima destaca a questão racial e como isso era praticamente determinante no posicionamento social do indivíduo no Brasil. Será discutindo também a relação dos subúrbios cariocas com o centro da cidade e como essas diferenciações geravam uma série de hierarquias sociais entre as pessoas, condicionando amizades, relações de trabalho e matrimônios. O casamento é um dos temas centrais da obra. Lima como crítico do modelo de casamento, chamado na época de casamento burguês, desfere fortes críticas a esse tipo de relação que muitas vezes eram apenas utilizadas como forma de ascensão econômica, deixando de lado o que realmente deveria contar que era a felicidade das pessoas.

No romance, a jovem heroína trágica Clara dos Anjos é claramente um ser superior moral e intelectualmente ao seu “par romântico”, o malandro Cassi Jones de Azevedo, descrito como branco, mal caráter, violeiro e preguiçoso. Vivía às custas do pai e da mãe super protetora, causando problemas nos subúrbios ao seduzir um incontável número de moças solteiras e senhoras casadas, arruinando-as em seguida financeiramente e afetivamente. Clara, mulata, moça pobre e ingênua perderá sua virgindade e engravidará ao ser enganada por Cassi Jones.

⁴⁴ Escritor, jornalista, editor e empresário paulista. Editou um romance de Lima Barreto e trocou algumas cartas. Ambos consideravam um ao outro como amigos, mas pelo que consta entre seus biógrafos existem dúvidas se ambos chegaram a se encontrar. Pesquisado em: <https://homoliteratus.com/monteirolobato-limabarreto/> Acesso em: dezembro de 2019.

⁴⁵ O romance será terminado em 1922 e publicado postumamente no ano de 1948.

Abandonada pelo namorado enfrenta o preconceito da mãe do jovem e se dar conta de que as mulheres negras eram tratadas inferiormente pela hipócrita sociedade de época, tanto a suburbana, quanto do Rio branco e letrado da época.

No ano de 1922, o estado de Lima era lamentável. De acordo com Schwarcz:

Embora nos últimos tempos Lima andasse determinado a não esmorecer, o álcool continuava consumindo a sua saúde. As pernas doíam, sentia as dores do reumatismo em várias partes do corpo, as juntas viviam inchadas, e tinha taquicardia – tudo consequência da bebida. Apresentava cada vez mais pico de depressão, quando ficava calado e irritadiço, e seu humor oscilava demais. O ex-amuanuense padecia de falta de vitamina B6 (...) o que lhe causava lesões na pele, rachadura nos cantos da boca, dores articulares. Seu sistema imunológico parecia vulnerável até a um inocente resfriado. Lima sentia formigamento nas mãos e nos pés. Enfim, ainda jovem, lembrava o aspecto do pai, parecendo muito mais velho do que era, com bolsas intumescidas embaixo dos olhos. (SCHWARCZ, 2017, p.467).

O estado decaído em que Lima se encontrava falava abertamente que seus dias estavam no fim. Cada vez mais isolado dos amigos e quase sem sair do seu quarto, lia e escrevia quando as forças permitiam. No dia 01 de novembro de 1922, a morte chega para Afonso Henriques de Lima Barreto às 17 horas, através de um colapso cardíaco. No momento da morte estava sentado em sua cama com um exemplar da *Revue de Deux Mondes*. Foi enterrado na manhã seguinte no Cemitério São João Batista no centro do Rio de Janeiro.⁴⁶

Com o objetivo de contextualizar a vida e obra de Lima Barreto esse capítulo foi escrito, pois partimos do princípio de que a obra literária desse autor, sua vida e o contexto em que foi escrita se fundiram de tal forma que só assim será possível uma correta compreensão do seu legado. No capítulo seguinte, iremos nos focar na sua produção enquanto cronista e sua representação da cidade do Rio de Janeiro com suas inúmeras reformas urbanas e como elas alteraram a vida das camadas pobres da capital da República.

⁴⁶ Lima Barreto tinha horror aos enterros dos subúrbios que eram feitos através de ruas esburacadas, encharcadas nos dias de chuva e que em algumas ocasiões devido as dificuldades do transporte o caixão do defunto vinha ao chão, levando a uma “ressurreição do morto” que caía do caixão. Essa realidade será critica num a crônica chamada *Os Enterros de Inhaúma*.

CAPÍTULO 02: A LITERATURA DE LIMA BARRETO E O ENSINO DE HISTÓRIA

É fato notório entre os professores de História que entre a maior parte dos nossos alunos de Ensino Fundamental e Médio existe uma dificuldade clara em entender o porquê de a História fazer parte do currículo escolar, quando na visão de alguns existem coisas mais urgentes para ensinar e estudar, sendo assim, o estudo do passado seria irrelevante para sua formação básica, já que aquilo que passou não interessaria mais e nem teria nenhuma consequência no presente.

Pode ser constatado esse desinteresse pelos estudos históricos a partir das seguintes perguntas feitas pelos alunos: *por que tenho que estudar sobre algo que já passou? Por que se preocupar com o passado, se o que interessa é o futuro? Eu nem era nascido nessa época.* Essas e várias outras perguntas chegam frequentemente aos ouvidos dos professores de História. Visto como maçante, o saber histórico dificilmente empolga os adolescentes da Educação Básica, imersos em um profundo imediatismo e acostumados com um mundo cada vez mais rápido e em constante transformação.

Diante desse cenário, muitos professores buscam meios alternativos de tornar as aulas de História mais interessantes e atrativas para seus alunos. Aproveitando a abertura da disciplina para os vários campos do saber, o professor pesquisador se volta entre tantas opções para a literatura e sua relação com o conhecimento histórico.

2.1 Clio e Calíope se encontram

Se abrirmos um dicionário nos dias de hoje, a separação entre História e Literatura será bem clara. A História lidaria com o passado a partir de fontes e estabeleceria os fatos verdadeiros, e a Literatura ficaria com o espaço da ficção, essa sendo vista como algo fruto do imaginário humano, ou seja, aquilo que não tem correspondência com a verdade. Fica claro na concepção corrente que a História e a ficção não caminham juntas, cada uma segue seu caminho separadamente. Por mais que existam diferentes visões sobre o que de fato é História, todas concordam (pelo menos até o século XIX) que a História lidaria com o reino do verdadeiro e a Literatura com o da ficção, com aquilo que foi inventado.

Essa postura tem origem com os gregos da Antiguidade, em especial com Aristóteles⁴⁷, Tucídides⁴⁸ e Heródoto⁴⁹, mas encontra a sua versão mais acabada com o pensamento racionalista cartesiano e o cientificismo do século XIX.

Na antiguidade, Aristóteles estabeleceu que tanto a história como a poesia (aquilo que o filósofo grego entende por literatura), são narrativas, ou seja, sequências ordenadas sobre algo que ocorreu ou poderia ter ocorrido. Afirmar que a História é uma narrativa verdadeira não quer dizer que ela seja uma narrativa que retrate o fato como ocorreu, como se fosse uma mera cópia da realidade, pois sempre existe a presença de um: “narrador que mediatiza aquilo que viu, vê e ouviu falar e que conta e explica a terceiros uma situação não presenciada por estes”. (PESAVENTO, 2000, p.34).

Colocando a narrativa histórica do lado da verdade, o filósofo grego não confunde a narrativa com o real, uma vez que entre o que se passou e o que foi escrito existe um mediador, que seria responsável pelo narrado. Esse narrado seria a ponte entre o ocorrido e o leitor/ouvinte. Fica claro que desde cedo se tem a noção de que narrador existe tanto no conhecimento histórico, quanto no literário.

Heródoto, considerado durante muito tempo como o pai do conhecimento histórico, age como um narrador que não escapa a certas estratégias de ficção, pois:

Recolhe do mundo aquilo que faz sentido à sensibilidade dos gregos(...) seu discurso tem intenções: informar, explicar e salvar a memória do passado. Com isso constrói e fixa imagens e discursos sobre a realidade deste passado ainda próximo, que se pretende lógica e verdadeira. Em suma, ele é o mediador entre o que não se viu e não se ouviu, mas que pela sua narrativa, é representado”. (PESAVENTO, 2000, p. 35).

Dessa forma, a escrita de Heródoto será acreditada pelo seu discurso convincente, ancorado pela sua argumentação, pela confiança na sua pessoa como narrador e criador de um conjunto de imagens compreensíveis, pois relataria o que viu e o que terceiros (testemunhas de confiança) contaram a ele.

⁴⁷ Filósofo grego (384-322 a.C), discípulo de Platão e fundador da Academia. Em sua obra *A poética* estabelece as relações entre o conhecimento histórico e poético. Pesquisado em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/artepoetica/> Acesso em: janeiro de 2020.

⁴⁸ Famoso historiador grego (460-400 a.C), escreveu a *História da Guerra do Peloponeso* na qual lutou como o soldado. Buscou a imparcialidade nas suas narrativas e a busca das causas dos acontecimentos históricos sem recorrer a ação dos deuses. Pesquisado em: <https://www.ebiografia.com/tucidides/> Acesso em: janeiro de 2020.

⁴⁹ Geógrafo e historiador grego (485-425 a.C), foi considerado o pai da História e autor de uma obra que conta a luta entre gregos e persas. Buscava fontes oculares para suas pesquisas, além de ter sido participante de importantes acontecimentos da história grega. Pesquisado em: <https://www.infoescola.com/biografias/herodoto/> Acesso em: janeiro de 2020.

Para Tucídides, a oralidade e a memória são traiçoeiras, pois, os homens esquecem, mentem, suprimem e acrescentam detalhes ao que eles presenciaram ou ouviram dos outros, logo essa insegurança em relação ao que ocorreu nos remete ao mito, ao tempo das lendas e fábulas do conhecimento mitológico. Para se precaver desse perigo, Tucídides se volta para o documento escrito. Seu objetivo, voltar-se para aquilo que aconteceu um dia, buscando extrair a verdade desse acontecimento. Seu discurso narrativo busca ser a fala autorizada sobre o real: “Esta postura, que estabelece o primado do documento no trabalho do historiador e que o faz depositário da verdade do real acontecido, fez escola com o racionalismo cartesiano e atingiu seu apogeu no cientificismo novecentista”. (PESAVENTO, 2000, p.36).

No século XIX, Clio é revestida com um manto de cientificidade, tornando-se a rainha das ciências, desse modo os historiadores do século XIX buscam a verdade nos documentos oficiais, desejosos de dar um caráter científico a História que se constituía como ciência, os outros saberes tido como não científicos foram deixados de lado, sendo assim, a Literatura então passou a ser vista como uma mentira, ficção, invenção, ficando ausente das análises dos historiadores por muito tempo, somente as fontes oficiais diziam a verdade e eram confiáveis.

Foi somente no século XX com a abertura do conceito de fonte histórica, propiciado pela Escola dos Annales⁵⁰, que a Literatura foi aproveitada pelos pesquisadores da História, permitindo novas e ricas abordagens do passado das diversas sociedades estudadas pelos historiadores. Segundo Lucien Febvre:

Os textos, sem dúvida: mas todos os textos. E não só os documentos de arquivos em cujo favor se cria um privilégio (...). Mas também, um poema, um quadro, um drama: documentos para nós, testemunhos de uma história viva e humana, saturados de pensamento e de ação em potência (FEBVRE, s.d., p. 31).

A ampliação da noção de fonte histórica abre o questionamento entre a verdade (História) e ficção (Literatura), relativizando fronteiras e abrindo espaço para a interdisciplinaridade, colocando entre parênteses as grandes verdades científicas e as

⁵⁰ Tem como fundadores o historiador francês Marc Bloch e Lucien Febvre com a revista *Annales d'Historie Économique et Sociale* em 1929. A geração da década de 70 dos Annales, também conhecida como terceira geração aprofundou aquilo que os pioneiros começaram, e a Literatura foi aceita de vez como uma fonte para a História, permitindo abordagens mais ricas, fecundas e novos objetos de estudo, como também abriu um amplo espaço de diálogo com os estudos literários, uma vez que o historiador tem que dominar o instrumental básico para trabalhar como a Literatura. (FERRIERA, Antônio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. (Orgs). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2012, p. 63.

explicações totalizantes que não dão conta da complexidade do real. O debate acerca da verdade histórica será deixado de lado por muitos historiadores que já não estão mais presos à ideia de História/verdade. A relação com a ficção é posta nos domínios de Clio, entendendo que na História existem muitos elementos que a aproximam de forma íntima da Literatura, sendo o saber histórico sempre uma construção do estudioso que reconstrói uma temporalidade, a partir de fontes históricas, e que transpõe sua pesquisa através de um *texto narrativo*. Dessa forma, a História seria uma ficção controlada:

Nossa ideia é de que o texto histórico comporta a ficção, desde que o tomemos na sua acepção de escolha, seleção, recorte, montagem, atividades que se articulam à capacidade da imaginação criadora de construir o passado e representá-lo. Os gregos que o digam, apesar das suas propostas diferenciadas. Há, e sempre houve, um processo de invenção e construção de um conteúdo, o que, contudo, não implica dizer que este processo de criação seja de uma liberdade absoluta.

A história, se a quisermos definir como ficção, há que ter em conta que é uma ficção controlada. A tarefa do historiador é controlada pelo arquivo, pelo documento, pelo caco e pelos traços do passado que chegam até o presente. De uma certa forma, eles se "impõem" ao historiador, que não cria vestígios do passado (no sentido de uma invenção absoluta), mas os descobre ou lhes atribui um sentido, conferindo-lhe o estatuto de fonte. Ou seja, são as perguntas que o historiador faz aos registros do passado que lhe chegam às mãos que irá dotá-los - ou não - de significância para seu trabalho. Logo, a própria categorização de algo como fonte é, já, uma construção. (PESAVENTO, 2000, p.36).

O fato de afirmar que a História é uma ficção controlada não implica negar a dimensão científica do saber histórico. A produção do historiador é submetida a argumentação, rigores do método, testes e comparações, bem como a análise dos seus pares, não é uma produção sem controle ao bel prazer do pesquisador, buscando recuperar para os leitores de hoje aquilo que os homens e mulheres do passado fizeram. Narrador e leitor estão fora do acontecido, ou do que é apresentado como acontecido, e fazem tentativas de penetrar nesse mundo para representar um outro contexto. Essa representação será sempre aproximada, e tanto a Literatura quanto a História se aproximam do real de maneiras distintas.

O historiador recorre a aspectos da ficção, como cenário, personagens, descrições para convencer o leitor a lê-lo e apresentar a sua pesquisa de forma agradável ao mesmo, utilizando esses recursos como meios para tornar o texto compreendido. Contudo, o seu compromisso com as fontes é fundamental, pois não se faz História sem fontes, sendo o pesquisador controlado pelas fontes a que se tem acesso, que serão analisadas a partir de seu objeto de pesquisa e problemática. O literato, por outro lado, recorre a fontes para dar “garantias do real”, elementos

de “veracidade”, mas não tem obrigação de segui-los, pois é livre em sua imaginação para trabalhá-las com desejo.

A relação entre o saber histórico e o texto literário abriu um leque de possibilidades para o ensino de História. Hoje contos, poesias, romances e crônicas são utilizadas de forma eficiente pelos professores em sala de aula. Em nosso trabalho, escolhemos as crônicas do escritor carioca Lima Barreto para o trabalho em sala de aula, utilizando-as como fontes e linguagens no Ensino Básico.

2.2 A crônica e suas características gerais.

Antes de entrar de forma específica na crônica barretiana, acreditamos ser necessário esclarecer o que vem a ser o gênero literário crônica. Bastante difundida entre os consumidores de literatura, ela difere do romance e do conto em alguns pontos e, em muitos momentos, torna-se um gênero literário difícil de definir. Vamos buscar esclarecer as características da crônica e mostrar como ela pode ser uma fonte carregada de possibilidades para o Ensino de História.

Em uma breve introdução, presente em um livro sobre a crônica e suas transformações no Brasil,⁵¹ o crítico literário Antônio Cândido⁵² nos mostra que a crônica sempre foi considerada um gênero menor em comparação com os romances e contos que eram vistos como uma espécie de gênero literário superior. A narrativa cronista seria uma escrita mais rasteira, próxima do cotidiano das pessoas, voltando-se para acontecimentos miúdos do cotidiano.

Essa volta para as coisas do dia a dia feita pelos cronistas, por outro lado, carrega em si uma série de possibilidades para o professor em sala de aula. Além de serem textos curtos, quase sempre fáceis de ler, o texto de uma crônica nos leva para os acontecimentos “*miúdos*” mostrando ao leitor as belezas das sutilezas cotidianas que seriam reveladas em suas peculiaridades e grandezas.

Diante de uma crônica, o professor/historiador entra em contato com as visões que os escritores tinham sobre determinada dimensão da realidade, o que pode permitir ao aluno o entendimento de que um determinado acontecimento pode ser visto de formas diferentes, ajudando-o a construir a sua própria percepção do acontecimento estudado, através de um tipo

⁵¹ Candido, Antônio(org.) A crônica: sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

⁵² Antônio Candido de Mello e Souza (1918-2017), sociólogo, crítico literário, e professor universitário brasileiro. Autor de vários livros sobre a Literatura Brasileira, entre eles Literatura e Sociedade. Foi professor da USP. Pesquisado em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa378/antonio-candido> Acesso em: janeiro de 2020.

de vestígio do passado que possibilita perceber sentimentos, pré-conceitos, conceitos e que muitas vezes toca na sensibilidade das pessoas para além da racionalidade científica.

De acordo com a historiadora Jatahy Pesavento, a crônica deveria ser vista: “como um gênero de fronteira, ‘lócus’ privilegiado para os olhares cruzados entre a Literatura e a História, nos domínios da nova História Cultural” (PESAVENTO, 1997, p.29). O cronista é narrador, pois a crônica é antes de tudo narrativa, e aquele que narra vai se reportar a acontecimentos distantes no tempo e no espaço (o tempo varia de acordo com o que está sendo narrado) e traz para o presente aquilo que estava no passado. A figura do cronista nos remete às figuras de contadores de histórias, seres presentes no imaginário comum das pessoas, que falam de algo longe, distante do público, que por sua vez ouve e confia no narrador e no seu talento de contar histórias.

Porém, a crônica produzida na Primeira República tem algumas características que são próprias da sua época, o século XIX, com todas as suas transformações a nível político, cultura e social. Com os avanços tecnológicos espalhando-se para várias partes do mundo, a partir dos centros do capitalismo mundial, o Brasil não fica de fora. O Rio de Janeiro na época de Lima Barreto era uma capital em ebulição, passando por várias transformações visando colocá-la no cenário mundial como uma grande metrópole. A crônica nesse momento ocupa um lugar de destaque nos jornais, principais fontes para a formação da opinião das pessoas:

Herdeira do folhetim, a crônica encontrou, no século XIX, seu veículo de difusão nos jornais, naquele momento em que a sociedade burguesa impunha ao mundo o ritmo de progresso e a busca incessante do novo. O desenvolvimento dos meios de comunicação e a velocidade da notícia imprimiam à vida urbana um padrão de consumo rápido das informações. Neste sentido se impõe a crônica, nascida da aceleração da vida e da fetichização do mundo, que faz da notícia uma mercadoria rapidamente descartável. (PESAVENTO, 1997, p.30).

Consumidas em jornais, a crônica moderna surge com um tipo de texto claro e direto, pois tem um recado para dar em poucas páginas em um meio de comunicação de rápida leitura, bem como de esquecimento. Mas essa realidade não nos deve fazer pensar que a crônica seja um tipo de texto superficial, escrito de qualquer jeito com o único objetivo de preencher um espaço vazio nas páginas de um jornal, pois encontramos crônicas de altíssima qualidade entre nossos escritores que trabalharam temáticas que ainda hoje são atuais e chamam a atenção de leitores de todas as idades. O leitor aproxima-se da crônica devido a sua linguagem próxima da oralidade. Oralidade e forma narrativa rápida, dinâmica, coloca esse gênero literário como uma ferramenta privilegiada de representações na sociedade urbanizada da nossa época contemporânea.

A crônica se apresenta como uma leitura do cotidiano, um comentário sobre a vida e o tempo, dando um significado para o que foi vivido pelo autor, ou em alguns casos, o que outros viveram e o escritor narrou: “Narrador por excelência do cotidiano, o cronista tece fios, recupera redes, articula uma experiência. Ele compõe como um itinerário pela vida diária, muitas vezes percorrido, mas que a partir da sua narrativa, ganha uma luz especial.” (PESAVENTO, 1997, p. 32).

Podemos ver isso claramente em Lima Barreto, com suas caminhadas constantes pelos subúrbios e pelos bairros do Rio de Janeiro, ele vai traçando em suas crônicas um verdadeiro panorama das transformações urbanas vivenciadas nas primeiras décadas do século XX, chamando a atenção dos seus leitores para as mudanças da moda, da estrutura da cidade, dos costumes das pessoas, do lazer praticado, da forma como os políticos geriam as cidades, etc.

Sendo uma leitura do cotidiano, o texto do cronista lança um olhar intencional sobre o que ele deseja mostrar, pois está condicionado pelo seu tempo, pelos jogos de poder do momento em que vive e escreve, das suas intenções deliberadas, buscando atingir determinado objetivo ao ser lido por um leitor ativo que recepciona o texto dentro de um contexto de vida, e, como sujeito ativo, muitas vezes determina que tipo de texto deseja ler e que autores vão continuar escrevendo para os jornais e revistas. Pode-se dizer que a crônica não é só uma produção do escritor, mas também produção do leitor.

O professor/historiador que se debruça sobre as crônicas buscando encontrar as vozes e sensibilidades de um passado, deve levar em conta a presença da imaginação criadora que age na produção do texto e na sua leitura. A crônica oferece um espaço privilegiado para as formas passadas de representação da realidade que traduzam a sensibilidade de uma época.

2.3 A crônica de Lima Barreto nas aulas de História

Escritor ativo e produtivo, Lima já tinha uma produção de textos jornalísticos, de opinião e crônicas⁵³ desde a sua juventude. Durante o período em que esteve na Politécnica, ele escreveu para jornais da escola textos satíricos e de opinião sobre assuntos importantes do momento. Escreveu para o jornal *A Lanterna* junto com seus amigos, e, em 1903, foi colaborador da *Tagarela*, jornal humorístico, usando o pseudônimo de Ruy Pina. Escreveu também no semanário *O Diabo*.

⁵³ Ao todo Lima produziu 504 crônicas e artigos para diversos jornais e revistas que foram publicados, em sua maioria postumamente, nas seguintes coletâneas: Crônicas do Reino de Jambom, Bagatelas, Feira e Mafuás, Vida Urbana, Marginália e Impressões de Leitura. (BOTELHO, 2017, p. 27).

Em 1907, funda a Floreal junto com os amigos do grupo “*Explendor dos Amanuenses*”, publicação para contemplar os escritores fora dos círculos das grandes editoras e sem um bom padrinho político. A revista durou pouco, mas impulsionou a carreira de Lima e sua colaboração com os jornais e revistas do Rio de Janeiro.

Lima conhecia a cidade do Rio nos mínimos detalhes, percorrendo durante o dia as suas ruas, muitas vezes continuando suas caminhadas noite a dentro. Atento observador do meio em que vivia, era capaz de enxergar as contradições de uma cidade que se modernizava olhando para a Europa, em especial a França, buscando ser o cartão postal do Brasil para o mundo. Segundo Botelho:

(...) Lima Barreto foi sobretudo um cronista da cidade do Rio de Janeiro, que em suas crônicas, colunas e artigos punha-se invariavelmente a sujar as mãos com os problemas cotidianos da cidade em que vivia, embora isto nunca tenha sido um limite para suas abordagens, mas apenas um ponto de partida quase obrigatório de temáticas quase sempre nacionais. (BOTELHO, 2017, p. 89).

É imerso nesse cotidiano que Barreto colhe o seu material para seus textos. Morador do subúrbio, usuário de trens, boêmio, andarilho, estava ligado de forma íntima a uma multidão de desvalidos na Primeira República, não poupando críticas ao governo em vários dos seus textos, com uma escrita livre de conchavos políticos e apadrinhamento das elites: “Detectou as contradições que atravessam o processo de urbanização e o desenvolvimento do capital industrial e financeiro do Brasil, denunciando-as sempre que as oportunidades para tanto lhe eram oferecidas”. (ANGELIM, 2008, p. 27). Era livre para criticar o que ao seu ver estava errado, em consonância com o seu projeto de literatura militante.

Em suas crônicas podemos perceber sua desconfiança em relação aos rumos que a República tomava no Brasil. De um regime que derrubou a monarquia com promessas de inserção social, Lima via um regime que nasceu corrupto, incapaz de cumprir suas promessas de melhoria de vida para a população e gerador de profundas exclusões sociais, em especial nos subúrbios. Podemos ver isso claramente na crônica “*O momento*” publicada no *Correio da Noite* (03/03/1915):

Nosso régimen atual é o da mais brutal plutocracia, da mais intensa adulação aos elementos estranhos, aos capitalistas internacionais, aos agentes de negócios, aos charlatães tintos com uma sabedoria de pacotilha.

Não há entre os ricos, entre os poderosos, nenhuma generosidade; não há piedade, não há vontade, por parte deles, desejo de atenuar sua felicidade, que é sempre uma injustiça, como a proteção aos outros, com o arrimo aos necessitados, com o fervor religioso de fazer o bem.

Têm medo de ser generosos, têm medo de dar uma esmola, têm medo de ser bons. (...). Eu, há vinte anos, vi a implantação do regímen. Vi-a com desgosto e creio que tive razão. (BARRETO, 2008, p. 48).

A crítica de Lima estava amparada nos inúmeros casos de corrupção vivenciados na Primeira República, no abismo crescente entre os ricos e pobres, na indiferença das camadas ricas para com os moradores das regiões periféricas, que eram obrigados a viver com baixíssimos salários, em condições insalubres, moradias precárias, sendo vítimas constantes de preconceito das camadas letradas, polícia e da burguesia urbana inebriadas com os avanços da modernidade, ciosos de que viviam a bela época.

Em suas crônicas, Lima mostra um outro lado do Rio de Janeiro, lado que o governo federal, estadual e municipal fez de tudo para esconder, reprimindo manifestações culturais populares, revoltas justas do povo contra os maus tratos e abandonos sofridos, usando a violência para silenciar e eliminar tudo aquilo que pudesse colocar em xeque a ordem pública. Podemos ver sua preocupação com a situação da população carioca na crônica *15 de novembro* (Careta, 26/11/1921):

Escrevo esta no dia seguinte ao do aniversário da proclamação da República. Não fui à cidade e deixei-me ficar pelos arredores da casa em que moro, num subúrbio distante. Não ouvi nem sequer as salvas da pragmática; e, hoje, nem sequer li a notícia das festas comemorativas que se realizaram. (...) Veio, entretanto, vontade de lembrar-me o estado atual do Brasil, depois de trinta e dois anos de República. Isso me acudiu porque topei com as palavras de compaixão do Senhor Ciro de Azevedo pelo estado de miséria em que se acha o grosso da população do antigo Império Austríaco. Eu me comovi com a exposição do doutor Ciro, mas me lembrei ao mesmo tempo do aspecto da Favela, do Salgueiro e outras passagens pitorescas desta cidade.

Em seguida, lembrei-me de que o eminente senhor prefeito quer cinco mil contos para reconstrução da avenida Beira-Mar, recentemente esborrachada pelo mar.

Vi em tudo isso a República; e não sei por quê, mas vi.

Não será, pensei de mim para mim, que a República é o regime da fachada, da ostentação, do falso brilho e luxo de parvenu, tendo como repoussoir a miséria geral? Não posso provar e não seria capaz de fazê-lo. (BARRETO, 2008, p. 65).

O caminho crítico de Lima Barreto expresso nas crônicas apresenta-se numa forma literária bastante clara e nelas se manifestam o seu compromisso com a militância política, vendo a Literatura como uma atividade transformadora da realidade social excludente e

discriminatória. Importava a Lima pensar e entender as causas da miséria e desigualdades que assolavam o Brasil.

Pensava também nas soluções para tais problemas que percebia de forma tão gritante pelas ruas do Rio de Janeiro, sendo capaz de construir uma visão crítica sobre a tão festejada Belle Époque do começo do século XX, a partir de critérios filosóficos e sociais do pensar, o que gerou ideias e reflexões sobre a vida urbana e rural, com seus diferentes tipos de problemas e suas possíveis soluções.

De acordo com Magali Gouvêia Engel⁵⁴, as crônicas barreteanas podem ser classificadas de acordo com os seguintes eixos: a) Cidade; b) Política; c) Identidade/Nação; d) Trabalho; e, e) Gêneros. Essa classificação é de grande ajuda para o professor que deseja trabalhar as crônicas barreteanas, abrindo um universo de possibilidades para o professor trabalhar a realidade do Brasil durante os anos iniciais da Primeira República.

2.4. As reformas urbanas no Rio de Janeiro na visão de Lima Barreto.

Entre as várias formas de transformação vividas por uma cidade, as urbanas estão entre as mais visíveis, e nelas estão contidos os imaginários dos que a projetam, bem como dos que nela vivem. Algumas estruturas urbanas são postas de lado em troca de outras consideradas melhores, dessa forma a cidade vai transformando-se em um mosaico de temporalidades.

No início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro passou por um conjunto de transformações físicas, que na ótica dos seus idealizadores a colocaria no patamar das cidades modernas e, como Paris e Buenos Aires. Embora as reformas tenham ocorrido a partir de 1902, durante a gestão do prefeito Pereira Passos, já havia desde o século XIX ideias para o melhoramento da capital do Brasil desde a chegada de D João VI em 1808.

Antes da chegada da família real ao Brasil, o Rio de Janeiro era considerado uma espécie de porto defensivo, apesar de uma crescente população, várias áreas da cidade eram despovoadas e havia uma forte concentração de pessoas no centro da cidade, com saneamento precário, dificuldades de abastecimento de água e muita sujeira. Após a chegada de Dom João VI, cresce a preocupação de modelar a cidade, transformando-a em um lugar cada vez mais desenvolvido.

Em 1843, é publicado um “Informe de Obras” com propostas do engenheiro Beaurepaire-Rohan que tinha como foco a questão sanitária, mas também propunha a

⁵⁴ ENGEL, Magali Gouvêia. (org). Crônicas cariocas e Ensino de História. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

regularização da malha viária, a criação de espaços públicos, sistema de drenagem, pavimentação e uma definição de eixos para a expansão da cidade. Três décadas depois, a Comissão de Melhoramentos criada por D. Pedro II, em 1874, surge num contexto de mudanças estruturais, sociais e políticas no Brasil.

Essas mudanças serão iniciadas logo após a Guerra do Paraguai (1864-1870). A modernização do país se acelera em algumas cidades que passarão a ter a partir desse momento: estradas de ferro, iluminação pública a gás, telégrafos, modernização dos portos, criação de ramais para a navegação de navios a vapor e extinção de grandes propriedades no meio urbano para dar espaço as novas e abertas vias públicas. A comissão foi chefiada por três engenheiros, entre eles estaria presente o futuro prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos.

O futuro prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, estava presente em Paris na época das reformas empreendidas sob a direção de Eugène Haussmann⁵⁵ entre 1853 e 1870. Formado em engenharia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em Paris, Passos estudava na *École Nationale des Ponts et Chaussées*. Nos três anos que passou em Paris foi testemunha ocular das mudanças iniciais promovidas por Haussmann. A cidade de Paris anterior às reformas foi imortalizada em várias obras literárias, entre elas *Os Miseráveis*, de Victor Hugo. Fome, crise econômica, sujeira, desemprego, êxodo rural, provocavam o intenso e desordenado desenvolvimento de Paris. O centro da cidade era alvo constante de higienistas que a consideravam extremamente insalubre. Segundo Rebeca Sousa:

O Barão Eugène Haussmann foi convocado em 1853 pelo imperador para tomar a frente das obras mais urgentes dos planos de reconstrução das ruas de Paris. Apesar de outros planos e transformações terem sido feitos na capital parisiense anteriormente, esta reforma se diferenciava pela enormidade de sua escala: ruas foram alargadas e outras construídas assim como pontes, edifícios e monumentos ou foram demolidos ou colocados em destaque com a abertura das largas avenidas no centro. Contudo, Haussmann não seguiu fielmente as instruções do imperador, não manteve algumas construções importantes nem manteve as ruas retilíneas, como uma malha reticulada. Em contrapartida, deu enfoque ao serviço de abastecimento de água corrente e a anexação dos subúrbios. (SOUSA, 2013, p. 35-36).

⁵⁵ Foi prefeito do antigo departamento do Sena, que incluía a cidade de Paris (1809-1891 d.C), entre 1853 e 1870. Foi o responsável por levar a frente as reformas urbanas das grandes cidades sob a sua administração, servindo de modelo para gestores de outras partes do mundo. Pesquisado em: <https://parissempreparis.com/o-barao-haussmann-e-paris-que-conhecemos-hoje/> Acesso em: janeiro de 2020.

O modelo de remodelamento urbano proposto por Haussmann será seguido pelas cidades vizinha a Paris e logo estará sendo aplicado em cidades como as italianas de Milão, Florença e Cairo no Egito. Com o tempo chegará a América Latina e, no caso brasileiro, Pereira Passos levará a frente o modelo aprendido em Paris fortemente influenciado pelo modelo haussmanniano, que preconizava a abertura de novas ruas e avenidas para aumentar e facilitar o fluxo de pedestre e automóveis, dismantelando os bairros insalubres com suas ruas e vielas desorganizadas e sujas, com o claro objetivo de empurrar essas populações para áreas mais distantes do centro, melhorando assim a higienização da cidade e valorizando regiões centrais.

Em Paris, a cidade moderna iria colocar em xeque a existência da organização urbana herdada da Idade Média, que se caracterizava por um aglomerado de pessoas dentro de muralhas carentes de limpeza e boa estrutura urbana. O espaço urbano será agora dos bulvares, das ruas largas, regulares e retas com cada vez mais mobilidade para uma cidade em constante crescimento. No alvorecer do século XX, o modelo francês que tanto impressionou Pereira Passos seria colocado em prática na cidade mais importante do Brasil: Rio de Janeiro, a capital da jovem República.

2.4.1. As transformações urbanas no Rio de Janeiro.

Uma das maiores contribuições da História e do seu ensino em sala de aula está, em nossa visão, em ensinar ao aluno a desnaturalizar o seu olhar, ou seja, deixar de enxergar a realidade humana como algo dado e imutável através do tempo, como se a realidade humana tivesse sido a mesma ontem, hoje e sempre. Dessa forma, o historiador e o professor de História têm um importante papel de levar os seus alunos a entender as ações humanas através do tempo, permitindo ao aluno o entendimento do processo histórico como uma construção humana que leva o presente a ser o que ele é, e também a pensar em possibilidades de intervenção para mudanças na sua realidade.

Partindo dessa ideia de processo histórico e da História como construção humana, observamos que as diversas dimensões da vida humana devem ser entendidas como uma construção no tempo. Sendo assim, a cidade não é algo natural que surge com o ser humano, mas algo criado em determinado momento do desenvolvimento humano no tempo, uma vez que:

A cidade existente, em qualquer época que seja, é fruto das articulações sociais, políticas, culturais e econômicas que viabilizam a sua estrutura material e a forma em que é vista. Quando um destes fatores se altera – ou todos eles – a urbe imprime esta nova ordem, seja em seu traçado, em seus

espaços públicos, monumentos, edificações públicas e privadas – ela é reflexo da conjuntura de sua época; deste modo, suas mudanças e transformações em menor ou maior escala não advêm do acaso ou de uma simples reprodução de um modelo. (SOUSA, 2013, p. 27).

As mudanças urbanas são pensadas a partir de um determinado projeto de cidade que se deseja criar, sendo assim, as elites buscavam nessas transformações criar uma cidade que atenda aos seus interesses mais imediatos e a longo prazo. As mudanças no Rio de Janeiro não foram diferentes. Existiu um projeto de controle da cidade que tinha como meta levar o Rio de Janeiro para o que na época as elites consideravam moderno e avançado de acordo com a mentalidade da República que se iniciava.

Os primeiros anos da República não foram fáceis para seus governantes e muito menos para a população mais humilde. Na entrada do século XX, a cidade do Rio de Janeiro ostentava um título que desagradava as elites e os administradores. Era conhecida dentro e fora do Brasil como a “capital da morte”. Esse título nada agradável era oriundo da notória falta de higiene que dominava a cidade e dos constantes surtos epidêmicos⁵⁶ que todo ano ceifavam vidas entre ricos e pobres. Somam-se a isso ruas mal calçadas e malcuidadas, vielas perigosas e iluminação pública incompatível com a vida noturna da maior capital do Brasil.

Foram tempos marcados por revoltas, protestos, quebra-quebras e greves, em que a maior parte da população (pobre, preta e suburbana), vista como classe perigosa, protestava pelos seus direitos e pela sobrevivência. Pouco afeito ao diálogo, o governo republicado enxergará esses movimentos populares como caso de polícia e agirá com extrema violência para contê-los. Considerados como símbolos do atraso colonial e imperial, em uma cidade que se desejava cada vez mais moderna e organizada, essas camadas pobres sofrem um contínuo e sistemático processo de exclusão social.

Apesar dos inúmeros problemas, havia um sentimento de otimismo entre as pessoas, uma vez que a economia estava se estabilizando nas mãos dos governantes civis, o capital estrangeiro começava a entrar no Brasil gerando fortunas para alguns grupos ligados à política, ao café e à indústria que se fortalecia cada vez mais. O Rio de Janeiro cresce e se liga aos principais centros comerciais do Brasil. O Rio torna-se “... o mais amplo mercado nacional de consumo e mão-de-obra” (SEVCENKO, 2003, p. 39).

⁵⁶ Febre amarela, varíola, tuberculose e peste eram as principais doenças que assustavam os cariocas e os estrangeiros. Pesquisado em: <http://www.ccms.saude.gov.br/revolta/revolta.html> Acesso em: janeiro de 2020.

A febre do consumo, a busca por novidades, a ostentação de uma boa aparência, lojas lotadas e ruas cheias davam ao carioca a sensação de estar vivendo em uma Belle Époque⁵⁷: “Muito cedo, ficou evidente para esses novos personagens o anacronismo da velha estrutura urbana do Rio de Janeiro diante das demandas de novo tempos”. (SEVCENKO, 2003, p. 40). Era necessária uma nova estrutura urbana para essa cidade que crescia e queria ser cada vez mais parecida com as cidades da Europa. E essas reformas seriam iniciadas por um político e intelectual altamente capacitado segundo os padrões de então, Pereira Passos.

Recebendo plenos poderes do presidente da República, Rodrigues Alves⁵⁸, Pereira Passos articulou uma reforma na urbe carioca que, segundo o Nicolau Sevcenko, será regida por três princípios:

... a condenação de hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento da cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares de área central da cidade; um cosmopolitismo progressivo, identificado com a vida parisiense”. (SEVCENKO, 2003, p. 40).

Esses três princípios nortearam as mudanças iniciadas em 1903 para adequar o Rio de Janeiro a um modelo aceitável. De 1903 até 1906, a cidade será alvo de intensas alterações urbanas. O governo municipal se empenha em abrir avenidas para melhor ligar as pessoas, o comércio e a indústria ao porto, ajudando no escoamento de mercadorias e pessoas, servindo também como ferramenta para a política sanitária de Oswaldo Cruz⁵⁹, pois tornava essa área da cidade mais fácil de vigiar e controlar em caso de revolta popular ou militar.

Durante essas melhorias, duas avenidas serão palco de eventos importantes. A Avenida Rodrigues Alves (conhecida também como Avenida do Cais) será o palco principal de famosa Revolta da Vacina⁶⁰, e a Avenida Central (inaugurada em 1904) irá substituir a famosa Rua do Ouvidor como lugar de maior prestígio social. De acordo com Angelim:

⁵⁷ Expressão de origem francesa que significa Bela Époque, utilizada para nomear o período vivenciado no Brasil entre o final do século XIX e início do XX, marcado por uma visão otimista do presente e do futuro. (PRIORE; VENÂNCIO, 2016, p. 219).

⁵⁸ Quinto presidente do Brasil (1848-1919), advogado e político brasileiro. Foi governador de São Paulo por três mandatos e presidente da República de 1902-1906. Foi um grande incentivador da reforma urbanísticas do Rio. Pesquisado em: <https://www.todamateria.com.br/rodrigues-alves/> Acesso em: janeiro de 2020.

⁵⁹ Médico sanitário (1872-1919), pioneiro no estudo das doenças tropicais, foi o maior incentivador e propagador da vacinação obrigatória para combater a inúmeras doenças que afetavam a população das grandes cidades. Pesquisado em: <https://portal.fiocruz.br/trajetoria-do-medico-dedicado-ciencia> Acesso em: janeiro de 2020.

⁶⁰ Famosa insurreição popular ocorrida em 1904 contra a vacinação obrigatória. Revoltados com a forma truculenta como a prefeitura obrigava as camadas mais pobres a serem vacinadas, ofendidos em sua moral e temendo morrerem

A Avenida Central foi a obra mais significativa do período, constituindo o eixo de todo o elenco de medidas para o melhoramento urbanístico, projetadas com a intenção de transformar a “velha”, “suja” e “pestilenta” cidade colonial em sua metrópole moderna e cosmopolita (...). Com 1800 metros de comprimento, 33 metros de largura, sua construção requereu a demolição de 641 casas de comércio e habitações populares (...). A Avenida Central representou, antes de tudo, o processo de expropriação ou segregação de determinadas frações sociais de uma área privilegiada do espaço urbano, em proveito de outras frações sociais. O Estado atuou como executor deste processo, através de mecanismo econômicos e jurídicos de desapropriação e valorização. Basta confrontar os antigos ocupantes dos prédios demolidos com os novos ocupantes dos palácios suntuosos erguidos ao longo da grande avenida e suas imediações. (ANGELIM, 2008, p. 22).

O governo municipal irá construir no contínuo plano de aberturas de ruas e avenidas, a avenida Beira Mar, que se iniciava na praia de Santa Luzia e percorria o contorno da Baía de Guanabara, tendo uma extensão de 5 km seguidos até a praia de Botafogo.

Os custos sociais das reformas foram altíssimos. Apesar das melhorias de vida nas áreas atingidas pelas reformas e da diminuição das mortes por epidemias, após o saneamento urbano, uma grande parcela da população teve todo o seu cotidiano atingido, sendo relegada para moradias extremamente precárias nos subúrbios e morros da cidade.

A falta de planejamento sobre o que fazer com as moradias expropriadas e derrubadas durante as construções reformistas, levou ao inchaço nas áreas suburbanas. O “bota abaixo”, como ficaram conhecidas essas demolições de vilas, cortiços e casas antigas, destrói também uma rede de solidariedade forjada durante décadas que garantia apoio econômico, amizades e proteção contra as arbitrariedades do poder. Um mundo popular era desfeito e no seu lugar a especulação imobiliária tratou de selar o destino do centro que agora pertenceria às elites do momento que, em alguns casos, passaram a morar em ricas casas na região central ou foram em direção a crescente e moderna zona sul carioca, uma vez que segundo Pena da Silva:

(...) pois enquanto presenciávamos o projeto urbanístico no centro da capital brasileira e víamos um crescimento vertical – prédios, nos subúrbios e morros da zona norte e sul assistiam o crescimento horizontal, em moradias quase multifamiliares, marcada pela população negra. (...) Assim, da mesma forma como a elite carioca migrou seu eixo de ocupação para áreas nobres da Zona Sul do Rio de Janeiro, a população negra

com as vacinas recebidas, moradores de vilas, cortiços, trabalhadores braçais, desempregados se uniram em uma violenta revolta contra os poderes públicos. De 10 de novembro até o dia 16 do mesmo mês, as ruas do Rio foram palcos de lutas violentas contra polícia. A reação do governo foi marcada por autoritarismo e violência desmedida. Pessoas foram mortas, feridas e presas. Os presos eram enviados ao presídio situado na temível Ilha das Cobras localizada no interior da Baía de Guanabara. Pesquisado em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/revolta-da-vacina-2> Acesso em: janeiro de 2020.

deixou o centro, claro que obrigada – isso difere seu processo de ocupação, criando assim laços culturais e sentimentais aos subúrbios e morros, gerando àquele lugar um misto de pertença e luta, dando aos subúrbios e morros um sentimento de território negro, na qual os antigos casarões no centro do Rio – os cortiços, cedem lugar aos morros, território mais negro da cidade do Rio de Janeiro. (PENNA DA SILVA, 2018, p. 53).

As reformas de Passos primaram pela organização da cidade a partir do ponto de vista da organização das classes sociais, pois dividiu os espaços públicos da cidade para separar as elites das camadas mais pobres. Após o governo de Pereira Passos, todos os seus sucessores seguiram mais ou menos a trilha aberta por suas reformas, sempre com empréstimos estrangeiros e, em muitos casos, onerando os cofres públicos com várias reformas, algumas com caráter até duvidoso em relação a serventia para a população.

Diante dessa realidade urbana, Lima Barreto que não se furtava à crítica em seus textos, logo vai perceber as consequências negativas dessa série de reformas, bem como que tipo de cidade elas vão criando. Sempre ligado à sua amada cidade do Rio de Janeiro, o olhar arguto de Lima percebia como as mudanças afetavam o cotidiano das pessoas, e, de forma especial, as camadas mais humildes. Em suas crônicas, Lima foi entre muitas coisas um cronista da cidade. Segundo Botelho:

Inegavelmente, Lima Barreto foi sobretudo um cronista da cidade do Rio de Janeiro, que em suas crônicas, colunas e artigos punha-se invariavelmente a sujar as mãos com os problemas cotidianos da cidade em que vivia, embora isto nunca tenha sido um limite para suas abordagens, mas apenas um ponto de partida quase obrigatório de temáticas quase sempre nacionais (...) Faz de escritos que consegue publicar o seu exercício militante da cidadania e cobra dos políticos e autoridades competentes tudo aquilo a que tem direito fazendo-se porta voz de um amplo e numeroso contingente populacional que sofre toda sorte de exclusão, mergulhado na miséria e no analfabetismo do subúrbio carioca. (BOTELHO, 2017, p.89-90).

As crônicas de Lima não se perdem em divagações teóricas e abstratas, elas são concretas e atacam o problema de forma direta, demonstrando o jogo de interesses políticos por trás dos problemas da cidade e como esses interesses moldam uma cidade que exclui grande parte dos seus moradores das benesses construídas com o dinheiro público, ou com empréstimos cujo pagamento sairá dos cofres da prefeitura. Um exemplo desse tipo de crônica em que podemos ver a sua crítica a obras da prefeitura se chama *Uma coisa puxa a outra... II*⁶¹ em que

⁶¹ Publicada em A Estação Teatral em 22 de abril de 1911.

tece uma crítica ferina ao Theatro Municipal⁶² da forma como ele foi concebido. Vejamos o que Lima diz:

O Theatro Municipal! É inviável. A razão é simples: é muito grande e luxuoso. Suponho eu uma peça do mais acatado dos nossos autores provoque uma enchente, repercuta sobre a opinião, haverá no Rio de Janeiro e arredores, inclusive o Méier e Petrópolis, gente suficientemente encasacada para enchê-lo dez, vinte ou trinta vezes? Decerto, não. Se ele não se encher pelo menos dez vezes, por peça, a receita dará para custear a montagem, pagar o pessoal, etc.? Também não. (...) Armaram um teatro, cheio de mármore, de complicações luxuosas, um teatro que exige casaca, altas toilettes, decotes, penteados, diademas, adereços, e querem com ele levantar a arte dramática, apelando para o povo do Rio de Janeiro. Não se tratava bem do povo, que sempre entra nisso tudo como Pilatos no Credo. Eternamente ele vive longe desses tetamens e não é mesmo nele que os governantes pensam, quando cogitam dessas cousas; mas vá lá; não foi bem para o povo; foi para o chefe da seção, o médico da higiene, o engenheiro da prefeitura, gente entre seicentos mil-réis e cento e pouco. Pelo amor de Deus! Os senhores veem logo que essa gente não tem casaca e não pode dar todo o mês um toilette a cada filha, e também a mulher! (BARRETO, 2004, p. 71).

Fica claro para Lima que a construção do Teatro Nacional não visava a população mais carente, nem a divulgação e popularização da arte teatral, haja vista que as exigências de vestimentas para se entrar no lugar excluía boa parte da população trabalhadora carioca, impossibilitada por falta de tempo e de dinheiro para cumprir as imposições do poder público para ter acesso ao local. Dessa forma, Lima afirma claramente que o teatro é inviável financeiramente, uma vez que não se paga, pois não terá público suficiente para um bom retorno financeiro. Podemos ver o mesmo raciocínio na crônica sobre a Biblioteca Nacional, em que a grandiosidade e o luxo do estabelecimento cria um distanciamento entre o público, que em tese era seu alvo como prédio público. De acordo com Lima, na crônica A Biblioteca⁶³:

O Estado tem curiosas concepções, e esta, de abrigar uma casa de instrução, destinada aos pobres-diabos, em um palácio intimidador, é uma das mais curiosas. Ninguém compreende que se subam as escadas do Versalhes senão de calção, espadim e meias de seda; não se pode compreender subindo os degraus da Ópera mulheres sem decote e colares de brilhantes, de mil francos; como é que o Estado quer que os mal vestidos, os tristes, os que não têm livros caros, os maltrapilhos “fazedores de diamantes” avancem pelas escadarias suntuosas, para consultar uma obra rara, com cujo manuseio, num dizer aí das ruas, têm a sensação de estar pregando à mulher do seu

⁶² Inaugurado em 14 de julho de 1909. Pesquisado em: theatromunicipal.rj.gov.br/sobre/historia/ Acesso em: janeiro de 2020.

⁶³ Publicada originalmente no Correio da Noite em 13 de janeiro de 1915.

amor? A velha biblioteca era melhor, mais acessível, mais acolhedora, e não tinha a empáfia da atual. (BARRETO, 2004, p. 149).

No decorrer da crônica, Lima, de forma irônica, expõe o histórico das pesquisas desenvolvidas na biblioteca, ficando claro que os temas pesquisados não têm nada a ver com uma pesquisa feita por alguém do povo, pois latim, guarani e grego provavelmente não fazem parte das preocupações do trabalhador comum.

Lima conhece a cidade do Rio como poucos. Desde 1902, o ano que sua família saiu da Ilha do Governador para o subúrbio carioca, Lima foi ganhando intimidade com a cidade, estudando na Politécnica, como trabalhador da Secretária da Guerra, e como escritor e boêmio a sua intimidade com a urbe carioca cresce. No trem, no bonde e principalmente a pé, vai percorrendo as ruas e diferente da maioria das pessoas mergulhadas em seus afazeres, Lima observa e analisa o que vê, e seus olhos veem um Rio que se moderniza eufórico por parecer uma Paris nos trópicos, mas que não deixa de ter uma face obscura em especial na relação dos poderes públicos com as camadas mais baixas.

Seu andar pela rua colocou-o em contato direto com as sucessivas gestões municipais, fazendo-o perceber que nasce com as reformas uma cidade para quem pode pagar caro pelo conforto, higiene, ruas e avenidas largas, prédios bonitos e modernos. Para aqueles excluídos desse processo, restam os subúrbios e os inúmeros morros (alvos muitas vezes de políticas públicas que visavam destruí-los para abertura de espaço para novas ruas), ocupados sem nenhum tipo de organização aparente, tendo aí o princípio da favelização que se tornará um dos grandes problemas para as sucessivas gestões cariocas.

Como morador do subúrbio⁶⁴, conhecia o cotidiano das pessoas que habitavam ali. Uma realidade marcada de muito trabalho, lutas e provações para sobreviver a falta de emprego formal, alcoolismo, problemas de saúde, violência de todos os tipos e da omissão do Estado, presente na maioria das vezes para reprimir, deixando quase toda a assistência social de lado. Em suas crônicas, contos e romances, Lima muitas vezes retrata esse subúrbio como um lugar de privações. No seu principal romance, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, ele nos descreve os subúrbios da seguinte forma:

⁶⁴ Em 1902, Lima e sua família foram morar na rua Vinte e Quatro de Maio, no Engenho Novo. Em 1903 foi para rua da Boa Vista em Todos os Santos e finalmente de 1913 em diante foi para a rua Major Mascarenhas, lugar que ele carinhosamente apelidava de “Vila Quilombo”. (BOTELHO, 2017, p. 45-46).

Os subúrbios têm mais aspectos interessantes, sem falar no namoro epidêmico e no espiritismo endêmico; as casas de cômodos (quem as suporia lá!) constituem um deles bem inédito. Casas que mal dariam para uma pequena família, são divididas, subdivididas, e os minúsculos aposentos assim obtidos, alugados à população miserável da cidade. Aí, nesses caixotins humanos, é que se encontra a fauna menos observada da nossa vida, sobre a qual a miséria paira com um rigor londrino. Não se podem imaginar profissões mais tristes e mais inopinadas da gente que habita tais caixinhas. Além dos serventes de repartições, contínuos de escritórios, podemos deparar velhas fabricantes de rendas de bilros, compradores de garrafas vazias, castradores de gatos, cães e galos, mandingueiros, catadores de ervas medicinais, enfim, uma variedade de profissões miseráveis que as nossas pequenas e grande burguesias não podem adivinhar. Às vezes num cubículo desses se amontoa uma família, e há ocasiões em que os seus chefes vão a pé para a cidade por falta do níquel do trem. (BARRETO, 2011, p. 192-193).

Dessa forma, vemos como o Lima enxerga a área suburbana do Rio: um lugar de luta pela sobrevivência, distante do poder público e das camadas burguesas que pouco conheciam a região da cidade de onde provém a maiorias dos trabalhadores que enchem seus bairros nobres durante o horário de trabalho e que depois se recolhem no fim de mais uma jornada de trabalho. Ciente dessa dura realidade, Lima sempre foi crítico ferrenho das reformas urbanas, das “hipocrisias da belle époque, evocando-a como nada mais do que uma fachada, simbolizada pela construção da Avenida Central, após o que o Rio de Janeiro se transformou em outra cidade. (CARVALHO, 2019, p.152). Sem ilusões em relação a euforia reformista, Lima buscou pensar e entender as causas da miséria e da desigualdade que assolavam a sua amada cidade, buscando uma explicação na própria sociedade da época e nos modos pelos quais ela se configura, nos seus conflitos e nas suas contradições.

Apontando as causas, buscava também sugerir soluções para os problemas que enxergava nas ruas da cidade, sendo capaz de construir uma visão sobre a sociedade brasileira do começo do século XX a partir de critérios filosóficos e sociais, gerando um pensamento e reflexão marcada pela criticidade. Visão crítica que irá se intensificar à medida que amadurece como pessoa e escritor, tendo a sua aposentadoria marcado o momento em que se sente totalmente livre em relação ao governo para ir fundo nas suas críticas aos governantes.

As crônicas escritas na fase final da sua vida correspondem ao governo do prefeito Carlos Sampaio, que levou a frente reformas tão importantes para o andamento da cidade quanto as de Pereira Passos no começo do século XX. O governo e a atuação de Sampaio serão uma constante nos escritos de Lima que se sentia à vontade para analisar e criticar cuidadosamente as ações dos poderes públicos, mantendo atenta vigilância sobre os mesmos, percebendo na gestão de Sampaio uma profunda cisão da cidade carioca, efetivada pelas

mudanças urbanísticas e suas consequências. Na crônica *O Prefeito e o Povo*⁶⁵, Lima denuncia de forma clara as intenções de Sampaio com as ações do seu governo:

O senhor doutor Carlos Sampaio é um excelente prefeito, melhor do que ele só o Senhor de Frontim. Eu sou habitante da cidade do Rio de Janeiro, e até, nela nasci; mas, apesar disso não sinto quase a ação administrativa de Sua excelência. Para mim, Sua Excelência é um grande prefeito, não há dúvida alguma; mas de uma cidade da Zambézia ou da Cochinchina.

Vê-se bem que a principal preocupação do atual governador do Rio de Janeiro é dividi-lo em duas cidades: uma será europeia e a outra, indígena.

É isto que se faz ou se fez na Índia, na China, em Java, etc.; e em geral, nos países conquistados e habitados por gente mais ou menos amarela ou negra. Senão, vejamos.

Todo o dia, pela manhã, quando vou dar o meu passeio filosófico e higiênico, pelos arredores da minha casa suburbana, tropeço nos caldeirões da rua principal da localidade de minha residência, rua essa que foi calçada há bem cinquenta anos, a pedregulhos respeitáveis.

Lembro-me dos silhares dos caminhos romanos e dos asfaltos com que a Prefeitura Municipal está cobrindo os areais desertos de Copacabana.

Por que será que ele não reserva um pouquinho dos seus cuidados para essa útil rua das minhas vizinhanças, que até é caminho de defuntos para o cemitério de Inhaúma? Justo céus! Tem acontecido com estes cada cousa macabra! (BARRETO, 2004, p.294).

Lima percebia claramente que vivia em uma “cidade partida”, dividida, separada, pensada dessa forma pelos governantes. Fruto não do acaso, mas de um planejamento para que as elites pudessem viver suas vidas em um modelo que se queria francês, enquanto as massas pobres habitavam os subúrbios em uma vida próxima do limite da sobrevivência.

A divisão não é só geográfica, é também econômica, política e social. No centro e bairros nobres, ruas largas, limpas e planejadas dão o tom. A Avenida Central e a Beira-Mar, sinônimos de progresso, são de acesso fácil para as elites que se dirigem aos seus casarões da Zona Sul. Enquanto o centro cresce, vai aumentando sistematicamente a presença de pessoas para o alto dos morros e para dentro da cidade, em áreas cada vez mais distantes do mar, seguindo as trilhas da Central do Brasil para regiões cada vez mais distantes da ação do Estado.

Uma cidade pobre, negra, que não atende os modelos de cidade civilizada, formada ao sabor das necessidades diárias de sobrevivência, uma cidade sem a ação controladora do Estado que “esquece” esses lugares, quando deveria estar presente com ações para melhorar a vida das

⁶⁵ Publicada na Revista Careta em 15 de janeiro de 1921.

pessoas, lembrando dos mesmos somente quando são necessários votos ou para reprimir algum eventual movimento de luta contra as injustiças.

A gestão de Sampaio segue basicamente as mesmas orientações abertas pelos prefeitos anteriores. Na gestão de Passos, um marco simbólico foi a inauguração da Avenida Central, a vitrine do Brasil moderno, saneada e “civilizada”. Na gestão de Carlos Sampaio, o marco simbólico foi a derrubada do Morro do Castelo⁶⁶, ponto importante para a preparação da cidade do Rio de Janeiro para a comemoração do centenário da independência do Brasil.

Utilizando os mesmos argumentos das gestões anteriores, estética e higienização pública, a prefeitura procedeu com o desmonte do morro, arrasando-o completamente em poucos dias, dando origem no lugar deixado pelo morro a Exposição Internacional. Vemos, dessa forma, como a prefeitura estava mais empenhada na criação de uma cidade voltada para o estrangeiro, desconsiderando os moradores mais pobres, visto como empecilhos para o desenvolvimento da urbe.

No bojo das comemorações da independência, foi aberta a Avenida do Contorno que ligou a praia do Flamengo a do Botafogo, valorizando a região e removendo a população pobre do entorno. Era um verdadeiro “governo desmontador” baseado naquilo que Lima chamava de “escola filosófica” de Sampaio. A busca por dinheiro, crescimento econômico com valorização das regiões nobres foi ação contínua durante boa parte da Primeira República, e segundo Botelho:

Tanto nas reformas de Passos com nas de Sampaio, parece estar presente a intenção deliberada de varrer das áreas centrais e da zona sul da cidade não só a pobreza, a miséria, a indigência e o atraso, mas também a determinação de varrer tudo isso da memória dos habitantes da cidade, conferindo a estes espaços públicos outras funções, além de provocar naqueles que aqui não residem ou apenas visitam a cidade a impressão – e a ilusão – de que tais contrastes sociais inexistem, ou pelo menos não estão ao alcance dos olhos. (BOTELHO, 2017, p. 95).

Vemos mais uma vez a ação deliberada das autoridades em minar, retirar e explorar as camadas populares, gerando um cruel sistema de separação entre as pessoas, indo claramente

⁶⁶ O Morro do Castelo é considerado ponto de fundação da cidade carioca. Abrigou instituições importante para a história do Rio de Janeiro, entre eles O Colégio dos Jesuítas. Abrigava um vasto e complexo sistema de moradias populares. Pesquisado em: <https://www.riodejaneiroaqui.com/pt/morro-do-castelo-4a.html> Acesso em: janeiro de 2020.

de encontro às ideias de um sistema republicado que defendia um governo voltado para as aspirações populares, mas que na experiência brasileira os interesses do povo eram rapidamente esquecidos pelos governantes, empenhando-se em fomentar cada vez mais uma desigualdade social cruel com consequências nefastas para a formação urbana, a curto, médio e longo prazo.

Podemos afirmar que boa parte da produção escrita de Lima tinha como objetivo combater, denunciar e defender um modelo de sociedade mais humana, solidária e justa para as pessoas. A morte o levou no fim do ano de 1922 que também foi o último ano da gestão de Sampaio. Seus escritos até hoje se mostram atuais em muitas críticas, porque, apesar da distância de quase cem anos da sua morte, muitos problemas apontados em suas crônicas infelizmente continuam atuais em diversas cidades do nosso país.

CAPÍTULO 03: O ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E METODOLÓGICA.

3.1 O início do Ensino de História no Brasil

A História enquanto conhecimento é produzida por uma dada sociedade, em determinada época e lugar, como uma das inúmeras formas que o ser humano desenvolve para entender a sua própria existência. Dessa forma, a História no tempo contemporâneo tem como objetivo básico entender como determinado grupo social desenvolveu-se ao longo do tempo, com todas as suas consequências para o seu presente. Como ferramenta para entender o agora, o ser humano lança o olhar para o seu passado mediado pelas suas dúvidas e angústias atuais, fazendo da História uma área de conhecimento profundamente ligada ao presente dos homens.

A capacidade da História para a compreensão do presente torna esse campo do saber extremamente importante para o entendimento de qualquer sociedade, levando também a formação de uma metodologia para o seu ensino, voltada para as novas gerações, sendo assim, como nenhuma sociedade surge do nada e pronta, a compreensão do processo histórico e de uma forma de ensinar essa compreensão, é fundamental para o exercício da prática docente.

Mas o Ensino de História não é algo despido de intenções e interesses. Não existe processo de educação neutro, toda ação educativa atende a interesses de grupos que estão no poder e de grupos que estão fora do espaço formal de poder. De acordo com Magalhães Junior: “A escolha dos conteúdos, a forma de transmitir, os materiais didáticos utilizados e tudo mais que compõe o cotidiano da constituição e execução de uma disciplina escolar, passam pelas relações de poder e desejo em contextos históricos específicos” (JÚNIOR, 2015, p.18). Podemos perceber que a História e o seu ensino estão inseridos dentro de um processo histórico, tornando assim necessário pelo menos um breve entendimento do processo histórico, de como se ensinou História no Brasil, para embasar a proposta aqui desenvolvida.

Assim, nesse capítulo vamos inicialmente fazer uma abordagem histórica sobre o Ensino de História ao longo dos séculos **XIX até o XXI** no Brasil, expondo como os conteúdos e métodos de ensino foram desenvolvidos ao longo desse tempo, com o objetivo de apresentar o campo da História como dotado de História própria, uma vez que esse saber não é estático e

congelado, mas sofre mudanças com os rumos da sociedade em que ela está sendo ensinada, condicionando os métodos e os conteúdos que devem ser ensinados.

Até o século XIX, não era possível encontrar no Brasil uma reflexão sistemática e acadêmica sobre como ensinar História, uma vez que somente após a separação política do Brasil de Portugal surgiram ações organizadas para a constituição de um projeto educacional que visava a construção da identidade nacional, objetivando gerar nos alunos o amor à Pátria. Isso não significa dizer que a ausência de reflexão sistemática sobre a História impedia que a mesma fosse alvo de estudo e ensino, tendo como pioneiros no seu ensino os padres jesuítas enviados de Portugal para catequizar as populações originárias desde o princípio da nossa colonização, ainda no século XVI.

A chegada dos padres jesuítas se constituiu em uma referência na História da Educação do Brasil. A pregação, o espírito cruzadista, a mentalidade carregada de eurocentrismo, coloca os jesuítas (durante o período colonial) como agentes civilizadores dos “indígenas pagãos”. O objetivo para os inicianos era claro, salvar as almas dos índios que estavam imersas nas trevas do paganismo de suas crenças, vistas como fonte de atraso e superstição. Com os jesuítas começa a educação formal no Brasil e o saber anterior de caráter oral é em grande parte negado:

Não havia, antes dos jesuítas, uma educação formal, mas existia uma cultura rica e diversificada, embora não estivesse enquadrada no modelo “ideal” da época, não merecendo, assim, ser mencionada. As culturas aborígenes, quando citadas, normalmente são descritas como “atrasadas” ou que apenas contribuíram com alguns traços gastronômicos, linguísticos e com utensílios domésticos, para “nossa civilização”. Outra característica silvícola, registrada pelo egocentrismo civilizatório, foi o fato de eles gostarem de uma “boa vida”. Um verdadeiro reducionismo é aplicado, demonstrando que a contribuição dos não europeus configurava-se como “enfeites” na verdadeira cultura da época, a do Velho Mundo. (MAGALHÃES JÚNIOR, 2015, p. 20).

A revitalização da inquisição no século XVI, a criação da Companhia de Jesus, em 1534, por Inácio de Loyola e a criação do *Index Librorum Prohibitorium*, em 1564, veio fortalecer e reforçar as ações dos padres jesuítas na colônia. Na concepção cristã de mundo, essa vida seria o momento em que ser humano pelas suas ações e fé em Cristo escolhe a salvação ou a perdição de sua alma. Dessa forma, a educação ocupava um importante papel nessa escolha: “Possuindo o monopólio da educação, a Ordem Jesuítica trabalhava os conteúdos e desenvolvia as metodologias segundo o *Ratio Studiorum*, que se tratava do plano completo dos estudos

mantidos pela Companhia de Jesus. O que imperava era a História Sagrada. (MAGALHÃES JÚNIOR, 2015, p. 21).

Os padres buscavam em seus aldeamentos indígenas, a partir da História Sagrada, catequizar os índios, que viviam imersos em uma cultura que desconhecia a escrita, e preservando-a através de narrativas míticas, pinturas e danças passadas para os mais jovens pela ação dos mais idosos da tribo. Dessa forma, percebendo o potencial indígena para o entendimento de histórias, os padres narravam as histórias bíblicas com o claro objetivo catequético.

Com o monopólio da educação, a Companhia de Jesus trabalhava os conteúdos desenvolvendo uma metodologia de ensino baseada no *Ratio Studiorum*, acima já citado, que constitui o plano completo de estudos da referida organização, imperando a História Sagrada, como já indicado. Nesse momento, história profana e religiosa se mesclam sem que exista uma separação clara, não havendo também uma reflexão teórica sobre essa prática de ensino, muito menos uma atribuição de um caráter científico para a mesma.

Uma preocupação mais profunda com o Ensino de História se dará no século XIX quando a História já gozava do status de ciência e desenvolvia seus métodos de pesquisas pautada na busca da verdade objetiva. Segundo a historiadora Circe Bittencourt:

O ensino de História sempre esteve presente nas escolas elementares ou escolas primárias brasileiras variando, no entanto, de importância no período que vai do século XIX ao atual. Inicialmente foi objeto de poucos estudos nas escolas encarregadas de alfabetizar, mas, à medida que se organizava e se ampliava esse nível de escolarização, a partir da década de 70 do século XIX, sua importância foi ampliada como conteúdo encarregado de veicular uma “história nacional” e como instrumento pedagógico significativo na constituição de uma “identidade nacional”. (BITTENCOURT, 2004, p. 60).

O Ensino de História era atrelado às lições de leitura com o objetivo de construir um senso moral e cívico de dever e orgulho da história nacional, em um claro interesse de contar uma história elitizada, oficial e que garantisse o fortalecimento da ideia de nação vinculada a de pátria. Embora ensinada de forma específica apenas na última etapa do ensino primário, conteúdos históricos eram difundidos nas aulas de leitura, lembrando que a história religiosa

não havia sido abolida do currículo, permanecendo mesmo após a proclamação da República, ao lado da História dita profana.⁶⁷

Durante esse período o ensino da História secular seguia um modelo bastante parecido com o da Sagrada. Se enquanto a sagrada focava nas vidas dos grandes santos que lutavam pela fé e salvação, chegando a lugares longínquos para espalhar a fé cristã e coroando a sua glória com o martírio nas mãos de infiéis, os heróis da pátria davam a sua vida pela glória da sua nação, chegando a derramar o seu sangue pela liberdade do povo.

Podemos ver, a partir desse modelo de ensino, que o saber histórico tinha pouco ou nenhum caráter crítico, bastando ao aluno ser um bom reprodutor das histórias contadas, em vários casos a partir de manuais de perguntas e respostas, omitindo-se os conflitos sociais no ensino, escondendo ou negando a participação dos grupos menos favorecidos na construção do país. O importante era aprender a respeitar e imitar os grandes vultos da nação. A moral religiosa foi substituída pelo civismo. Era necessário inculcar no aluno que o progresso do Brasil viria pelo cultivo da ordem e do respeito aos heróis do panteão nacional.

A partir da Proclamação da República, as lutas pela ampliação dos direitos estimulam reorientações na função das escolas, aumentando o interesse dos governantes com a alfabetização. A escola precisa chegar aos meios sociais em que ela estava ausente, para dessa forma gerar uma população consciente de seu papel na construção do país, ou seja, saber o seu lugar social. O Ensino de História nesse momento da recém-nascida República visava entre outras coisas:

... a preservação da ordem, da obediência, da hierarquia, de modo que a Nação pudesse chegar ao progresso, modernizando-se segundo o modelo dos países europeus. O conceito de cidadania criado com o auxílio dos estudos de História, serviria para situar cada indivíduo em seu lugar na sociedade: cabia ao político cuidar da política, e ao trabalhador comum restava o direito de votar e de trabalhar dentro de uma ordem institucional. (BITTENCOURT, 2002, p. 64).

Nesse momento do Ensino de História do Brasil, houve uma verdadeira invenção de tradições que deveriam ser compartilhadas por todos, fazendo emergir o sentimento patriótico.

67 A Proclamação da República em 1889, separou na lei a Igreja do Estado, especificamente na Constituição de 1891, dessa forma o Estado brasileiro não contava mais com uma religião oficial, era o fim do regime do padroado adotado ainda no período colonial. Isso não significa dizer que a Igreja tenha perdido sua influência sobre as pessoas e seu poder sobre os rumos políticos da nação.

A função da História e do professor seria despertar esse patriotismo. Os conteúdos a serem ensinados passaram a girar em torno do despertar patriótico. De acordo com Bittencourt, o famoso livro de Afonso Celso⁶⁸, *Por que me ufano do meu país*, trazia os seguintes conteúdos para o ensino da História da Pátria: “... a riqueza e a beleza da terra, das matas e rios, o clima, a gente mestiça risonha e pacífica, a história dos portugueses, representantes da civilização, que possibilitou uma moral sem preconceitos”. (BITTENCOURT, 2002, p.65).

Apesar das tentativas de centralização de ensino nas mãos do Estado, existiram modelos alternativos de educação que pautavam a sua pedagogia e seleção de conteúdos por outras vias. É o caso das escolas fundadas e dirigidas pelos imigrantes anarquistas no Brasil, que fundamentada nas ideias pedagógicas do espanhol Francisco Ferrer y Guardia⁶⁹, em que essas ideias educacionais voltavam-se para a crítica ao nacionalismo e ao culto à pátria, visto como causas das guerras e conflitos entre as nações.

Dessa forma, outros modelos de escolas coexistem com o oficial, trabalhando conteúdos diferentes dos oficiais, mas sofrendo intervenções estatais na medida que o Estado republicano se fortalece. E aos poucos o modelo de ensino e o currículo oficial do Colégio Pedro II da capital da República se tornam o padrão que devia ser seguido pelas instituições que iam sendo autorizadas a funcionar Brasil afora.

Os anos 30 foram marcados por forte centralização política, que claro, refletiu nas práticas educacionais. A partir da criação do Ministério da Educação⁷⁰ em 14 de novembro de 1930, os conteúdos escolares passaram a obedecer as regras mais rígidas e gerais. No dizer de

68 Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior (31 de março de 1860 -11 de julho de 1938), mineiro de Ouro Preto. Filho do Visconde de Ouro Preto. Foi um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras, e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a partir de 1892, na qualidade de sócio efetivo. (Pesquisado em: <http://labelleuerj.com.br/downloads/acervo-digital/afonso-celso-por-que-me-ufano-de-meu-pais-iba-mendes.pdf> Acesso em: fevereiro de 2020.

69 Francisco Ferrer y Guardia (1859-1909 d.C). Educar espanhol, um dos pioneiros da escola libertária e fundador a Escola Moderna, que funcionou entre 1901 e 1909, ano de sua morte. Julgado e condenado a morte acusado de ser mentor de revoltas populares contra o governo em Barcelona na Espanha. Foi executado em 1909 em Barcelona. (Pesquisado em: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2013/10/03/conheca-a-historia-do-educador-morto-por-fundar-escola-libertaria/> Acesso em: fevereiro de 2020.

70 O Ministério da Educação foi criado em 1930, logo após a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Com o nome de Ministério da Educação e Saúde Pública, a instituição desenvolvia ações pertinente a vários ministérios, como saúde, esporte, educação e meio ambiente. Até então, os assuntos ligados à educação eram tratados pelo Departamento Nacional do Ensino, ligado ao Ministério da Justiça. (Pesquisado em: <http://portal.mec.gov.br/consaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/97-conhecaomec-1447013193/omec-1749236901/2-historia> Acesso em: fevereiro de 2020.

Bittencourt, duas fortes características estão presentes nas escolas primárias a respeito do Ensino de História:

... a sedimentação do culto aos heróis da Pátria, consolidando Tiradentes com o “herói nacional” e os festejos também nacionais de 7 de setembro; a obrigatoriedade, como fruto dessa política educacional, da História do Brasil para os alunos que desejavam ou possuíam condições de prosseguir os estudos secundários, integrando os programas dos exames de admissão aos cursos ginasiais. (BITTENCOURT, 2002, p. 67).

Torna-se popular o método de ensino baseado nos “exercícios de memória”. Saber História era saber de cor a maior quantidade possível de respostas para as perguntas pré-existentes nos livros em forma de catecismo. Não era necessária análise crítica, ou uma atitude autônoma de pensamento, o que importava era decorar e reproduzir fielmente o livro estudado. A crítica ao método de decorar não pode excluir o fato de que aprender algo de cor conscientemente é algo benéfico e necessário. A crítica se volta ao simples fato de decorar mecanicamente, sem um entendimento do que está sendo memorizado.

O crescimento da influência americana na cultura brasileira também atingirá a educação, dando origem a uma nova matéria que substituiria a História, a Geografia e o Civismo para as escolas primárias: os Estudos Sociais. De acordo com Magalhães Júnior: “A inclusão dos Estudos Sociais como disciplina, com o intuito de unir a História à Geografia propiciou um simplificação e perda da especificidade dos conhecimentos históricos e geográficos” (JÚNIOR, 2015, p. 21).

Dessa forma, os conteúdos ensinados seriam uma fusão oriunda da História e da Geografia Humana, Sociologia e Antropologia Cultural, que misturadas formariam as ciências morais. O objetivo dos Estudos Sociais era explicar o mundo capitalista organizado de acordo com o mundo democrático norte-americano, que favoreceria a ação individual e um espírito de competitividade como garantia de sucesso, que exigiria um espírito de criticidade nos moldes liberais, ou seja, a crítica não vem para combater o capitalismo, mas para torná-lo melhor, favorecendo a adaptação dos estudantes a ele.

3.2. O Ensino de História no secundário.

O Ensino de História no secundário está presente desde a fundação do Colégio Pedro II em 1873, sendo obrigatório o seu ensino no currículo das humanidades clássicas e no currículo científico. A seleção de conteúdos atendia a finalidades ligadas a constituição da identidade nacional, bem como a formação de uma elite letrada:

O currículo humanístico pressupunha uma formação desprovida de qualquer utilidade imediata, mas era por intermédio dele que se adquiria marcas de pertença a uma elite. Assim, o estudo do Latim não visava simplesmente formar um conhecedor de uma língua antiga, mas servia para que o jovem secundarista fizesse citações e usasse expressões características de um grupo social diferenciado de um “povo letrado”. Os conteúdos propostos serviam também para uma formação moral baseada no ideário de civilização, cujos valores eram disseminados como universais, mas praticados com exclusividade pela elite. A seleção de textos literários realizava-se tendo em vista a apreensão de valores como a prudência, a justiça, a coragem e a moderação. As disciplinas foram sendo organizadas para atender, portanto, a tais objetivos sociais e de formação de valores. (BITTENCOURT, 2002, p.77-78).

A História do Brasil foi ensinada de forma secundária à História Geral, e visando compreender como o Brasil e sua história estavam inseridos no processo histórico do mundo europeu, ou seja, era uma perspectiva eminentemente eurocêntrica. A História da Civilização, com os seus quatro grandes períodos, passou a ser ensinada a partir de pressupostos iluministas baseados na razão, partindo de um ponto de vista evolutivo, tendo no homem branco o ideal de racionalidade que os outros povos deveriam alcançar. O Estado-nação será eleito como o agente principal da civilização moderna.

A partir de década de 50/60, o ensino secundário sofrerá críticas constantes vindas de docentes formados nos cursos de História criados na década de 30. As críticas desses grupos estavam em torno de um saber voltado para a educação erudita, desvinculada de uma formação que desenvolvesse nos alunos uma autonomia para os novos desafios impostos pela sociedade da época. De acordo com Elza Nadai:

Os anos sessenta agudizaram esses problemas e acirraram as contradições entre uma escola secundária que se expandia para amplos setores sociais e uma proposta de ensino elitista e propedêutico que cumpria o objetivo de legitimar, de um lado, a ascensão social de uma minoria que conseguia ultrapassar os obstáculos e, de um outro, reproduzir a crença de existência de lugares definidos numa sociedade altamente hierarquizada e de classes. (NADAI, 1993, p. 156).

Foi nessa época de crítica a antigos modelos de se ensinar História que novos modelos de ensino foram testados em vários lugares do Brasil, com o surgimento de escolas que testavam currículos, novo métodos de ensino, conteúdos e práticas pedagógicas que tendiam para uma interdisciplinaridade, aceitando os alunos como sujeitos corresponsáveis por seu próprio processo educativo. Entre essas novas práticas, podemos citar de acordo com Nadai:

- ênfase no estudo do meio, como o detonador do currículo;
- aproximação entre ensino e pesquisa, com o reconhecimento do papel de co-gestão do aluno na sua aprendizagem;
- organização de programas de ensino, de forma autônoma, por professores e alunos;
- valorização e utilização de documentos variados, não só dos tradicionais documentos oficiais, mas daqueles considerados, até então, menores – música, literatura, etc.
- nova abordagem do documento histórico, tomando não só na sua acepção de objeto, mas também na de sujeito. (NADAI, 1993, p.156).

Esses novos experimentos no campo educacional que visavam transformar a escola em um espaço mais próximo da realidade dos alunos foram frustrados pelo Regime Militar iniciado com o Golpe de 64. A ditadura aplicou diversos golpes nessas tentativas de renovação da escola. Escolas fechadas, professores e alunos presos, ameaçados pelos novos donos do poder. A censura dos meios de comunicação e do mercado editorial também contribuiu para dificultar a renovação das formas de se ensinar História.

De forma contraditória, a partir das pesquisas realizadas em Instituições de Ensino Superior, a produção histórica foi se renovando com o emprego da dialética marxista como método de abordagem, a introdução de novos temas de pesquisa tais como a escravidão, a economia colonial, as classes trabalhadoras, em especial o proletariado, camponeses, mulheres, prostitutas e homossexuais. Essa renovação nascida sobre o autoritarismo militar ficou restrita em grande parte aos seus próprios produtores, ou seja, as universidades, não chegando ao grande público.

Paralelo a essa renovação universitária da História, a escola secundária sofreu um aumento de matrículas, passando a atender também as camadas populares:

Primeiro com a criação dos cursos noturnos e depois pelo fim dos exames de admissão ao ginásio, que conduziram às transformações da própria natureza desses cursos e em seus objetivos. Por imposição legal, a escola secundária foi estendida para oito anos de duração e unificada à escola primária, tornando-se obrigatória para a totalidade da população. (NADAI, 1993, p. 157).

Esse aumento das matrículas e a tentativa de universalizar a escola primária e secundária não levou em consideração a melhoria no Ensino de História que desapareceu do currículo do Ensino Fundamental (no lugar tinha-se Estudos Sociais), ficando relegada a uma ínfima carga horária obrigatória, em uma única série do segundo grau, que tinha duração de três anos. O controle da História e do seu ensino está ligado a ideologia implantada durante a ditadura, quando:

(...) o ensino foi colocado a serviço do regime ditatorial que propugnava a formação de cidadãos dóceis, obedientes e ordeiros. De um lado, ter-se-ia dado o esvaziamento do seu sentido crítico e contestador e, de outro, manifestado o seu caráter de instrumento de veiculação e formação do espírito cívico, entendido como aquele capaz de glorificar os feitos dos autoproclamados heróis do dia. (NADAI, 1993, p.158).

As estratégias de domínio do Ensino de História desenvolvidas durante o Regime Militar passavam também pelo controle da formação do professor. Com o controle dessa formação, o governo militar atacava diretamente os docentes, mantendo a direção de sua formação e como consequência diminuindo a qualidade do ensino que seria ministrado nos outros níveis. Para Selva Guimarães:

As estratégias desenvolvidas pelos reformadores foram acompanhadas por um ataque central à formação dos professores. No início de 1969, amparado pelo Ato Institucional n. 5 (AI-5), de dezembro de 1968, o governo, por meio do decreto-lei de 547, de 18 de abril de 1969, autorizou a organização e o funcionamento de cursos profissionais superiores de curta duração. Ao admitir e autorizar habilitações intermediárias em nível superior para atender às “carências do mercado”, o Estado revelou ser desnecessária uma formação longa e sólida em determinadas áreas profissionais – quais sejam, as licenciaturas encarregadas de formar mão de obra para a educação. Enquanto isso, outras áreas de formação profissional mantiveram os mesmos padrões de carga horária, duração e exigências. (GUIMARÃES, 2012, p. 24-25).

As licenciaturas curtas tornavam evidentes que para os militares a educação era vista como o um investimento rápido que deveria gerar um produto (conhecimento) para a rápida formação de mão de obra disponível para o mercado, uma vez que essas licenciaturas curtas visavam o corte de gasto público com a educação, tornando a formação de professores mais viável economicamente, mesmo que isso significasse uma visível queda da qualidade do ensino:

As licenciaturas curtas vinham acentuar ou mesmo institucionalizar a desvalorização e a consequente proletarização do profissional de educação. Isso contribuiu para acelerar a progressiva perda da autonomia do professor diante do processo de ensino e aprendizagem na medida em que sua preparação para o exercício das atividades docentes era bastante restrita. Desse modo, as licenciaturas curtas (muitas vezes ofertadas nos famosos “cursos vagos”) cumpriam o papel de legitimar o controle técnico e as relações de poder, o controle ideológico e a submissão no interior das escolas. (GUIMARÃES, 2012, p. 25).

Tais cursos vagos, com uma concentração de aulas durante um ou dois dias por semana ou mês, atraía estudantes de cidades e estados diferentes em busca de uma formação superior, resultando numa formação deficitária e fragmentada com conteúdos oriundos da Geografia, História, Organização Social e Política do Brasil (OSPB), e Educação Moral e Cívica (EMC), gerando um professor polivalente capacitado a ensinar todas essas disciplinas, em uma clara desvalorização da área das Ciências Humanas. Essa realidade de desvalorização da História irá perdurar até o encerramento do governo dos militares. A partir do retorno do regime democrático, o Ensino de História passará por um conjunto de transformações.

Com o fim da ditadura militar e com a emergência do Estado Constitucional a partir do final dos anos oitenta e início dos noventa, novas propostas curriculares surgiram, agora sem a mordaza imposta pelo autoritarismo do regime militar, que, de forma oficial, encerra-se em 1985.

Após o fim do Regime Militar, novas formas de ensinar História começaram a ser propostas pelos municípios e pelo Governo Federal, que na segunda metade da década de 90 lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais. O Ensino de História buscará se adaptar as novas demandas humanas surgidas com crescente aumento do uso da tecnologia das novas gerações, gerando novos ritmos de apreensão do presente, consumismo e um aumento de expectativas mais utilitárias em relação ao saber escolar.

As reformulações do Ensino de História ao longo da década de 90 no Brasil não serão feitas de forma isoladas, uma vez que os países do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul)⁷¹, bem como Portugal e Espanha, darão início a reformas dos seus currículos. O mundo capitalista venceu a disputa contra o Socialismo Soviético e reina como modo de produção dominante, sendo visto como o único que de fato funciona. Dessa forma, a escola que não existe isolada das demais dimensões humanas, necessita rever suas práticas constantemente. De acordo com Bittencourt:

O movimento de reformulações curriculares dos anos 90 decorre da nova configuração mundial, que impõe um modelo econômico para submeter todos os países à lógica do mercado. Uma lógica que cria novas formas de dominação e de exclusão, principalmente porque o mundo capitalista não corre grandes riscos após as vicissitudes do socialismo no mundo ocidental. (BITTENCOURT, 2004, p.101).

O avanço do capitalismo sem nenhum concorrente de peso gera novas demandas educacionais para que a escola possa ser relevante para a sociedade. A essa sociedade cabe entrar na lógica do mercado, o que vai exigir um domínio cada vez maior de conhecimentos ampliados. Aquele ensino baseado no ato decorativo de cartilhas previamente preparadas não será mais produtivo, sendo necessário novas formas de manejar informações oriundas dos novos meios de comunicação.

No Brasil, as reformulações curriculares que haviam se iniciado nos anos 80 buscavam desenvolver enfoques voltados para as camadas mais pobres visando à formação política, vista como necessária para a inserção e participação dos diversos setores da sociedade no processo democrático. Por outro lado, foram introduzidos projetos vinculados as políticas liberais, com forte influência dos interesses internacionais, um exemplo claro dessa influência foi a publicação dos PCNs pelo Governo Federal.

Os PCNs foram publicados na década de 90, após vários debates com a sociedade. Os PCNs voltados para o Ensino Médio buscam “articular a formação para a cidadania como o domínio de informações e conceitos históricos básicos” (BITTENCOURT, 2004, p.117). A História proposta no documento mantém a organização dos conteúdos por temas, tendo como interesse aprofundar os conceitos desenvolvidos nas séries iniciais e ampliar a capacidade do

⁷¹ Organização Intergovernamental iniciada em 1991 a partir do Tratado de Assunção. É uma iniciativa de integração comercial unindo alguns países da América Latina durante o processo de redemocratização ao final da década de 80. Os membros fundadores são: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Pesquisado em: <http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul> Acesso em: fevereiro de 2020.

educando nos domínios da pesquisa histórica, levando o aluno a entender a construção do conhecimento histórico através do manejo de várias fontes, sem a pretensão de desenvolver um mini historiador durante o Ensino Médio, mas tendo em mente os objetivos do Ensino de História na contemporaneidade. Esses objetivos seriam de acordo com Bittencourt:

Um dos objetivos centrais do ensino de História, na atualidade, relaciona-se à sua contribuição na *constituição de identidades*. A identidade nacional, nessa perspectiva, é uma das identidades a ser constituídas pela História escolar, mas, por outro lado, enfrenta ainda o desafio de ser entendida em suas relações com o local e o mundial.

A constituição de identidade associa-se à formação da cidadania, problema essencial na atualidade, ao se levar em conta as finalidades educacionais mais amplas e o papel da escola em particular. A contribuição da História tem-se dado na formação da cidadania, associada mais explicitamente à do cidadão político. (...) a finalidade de uma formação política atribuída ao ensino de História articulada a outra significativa finalidade: *a da formação intelectual*. A formação intelectual para o ensino da disciplina ocorre por um intermédio de um compromisso de criação de instrumentos cognitivos para o desenvolvimento de um “pensamento crítico”, o qual se constitui pelo desenvolvimento da capacidade de observar e descrever, estabelecer relações entre presente – passado – presente, fazer comparações e identificar semelhanças entre a diversidade de acontecimentos no presente e no passado. (BITTENCOURT, 2004, p. 121-122).

Podemos ainda acrescentar outro objetivo para o Ensino de História no nível médio de escolaridade que seria a formação humanista dos educandos. Quando falamos que a História tem como um dos seus objetivos a formação humanista, não devemos pensar naquele modelo erudito de formação oriunda do século XIX, em que o aluno se tornava dono de uma série de informações transmitidas pelos seus professores obre os grandes nomes da história da humanidade, mas com uma perspectiva elitista e nada crítica em relação a realidade na qual estava inserido.

As inúmeras transformações vivenciadas pela humanidade ao longo do século XX e começo do XXI, coloca-nos (professores e alunos) diante de uma imensa massa de conhecimento que, em muitos casos, é deixado de lado devido à falta de tempo para o desenvolvimento mais profundo da disciplina. Se o aluno se encontra no fim do Ensino Médio, as pressões resultantes da preparação para os vestibulares e ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio)⁷², em alguns casos tornam, o Ensino da História apressado e baseado apenas no repasse

⁷² Criado em 1998 com o objetivo de avaliar o nível dos alunos durante e logo após o fim do Ensino Médio. Atualmente é a porta de entrada para a maioria das universidades do país. Pesquisado em: <http://portal.inep.gov.br/enem/historico#:~:text=O%20Enem%20ganhou%20um%20logotipo,sobre%20os%20ba%20stidores%20do%20exame>. Acesso em: fevereiro de 2020.

de informações rápidas, que logo depois serão utilizadas para a resolução da maior quantidade de questões possíveis, deixando de lado em alguns momentos toda uma construção argumentativa, teórica e metodológica de como se desenvolve o conhecimento histórico. Dessa forma, o próprio caráter humanizador da disciplina é deixado de lado. Segundo o historiador Jaime Pinsky:

Cada estudante precisa se perceber, de fato, como sujeito histórico, e isso só se consegue quando ele se dá conta dos esforços que nossos antepassados fizeram para chegarmos ao estágio civilizatório no qual nos encontramos. Para o mal, mas também para o bem, afinal de contas. Humanizar o homem é percebê-lo em sua organização social de produção, mas também no conteúdo específico dessa produção. E, para o momento específico em que vivemos, no começo do século XXI, isso é particularmente importante.

Para entender ainda melhor a importância das humanidades nos dias de hoje, é preciso ter bem claro que devemos estar preparados para ocupar um espaço na sociedade globalizada sob o risco de sermos sufocados por ela. A percepção do conjunto de movimentos que estão sendo executados no mundo exige, por parte dos nossos jovens, uma cultura que vá além da técnica. (PINSKY, 2005. p. 21.)

Essa cultura que deve ir além da técnica, do simples conjunto de informações que pode ser adquirida por várias fontes além da escola, leva a uma necessidade cada vez maior de professores que saibam mediar o conhecimento desenvolvido pelo ser humano para o universo cultural dos alunos, ajudando-os na construção do conhecimento sólido, baseado na leitura de bons autores, desenvolvendo sua capacidade argumentativa, para que assim possam se perceber como sujeitos históricos críticos, buscando transformar a si e a realidade a sua volta, tendo como um fim uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, pois de acordo com Pinsky:

O conhecimento histórico, por si próprio, carrega profundo potencial transformador, dispensando interpretações apressadas, feitas sob o impacto de circunstâncias acaloradas.

Nosso aluno, cada aluno, tem que se perceber como um ser social, alguém que vive numa determinada época, num determinado país ou região, oriundo de determinada classe social, contemporâneo de determinados acontecimentos (...) quanto mais o aluno sentir a História como algo próximo dele, mais terá vontade de interagir com ela, não como uma coisa externa, distante, mas como uma prática que ele se sentirá qualificado e inclinado a exercer. O verdadeiro potencial transformador da História é a oportunidade que ela oferece de praticar a “inclusão histórica”... (PINSKY, 2005, p. 28).

Esse potencial crítico do conhecimento histórico encontra na contemporaneidade críticas de grupos políticos conservadores, tais como o movimento Escola Sem Partido que enxerga o ensino de História como carregado de ideologia, sendo danoso para o aluno que está exposto a essas aulas. Defendendo a ideia de que escola deve ser um lugar de transferência de conteúdo para os alunos, os defensores do projeto afirmam que qualquer tentativa de ir além de uma transmissão mecânica de conteúdos já rompe com o objetivo da escola e pode caracterizar uma doutrinação ideológica do aluno.

De acordo com os seus defensores, os alunos formam uma plateia cativa dos docentes, dessa forma estão expostos a toda forma de deturpação que o professor possa cometer em relação a sua formação moral e intelectual. Iniciado em 2004, pelo advogado Miguel Nagib, o movimento conta com um site oficial na internet. No seu site, o movimento explica o seu surgimento da seguinte forma:

Escola sem Partido, é uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior.

A pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores abusa da liberdade de cátedra e se aproveita do segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo.

Como membros da comunidade escolar – pais, alunos, educadores, contribuintes e consumidores de serviços educacionais –, não podemos aceitar esta situação.

Entretanto, nossas tentativas de combatê-la por meios convencionais sempre esbarraram na dificuldade de provar os fatos e na incontornável recusa de nossos educadores e empresários do ensino em admitir a existência do problema.

Ocorreu-nos, então, a ideia de divulgar testemunhos de alunos, vítimas desses falsos educadores. Abrir as cortinas e deixar a luz do sol entrar. Afinal, como disse certa vez um conhecido juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos, “a little sunlight is the best disinfectant”.⁷³

Como pode ser observado na descrição dada pelo próprio grupo, o movimento é uma iniciativa de pais e alunos que enxergam em algumas escolas uma verdadeira contaminação de assuntos ideológicos com interesses político-partidários. Diante da dificuldade de provar a doutrinação, o grupo se organiza com o objetivo de descobrir e combater possíveis casos de professores que doutrinam seus alunos, organizando grupos na internet para criticar

⁷³ Pesquisado em: <https://www.escolasempartido.org/quem-somos/> Acesso em: fevereiro de 2020).

determinados autores que servem de base teórica para a formação do professor. Entre esses autores, o educador Paulo Freire⁷⁴ é alvo constante dos ataques do movimento acusado de ser um dos responsáveis pela destruição da educação brasileira.

Diante das várias críticas feitas ao Ensino de História, é importante que os professores dessa disciplina desenvolvam cada vez mais uma prática voltada para a discussão de ideias, sem impor suas opiniões pessoais como verdades acabadas, construindo assim a sala de aula como espaço de construção de conhecimento crítico.

Buscando o desenvolvimento desse saber crítico e humanizado característico do ensino de História, desenvolvemos com os alunos do terceiro ano do Ensino Médio oficinas criadas a partir do modelo proposto pela professora Isabel Barca, tendo a Literatura de Lima Barreto como fonte e linguagem para construção de um saber histórico que fosse além do simples repasse de informações.

3.3 Aula Oficina: concepção teórica.

O Ensino de História no nível médio sofre com uma série de limitações, entre elas encontram-se: o número reduzido de aulas, certo desinteresse por parte dos alunos por algo que eles consideram sem função prática na sua vida cotidiana, cobrança dos pais, da escola e dos professores por aprovações em vestibulares e nota alta no ENEM. Todo esse cenário exposto acima torna facilmente perceptível que ensinar História é algo desafiador, tanto para o jovem aluno como para o mais experiente professor.

Na correria do dia a dia em sala de aula, o professor vê-se imerso em inúmeras tarefas que consomem seu tempo para além da realidade do ato de lecionar, levando-o muitas vezes a ministrar aulas sem uma reflexão mais demorada sobre a sua prática docente. O resultado disso tudo que o Ensino de História acaba caindo na mesmice, repetições de informações pouco relevantes para os discentes, dando vida a tão temida “aula tradicional”. Mas será possível pensar e desenvolver aulas de História baseadas em outras metodologias que deem espaço para

⁷⁴ Famoso educador pernambucano (1921-1997) autor da obra *Pedagogia do Oprimido*, defendia um ensino que respeitava o saber do aluno, sendo que o diálogo se constituía como uma das características principais da sua pedagogia. Pesquisado em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=340> Acesso em: fevereiro de 2020.

a reflexão acerca da construção do conhecimento histórico? É possível transformar a sala de aula em espaço de investigação?

Diante dessas indagações acreditamos que a Aula-Oficina como metodologia pode tornar as aulas de História mais críticas, reflexivas e atraentes. A Aula-Oficina busca desenvolver uma prática reflexiva, em que a reflexão é mobilizada para a ação, articulando teoria e prática em sala de aula. Sendo assim, o conhecimento histórico é construído numa atitude relacional entre os sujeitos, levando alunos e professores a uma relação pedagógica que vai além da transmissão mecânica de conteúdo. Educando e educador devem ser capazes de tecer as ligações entre o objeto que está sendo estudado e a sociedade na qual está inserido.

De acordo com Milian:

“A partir do momento em que as ligações entre passado, presente e futuro são feitas, é possível explicar e entender como determinados comportamentos sociais atuais são resultantes de ações humana passadas e que estes comportamentos são construídos historicamente” (MILIAN, 2015, p. 68).

Conseguindo desenvolver essa ligação, o aluno será levado a perceber que a sociedade na qual está inserido é uma construção histórica, desnaturalizando o olhar que enxerga tudo como algo pronto, rígido e imutável, percebendo a História como uma disciplina capaz de explicar o tempo presente. É importante o professor levar o educando a perceber que o saber histórico não se encontra pronto e acabado, esperando ser resgatado pelo historiador, mas se apresenta como uma construção de historiadores que, partir de fontes históricas, vão produzindo suas narrativas do passado de acordo com suas indagações do presente: “Dessa forma, os alunos, juntamente com o professor, podem problematizar o passado, refletindo quem são os agentes presentes e ausentes dessas narrativas e por que elas foram escritas de determinada forma”. (MILIAN, 2015, p. 68).

Atingindo essa compreensão do passado como uma construção histórica, entendendo a relação temporal entre passado, presente e futuro, podemos atingir a *literacia histórica*. O conceito de literacia histórica é visto como a capacidade de enxergar o passado a partir de uma leitura contextualizada, em que o sujeito compreende o passado como um objeto em construção, sendo assim, uma aula de História que visa o desenvolvimento desse tipo de letramento deve contar com uma metodologia que vá além da exposição de conteúdo a uma plateia, e levar os

alunos a um diálogo com as fontes apresentadas em sala como linguagem para a construção do saber histórico.

Diante do que foi exposto acerca da construção do saber histórico, podemos concluir que o modelo de aula-conferência como criticado por Barca (2004) não permite um Ensino de História em que se perceba a construção desse conhecimento. Como alternativa a esse modelo apresentado, propusemos como produto dessa dissertação oficinas baseadas no modelo de Aula-Oficina.

Tal modelo de oficina desenvolvido por Isabel Barca carrega um grande potencial histórico, crítico e humanizador. Em seu artigo *Aula Oficina: do Projeto à Avaliação*, Barca apresenta o que ela chama de paradigmas educacionais, a saber: modelo de aula-conferência; modelo de aula-colóquio e aula-oficina. O modelo de aula-conferência é apresentado da seguinte forma:

O modelo de “aula-conferência” proposta pelo paradigma tradicional baseia-se numa lógica do professor como detentor do verdadeiro conhecimento, cabendo aos alunos – por normas e catalogados como seres que “não sabem nada”, “não pensam” – receber as mensagens e regurgitá-las corretamente em teste escrito. (BARCA, 2004, p. 131).

Fica claro que esse modelo, apesar de criticado pelos professores, é amplamente utilizado em nossas escolas por uma série de motivos, tais como: falta de tempo dos professores para elaborar algo novo, exigências das escolas que enxergam nesse modelo o caminho para o aluno conseguir a aprovação no vestibular, bem como a resistência dos alunos que veem nesse modelo de aula-conferência uma “aula de verdade”, resistindo a qualquer tentativa de mudança metodológica. Fica claro para Barca que esse modelo está ultrapassado. O modelo de aula-colóquio também é visto como algo ainda ligado ao tradicional, pois centra-se na atividade do professor, apesar de ir além da aula-conferência, pois:

No modelo de aula-colóquio, o saber pode ser problematizado e partilhado, mas a atenção continua a centrar-se na atividade do professor e nos seus materiais de apoio, mantendo-se na sombra o cuidado a ter com os idéias prévias dos alunos e conseqüentes tarefas cognitivas a desenvolver por estas aulas. O pressuposto de que o conhecimento deve ser construído na aula pelos alunos é afirmado como mera retórica, sem concretização nem fundamentação empírica e sistemática. (BARCA, 2004, p. 132).

Para que a atividade docente não seja apenas uma transmissão de conteúdos para alunos receptivos e acríticos, é necessário da parte do professor o desenvolvimento de sua capacidade de investigador social, capaz de:

(...) aprender a interpretar o mundo conceitual dos seus alunos, não para de imediato o classificar em certo/errado, completo/incompleto, mas para que esta sua compreensão o ajude a modificar positivamente a conceitualização dos alunos, tal como o construtivismo social propõe. Neste modelo, o aluno é efetivamente visto como um dos agentes do seu próprio conhecimento, as atividades das aulas, diversificadas e intelectualmente desafiadoras, são realizadas por estes e os produtos daí resultantes são integrados na avaliação. (BARCA, 2004, p. 131).

Esse modelo de aula-oficina está orientado para que seja desenvolvido no estudante uma compreensão do passado de forma contextualizada, com bases nas evidências disponibilizadas pelo professor, a capacidade de orientação temporal, gerando assim no educando uma: “ (...) interiorização de relações entre passado compreendido, o presente problematizado e o futuro perspectivado”. (BARCA, 2004, p. 133).

Dessa forma, o aluno deve ser um sujeito ativo no processo de ensino aprendizagem, construindo junto com o professor uma maior compreensão do processo histórico, com bases em fontes diversas que serão apresentadas durante a aula, no qual os estudantes guiados pelo professor aprenderão a manejar, contextualizando as informações apresentadas, buscando aprender a pensar historicamente.

No nosso trabalho, buscamos aplicar oficinas seguindo esse modelo apresentado em uma escola da rede pública de ensino, com alunos dos anos finais do Ensino Médio, apresentando algumas crônicas de Lima Barreto, selecionadas a partir do objetivo principal da nossa pesquisa, que versa sobre entendimento de transformações urbanas no Rio de Janeiro a partir da ótica barretiana.

3.3.1. A Aula Oficina e as transformações urbanas em Lima Barreto: relato de uma experiência.

As nossas oficinas foram desenvolvidas em uma escola de Ensino Médio, ligada a rede estadual de ensino do Estado do Ceará, englobando 16 alunos do terceiro ano, que interessados

na oficina proposta, dispuseram-se a vir para a escola no contraturno (tarde), uma vez que todos estavam matriculados no período matutino.

Quando o convite foi feito, os alunos já tinham estudado a Primeira República nas aulas de História durante o primeiro semestre. As oficinas foram realizadas durante o mês de setembro de 2019, às sextas feiras durante três semanas. Esses encontros tinham duração de três horas, ocorrendo em uma sala disponibilizada pela escola, que acolheu a aplicação da oficina tranquilamente. Do total de 26 inscritos, a oficina aconteceu com 16 alunos, sendo que os demais alegaram falta de transporte para se locomover até a escola no período da tarde, bem como a não liberação do patrão nos locais em que trabalhavam.

Na presente pesquisa, os alunos foram apresentados às crônicas de Lima Barreto, no qual ele denuncia os inúmeros problemas oriundos do crescimento desordenado da cidade do Rio de Janeiro, durante a Primeira República (1889-1930). As crônicas utilizadas em sala de aula foram publicadas originalmente na Revista *Careta*⁷⁵, sendo as seguintes: *Queixa de defunto* (20/03/1920) e *Megalomania* (28/08/1920).

Os alunos foram divididos em quatro grupos com quatro alunos cada, com o objetivo de facilitar e organizar a troca de informações e o debate. Esses grupos se mantiveram os mesmos do princípio ao fim da aplicação da oficina.

A aula oficina deve ser pensada e planejada seguindo determinadas etapas que permitem uma maior clareza por parte do professor/pesquisador, seguindo as seguintes etapas: 1- Seleção do conteúdo a ser trabalhado em sala de aula (as transformações urbanas no Rio de Janeiro na visão de Lima Barreto); 2- Investigação do conhecimento prévio dos alunos acerca do conteúdo que será trabalhado (essa investigação pode ser feita de forma oral ou escrita pelos alunos); 3- Escolha da fonte histórica que será utilizada (crônicas de Lima Barreto) e; 4- Desenvolvimento dos exercícios que serão aplicados durante as oficinas.

A aula de História baseada no modelo de aula-oficina não deve ser reduzida a um simples repasse e acumulação de conteúdos, mas deve tornar-se um espaço de troca de

75 Surgida em 1808, a Revista *Careta* foi fruto direto do desenvolvimento da imprensa carioca do período e abrigava diversas concepções de mundo em suas páginas, fazendo concorrência as famosas Revistas *Fon Fon* e *Kosmos*. Era eclética no público e na rua rede de colaboradores, utilizando-se de charges e caricaturas políticas e sociais para cativar o público, tornando-se uma revista famosa e bastante rentável por seu preço acessível as camadas mais pobres. Lima Barreto escreveu vários textos para essa revista nos anos finais de vida (1920-1922). Cf. NOGUEIRA, Clara Asperti. **Revista *Careta* (1908-1922): símbolo da modernização da imprensa no século XX**. Revista *Miscelânea*. Assis, vol.8, jul./dez. de 2010.

informações, de debate entre as diversas experiências dos participantes. A História ensinada tem que levar o aluno a enxergar a disciplina como algo “repleto de sentido dentro e fora do espaço escolar, permitindo que os sujeitos acessem suas vivências e convertam-nas em conhecimento aprendido, o que chamamos de literacia histórica, ou seja, a capacidade de pensar a realidade de forma histórica”. (MILLIAN, 2015, p. 70-71).

Para que seja alcançada essa *literacia histórica*, a fonte histórica ocupa um importante espaço na Aula Oficina. O uso da fonte histórica deve permitir ao aluno compreender como o conhecimento histórico é construído, numa relação dialógica com esses vestígios produzidos pela ação humana no tempo e espaço, sendo assim, essa habilidade se desenvolverá de acordo com Millian:

A partir do momento que os alunos entendem que a história é formada por mudanças e processos, os quais não podem ser testemunhados, deixando de ver o passado como algo fixo e o presente como uma escala de progresso, a disciplina deixa de ser comum e é vista no seu caráter contra intuitivo, possibilitando então o desenvolvimento da literacia histórica dos estudantes. (MILLIAN, 2015, p. 72).

A problematização da fonte é fundamental para que ela não seja vista apenas como uma espécie de prova, mais um texto para se juntar ao livro didático ou algum outro texto de apoio que eventualmente o professor ofereça na oficina, mas que passe a ser visto como a base para a construção da reflexão histórica.

3.3.2 O desenvolvimento da Oficina e seus resultados: os conhecimentos prévios dos alunos.

No primeiro dia da oficina, a maioria dos alunos chegaram na hora combinada, o que facilitou o preenchimento de alguns instrumentais necessários para a atividade. As fichas de inscrição e a da autorização dos pais, que haviam sido entregues uma semana antes das oficinas, foram devolvidas com os dados requeridos, permitindo a participação dos alunos nos encontros. Os alunos terão suas identidades omitidas, sendo atribuído um número para cada um deles indo à numeração de de 01 a 16.

No começo os discentes estavam calados e observantes, sendo notado dois alunos com sinais de sono, mas que ao longo da oficina chegaram a participar com algumas perguntas. Foi

distribuído um texto intitulado: *Lima Barreto: um crítico da (na) Primeira República* de nossa autoria, cuja leitura foi desenvolvida durante a oficina. Foi entregue também um texto com uma breve apresentação da oficina roteirizando o que seria desenvolvido nesse encontro e nos seguintes, facilitando o entendimento do que seria realizado em nossa pesquisa.

Na ficha de inscrição⁷⁶, elencamos questionamentos que deveriam ser respondidos em casa e entregues no primeiro dia da oficina. As questões apresentadas visaram mapear o conhecimento prévio dos alunos acerca de História, das suas relações com a Literatura, do conhecimento do gênero crônica e do autor Lima Barreto. As respostas dos alunos serão brevemente apresentadas como tentativa de construção do conhecimento prévio dos participantes, algo fundamental no desenvolvimento de uma aula oficina.

3.3.3 Apresentação dos resultados coletados na ficha de inscrição

Diante da seguinte indagação: *Para você, a História é?*, foi pedido aos alunos que atribuíssem um valor de 1 a 5 às afirmações, sendo 1 o valor para maior importância e 5 para menor importância na ótica dos alunos. Foi deixado bem claro para eles que não havia respostas corretas nem erradas, que respondessem livremente de acordo com o que eles pensavam. Tivemos as seguintes respostas em relação ao valor que iremos considerar nessa exposição:

14 alunos atribuíram valor 1 para a seguinte afirmação acerca da História que para eles seria: “Um conhecimento importante para a vida e que desenvolve uma interpretação do passado”.

02 alunos atribuíram valor 1 para a seguinte afirmação: “Uma ciência que conta o passado da forma como ele realmente aconteceu”.

De acordo com o valor atribuído a afirmação sobre a função prática da História no cotidiano, podemos perceber que a maioria dos alunos entendem que a disciplina pode abrir espaço para mais de uma interpretação do passado, ficando de lado a falsa ideia de que a História é uma ciência com apenas uma verdade absoluta e inquestionável. Essa visão prévia será importante no decorrer da oficina, quando iremos ver a visão de Lima Barreto sobre a Reforma Urbana que destoa da interpretação oficial da prefeitura carioca e de alguns literatos, como

76 O modelo do instrumental está reproduzido nos anexos dessa dissertação.

Olavo Bilac que enxergavam apenas os benefícios das transformações urbanas, ocultando os inúmeros problemas sociais acarretados por elas.

O segundo questionamento foi o seguinte: *Para você, aprender Histórica significa:*, também foi atribuído a mesma escala de valor da questão 01. O resultado foi o seguinte:

08 alunos (01,02,03,05,07,08,09 e 10). atribuíram 1 para a afirmativa: “Interpretar o passado, analisar o presente e ampliar o horizonte de expectativas”.
Alunos: 01,02,03,05,07,08,09 e 10

01 aluno (04) atribuiu 1 para a afirmativa: “Perceber o passado e buscar seu caráter temporal, diferenciando-a do presente”.

01 aluno (07) atribuiu 1 para a afirmativa: “ Diferenciar o tempo entre o passado, o presente e o futuro”.

03 alunos (03,06 e 11) atribuíram 1 para a afirmativa: “Ensinar aos homens do presente a agirem de forma melhor e com mais prudência”.

01 aluno (03), atribuiu 1 para a afirmativa: “Instruir o indivíduo a planejar seu futuro tendo como base o passado”.

Nessa questão, a atribuição do valor 1 foi mais diversificado do que na questão anterior, porém, é importante ressaltar que a maioria das respostas veem a História como um conhecimento que tem um valor prático para sua vida, e não só um simples saber inútil destinado a preencher um currículo escolar. Podemos ver que os alunos, pelo menos em teoria, afirmam que percebem o valor do saber histórico para a interpretação do passado necessário para a análise do presente e o planejamento de um futuro viável, dentro das escolhas apresentadas pela vida.

Na questão 03, os alunos foram indagados acerca do seu conhecimento prévio sobre o que seria a Literatura e sua função social. Diante das seguintes perguntas: *Para você, o que é Literatura? A literatura tem alguma função social ou serve apenas como oportunidade de lazer?* Os alunos escreveram livremente suas impressões sem atribuição de valor e, claro, sem respostas corretas ou erradas. Todos os alunos responderam expondo suas visões. Seguem algumas respostas mais significativas:

“ A Literatura nos ajuda a interpretar mais algumas situações e nos ensinam valores” (aluno 04).

“ A Literatura são relatos que contam características de um indivíduo ou de um povo. São narrativas que nos mostram as vivências, modo de agir, contexto histórico. É talvez, a confirmação que a História aconteceu. Tem a função social de gerar a crítica e não apenas o lazer”. (aluno 05).

“Um meio de aprendizado para a nossa formação” (aluno 07).

“Sim, todos os livros têm algo a ensinar, críticas, opiniões ou apenas aprofundamentos”. (aluno 08).

Nas respostas selecionadas fica uma clara constatação da dificuldade dos alunos em definir o que seria Literatura, levando-nos a supor que a definição que eles carregam não está elaborada, partindo logo para as possíveis funcionalidades da mesma. De uma forma parecida com as respostas sobre o saber histórico, é possível notar a importância que eles atribuem para a Literatura, vendo-a como um saber importante para formação pessoal, uma vez que a Literatura gera valores, crítica, lazer, aprendizado e cultura. Na próxima questão será sondado quais livros eles leram até a data da aplicação das oficinas.

Na quarta pergunta foi solicitado que eles citassem os principais livros que leram durante a vida. As respostas apontaram para vários clássicos que devem ser lidos no Ensino Médio. Três estudantes (os alunos 06, 09 e 11) afirmaram não lembrar de terem lido nenhum livro completo. Os demais disseram que leram mais de um livro na vida, sendo em sua maioria os clássicos cobrados no 2º e 3º ano nas aulas de Língua Portuguesa. Entre os livros mais citados temos:

Quadro 1

Dom Casmurro	06 alunos (01,02,03,05,06 e 12)
O Triste Fim de Policarpo Quaresma	03 alunos (01,02, e 05)
Iracema	03 alunos (03, 05 e 07)
O Cortiço	02 alunos (02 e 03)
O Alienista	02 alunos (01 e 05)

Elaborado pelo autor

Entre os romances de Lima Barreto, três alunos disseram que já leram sua obra mais famosa, os demais alunos embora não tenham lido, manifestaram conhecer a obra e recordar que a professora de Língua Portuguesa cobrou a leitura no começo do ano nas aulas sobre Pré-

Modernismo. Embora apenas três alunos tenham lido um livro de Lima, o autor estudado não era desconhecido pelos demais.

A quinta pergunta versou sobre o gênero crônica. O objetivo era saber até que ponto esse gênero literário era de conhecimento dos alunos, diante das perguntas: *Você sabe o que é uma crônica? Quais você já leu? Cite-as.* Os relatos de alguns alunos denotaram um certo conhecimento do gênero (os alunos 06, 09 e 10 não responderam o questionamento), sempre associando a relatos de fatos do cotidiano, entre as respostas mais significativas temos:

“São relatos do dia a dia, onde narra-se um fato que acontece e que são muitas vezes verídicos. Eu li: O Nariz e A namorada”. (aluno 01). O aluno não colocou o autor da crônicas, não sendo possível dizer a quem essas crônicas pertencem.

“São relatos de fatos atuais da época em que se escreve. Eu já li ‘Os sapos’ de Manuel Bandeira e outros que não me lembro”. (aluno 03).

“É uma narrativa curta que trata do mundo cotidiano. Jornais e revistas”. (aluno 04).

“Crônicas são relatos do dia a dia que tem valor reflexivo e filosófico de variados gêneros”. (aluno 05).

“Crônica é uma narrativa curta, de história baseada no cotidiano. Muitas vezes feitas para jornais, rádios, etc”. (aluno 08).

Nessas citações os alunos demonstram um conhecimento da crônica como um texto que remete ao cotidiano, a vida no dia a dia, uma narrativa curta que tem como foco a vida, aquilo que os homens vivem na sua rotina diária, tendo como espaço de publicação os jornais, revistas e rádio. No decorrer das oficinas, uma definição mais fundamentada de crônica foi discutida com os alunos.

Em relação a sexta pergunta sobre o seu conhecimento prévio a respeito do escritor carioca Lima Barreto, somente um aluno deixou a questão em branco, sendo que os demais demonstraram conhecer o escritor a partir de alguma característica de sua biografia. *Para você quem foi Lima Barreto? Escreva o que você sabe sobre ele.*

“Ele foi um escritor mulato”. (aluno 02).

“Foi um homem que nasceu sete anos antes da abolição da escravidão. Escritor, viveu 41 anos. Discutiu sobre racismo, era militante”. (aluno 03).

“Foi um grande autor e escritor que escrevia sobre os problemas da sociedade”. (aluno 04).

“Lima Barreto foi indubitavelmente um exemplo de resistência, escritor... visto que negro, enfrentava dificuldades em relação a isso, como também utilizava a literatura como instrumento de crítica e não apenas de lazer” (aluno 05).

“Homem negro, pobre que lutava para ter o que queria, que trabalhava, mas não era reconhecido pela sua cor, sofria preconceito racial, mas acima de tudo muito batalhador para conseguir o que desejava”. (aluno 06).

“Era era muito sensato, pois mesmo sofrendo preconceito (racismo), ele se expressava e tinha um olhar crítico, além de ser muito inteligente. Corria atrás do que queria independente de tudo”. (aluno 08).

De acordo com as respostas dos alunos, Lima Barreto se destacou pelo fato de ser combativo, sofrer preconceitos raciais, escrever uma Literatura como crítica, indo além do lazer. A questão racial foi uma constante nas falas dos alunos durante as oficinas, destacada como um dos grandes desafios da vida de Lima, sendo para alguns alunos um forte impedimento para que ele se tornasse um escritor famoso, o que gerou muitas frustrações durante a sua vida. Foi destacado também na fala da maioria que mesmo enfrentando dificuldades, Lima usa a Literatura para tentar melhorar a vida.

A última pergunta foi: *É possível aprender História através da Literatura?* Diante dessa pergunta, somente um aluno não respondeu o que foi pedido, sendo que os demais afirmaram que é possível aprender História através do texto literário:

“Sim. Muito da Literatura está relacionado com a História”. (aluno 02).

“Sim. Pois a Literatura e a História estão ligadas por muitos aspectos”. (aluno 04).

“Sim. Porque a Literatura é o relato da História. Não se narra nada sem contexto”. (aluno 05).

“Sim. Podemos unir o útil ao agradável, porque Lima puxa muito da História”. (aluno 06).

“Sim, pois os livros de Literatura podem impor assuntos voltados para o passado e histórias realmente importantes pra que a gente reflita”. (aluno 08).

“Sim, pois muitas vezes através dela conseguimos atrelar conhecimento histórico” (aluno 12).

Diante das respostas afirmativas, os alunos destacaram que a Literatura trata de assuntos ligados a História, sendo que aprender História através da Literatura pode ser agradável. Lima foi citado por um aluno como um escritor que trabalha com a História em seus textos.

Como forma de estabelecer o conhecimento prévio dos alunos, o instrumental apresentado foi de grande utilidade no desenvolvimento das oficinas, monitorando o que os alunos trouxeram sobre o assunto para sala de aula. O fato de já estarem no fim do Ensino Médio, colocaram os mesmos em contatos com nosso autor, bem como o período histórico da Primeira República, conteúdo trabalhado no começo do ano nas aulas de História. No decorrer das oficinas, os conhecimentos dos alunos foram questionados pelo professor, sendo apresentadas informações mais profundas sobre o assunto baseadas nos textos discutidos nos grupos formados durante a oficina.

3.3.4 Análise das crônicas

Durante o primeiro dia da oficina, logo após a entrega das fichas de inscrição com as repostas dos participantes, o texto distribuído em sala (*Lima Barreto: um crítico da(na) Primeira República*) foi alvo de leitura em grupo e depois de uma discussão aberta entre o professor e os alunos, e além do texto, também foi apresentado um rápido vídeo⁷⁷ com uma breve biografia de Lima Barreto, que visava colocar os alunos em um contato cada vez maior com a vida e o contexto histórico em que o autor viveu. Foi mostrado também alguns slides com imagens de Lima Barreto e algumas frases chaves que marcam o seu pensamento.

Logo após o vídeo e a leitura, os alunos em sua maioria se sentiram mais dispostos a falar sobre o autor, ressaltando a cor da sua pele, as dificuldades enfrentadas na sua vida pessoal (pobreza, vício no álcool, a loucura paterna, o trabalho na Secretaria da Guerra). Isso influenciou e serviu de combustível para a sua literatura crítica segundo a percepção apresentada. Foi também ressaltado o quanto Lima escreveu sobre a situação urbana do Rio de Janeiro, e como ele percebia uma serie de contradições entre os discursos oficiais e a realidade das camadas mais pobres, que sofreram na pele todas as consequências negativas dessa modernização orquestrada pelo poder público. Esse assunto foi discutido de forma mais detalhada na segunda oficina com a leitura e discussão das crônicas alvos da nossa pesquisa e oficina.

A segunda oficina ocorreu uma semana depois da primeira, a pontualidade dos alunos foi boa e todos os que estavam presentes no primeiro encontro se fizeram presentes nesse, embora tenha ocorrido um problema com a sala destinada a oficina que estava ocupada (apesar

77 SCHWARZ, Lilia Moritz. Biografia/Lima Barreto. <https://www.youtube.com/watch?v=OKphumZ-leM&t=54s>. Duração 06:59min.

da reserva prévia), a escola disponibilizou uma nova sala permitindo o desenvolvimento das atividades. Foi exibido um vídeo⁷⁸ sobre as reformas urbanas com foco na construção da Avenida Rio Branco exemplo bem claro do sistema de exclusão que se tornará prática comum nessa época. Logo após o vídeo, aconteceu leitura e debate das crônicas, sendo que os resultados serão apresentados a seguir.

Ao analisar as respostas dos alunos, seguiremos a caracterização desenvolvida pela pesquisadora Vanessa Kiara Rodrigues Milian em sua dissertação de mestrado⁷⁹. De acordo com essa pesquisadora, as respostas dos alunos em uma aula seguindo a metodologia da Aula Oficina, e tendo em vista a formação da literacia histórica, podem ser caracterizadas da seguinte forma:

1- SIMPLES: apenas traz uma informação histórica sem mostrar mudanças e permanências e/ou sem contextualizar historicamente. Ou então, embora se coloque no passado, não vê diferença entre passado e presente, atendo-se à imaginação histórica apenas de forma subjetiva.

2- DESCONTEXTUALIZADAS: apenas vê mudanças e sem conseguir se reportar ao período. Ou ainda: percebe o modo de vida do período como análogo ao presente (anacronismo).

3- FRAGMENTADA: Traz elementos insuficientes pela forma de escrita para o entendimento sobre as associações que o aluno está realizando, portanto, impedem entender se o aluno conseguiu contextualizar o período e/ou ver mudanças e permanências.

4- CONTEXTUALIZADA: não se refere diretamente a mudanças ou permanências, mas consegue reportar-se ao período, com uma reflexão satisfatória sobre o mesmo. Pela imaginação histórica, cria hipóteses plausíveis. Apresenta empatia histórica.

5- COMPLEXA/CONTEXTUALIZADA: percebe a contradição histórica e/ou entende que existem tanto mudanças como permanências. Pela imaginação histórica, cria hipóteses plausíveis. Apresenta empatia histórica. É uma concepção de história

78BUENO, Eduardo. A História da Avenida Rio Branco
<https://www.youtube.com/watch?v=UDYnnQSDzk> Duração de 11:35min

79 MILIAN, Vanessa Kiara Rodrigues. **Literatura e Ensino de História: a construção do conhecimento histórico em sala de aula a partir das crônicas de Lima Barreto**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Londrina, 2015.

mais elaborada e satisfatória da perspectiva da *literacia histórica*. (MILIAN, 2015, p.104-105).

Crônica 01: Queixa de Defunto

Em sua obra, seja qual for o gênero, Lima Barreto abordou de forma crítica os problemas da jovem República brasileira, jovem em idade, mas velha nos seus mecanismos de exclusão política e social. Tal exclusão se manifestava de várias formas, tais como: desemprego em larga escala, educação de má qualidade, preconceito racial e inúmeros problemas que assolavam o país. Dentre esses vários problemas, a exclusão urbana foi uma constante nos escritos barreteanos. Em seus romances, contos e crônicas as reformas urbanas desenvolvidas por Pereira Passos e seus sucessores foram analisadas por Lima Barreto, na contramão da euforia que tomava conta da elite carioca, dessa forma:

Lima Barreto percebe as grandes contradições do seu tempo figurando um ambiente muito semelhante à Rua do Ouvidor no Rio de Janeiro, principal alvo das reformas urbanas do Prefeito Pereira Passos e sua equipe sob a justificativa de embelezar o cento do Rio, expulsaram as camadas pobres da população da região que se alocaram nos morros dando origem as primeiras favelas, conseguindo assim um eficiente aburguesamento da paisagem. (NETO, 2010, p. 59).

Essa percepção vinha das constantes caminhadas do nosso autor pelas ruas da capital carioca, um verdadeiro *flâneur*⁸⁰ em constante movimento a pé ou de trem, observando profundamente as mudanças ocorridas pela intervenção do poder público.

Na crônica *Queixa de Defunto*, Lima dá voz a uma carta recebida de um defunto que resolve no pós vida contar sua história. Carregada de humor e ironia a carta critica o abandono das ruas suburbanas pelo prefeito Carlos Sampaio, contando-nos a história de Antônio da Conceição, carioca, morador de longa data na Boca do Mato situado no Méier, um bairro suburbano que leva uma vida de pobreza, calma e de respeito às leis, sendo apresentado na crônica como um homem de moral ilibada que sabia o seu lugar na sociedade republicana da época, sem envolvimento com partidos políticos, protestantes, macumbeiros e qualquer tipo de grupo ou atividade social criticada ou condenada pelos poderes públicos a moral católica da época.

⁸⁰ Termo oriundo da língua francesa que significa “andarilho”, “vagabundo”, “ocioso”. Esse termo foi popularizado por Charles Baudelaire referindo-se a aqueles que vagam pelas grandes cidades modernas observando seu movimento, visitando bares, livraria e cafés, geralmente desenvolvendo uma arguta observação do desenvolvimento da cidade. Pesquisado em: <http://www.observatorioculturaacidade.ufscar.br/acervo/resenhas/flaneurismo-2/> Acesso em: fevereiro de 2020.

Tudo levava a crer que, logo após a morte, ele iria direto para o céu como prêmio pelo seu bom comportamento em vida, mas não é isso que acontece, ao morrer e se ver diante de São Pedro, será mandado penar para pagar seus pecados, uma vez que chegou todo machucado diante do guardião das chaves do céu.

Vejamos o que Antônio nos diz:

Foi o que aconteceu comigo e estava certo de ir direitinho para o Céu, quando, por culpa do Senhor e da Repartição que o Senhor dirige, tive que ir para o inferno penar alguns anos ainda. Embora a pena seja leve, eu me amolei, por não ter contribuído para ela de forma alguma. A culpa é da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro que não cumpre os seus deveres, calçando convenientemente as ruas. Vamos ver por quê. Tendo sido enterrado no cemitério de Inhaúma e vindo o meu enterro do Méier, o coche e o acompanhamento tiveram que atravessar em toda a extensão a rua José Bonifácio, em Todos os Santos. Esta rua foi calçada há perto de cinqüenta anos a macadame e nunca mais foi o seu calçamento substituído. Há caldeirões de todas as profundidades e largura, por ela afora. Dessa forma, um pobre defunto que vai dentro do caixão em cima de um coche que por ela rola, sofre o diabo. De uma feita um até, após um trambolhão do carro mortuário, saltou do esquife, vivinho da silva, tendo ressuscitado com o susto. Comigo não aconteceu isso, mas o balanço violento do coche, machucou-me muito e cheguei diante de São Pedro cheio de arranhaduras pelo corpo. (BARRETO, 2004, p. 157).

Carregado pelos amigos do Méier até o Cemitério de Todos os Santos, Antônio enfrenta as dificuldades de ser carregado em ruas esburacadas, malcuidadas, danificadas pelas chuvas e pelo esquecimento do poder público, chegando arranhado é taxado de desordeiro, impedido de entrar no paraíso de imediato.

Nessa crônica podemos ver um traço fundamental de Lima: sua ironia diante dos poderes públicos. Aposentado, livre do trabalho público que tanto desgosto lhe causava, vai escrever de forma cada vez mais contundente contra a administração de Carlos Sampaio.

Os alunos gostaram da crônica, sendo que um aluno destacou o fato de certa semelhança como Memórias Póstumas de Brás Cubas, pelo fato de um defunto contar a sua história depois da morte.

Foram apresentados aos alunos cinco perguntas: 1- Por que a crônica se chama Queixa de Defunto? 2- Por que Antônio da Conceição resolveu escrever uma carta com reclamações? 3- Quais as qualidades elencadas pelo defunto para justificar sua queixa contra o prefeito pelo fato de não ter sido salvo após a morte? 4- O defunto é membro da elite ou das camadas

populares? Quais os problemas urbanos relatados nas crônicas e como elas afetaram o pós vida do personagem da crônica? 5- Escreva suas impressões sobre a crônica.

Questão 1: Por que a crônica se chama Queixa de Defunto?

Em uma pergunta simples acerca do porquê do título da crônica, as respostas formam variadas, denotando uma compreensão diversa sobre o próprio conteúdo da crônica em si, uma vez que era necessária essa compreensão para o correto entendimento da titulação da mesma. Alguns alunos tiveram uma compreensão que podemos caracterizar como *simples*, uma vez que apenas expuseram sua explicação sobre o nome da crônica sem desenvolver um maior entendimento de onde o defunto vivia:

“Porque o defunto narra a sua vida e além disso, as dificuldades que passou no decorrer do seu enterro”. (aluno 05)

“Porque o defunto narra queixas durante sua vida e até o seu enterro”. (aluno 06)

“Pois é um desabafo de um defunto, fazendo reclamações mesmo depois de morto”. (aluno 09)

“É porque depois de morto fala sobre tudo o que aconteceu, ele falava dos seus problemas”. (aluno 11)

Partindo da definição de respostas *fragmentadas*, três alunos foram encaixados nessa definição, sendo percebido uma insuficiência nas respostas em relação a sua compreensão sobre a vida do personagem:

“Um pobre defunto que vai deixar seu caixão em cima de um coche e no qual lembrava a sua vida, lamentando suas ações em vida”. (aluno 02)

“Publicam uma carta de defunto, na qual relatava a sua vida, lamentando suas ações em vida”. (aluno 03)

“Esta carta é um tipo de desabafo de um morto, se queixando, criticando e militando”. (aluno 10)

“Pelo fato de falar da sua vida, onde viveu, onde morreu, as coisas que não fez quando estava vivo”. (aluno 13)

“Sim, é um tipo de desabafo, fazendo relações depois de morto”. (aluno 14)

“Porque o defunto narra o seu projeto de vida e o que aconteceu após a morte”. (aluno 15).

Uma parte dos alunos levantaram semelhanças do título da crônica com o romance machadiano, pelo fato de um morto escrever uma carta para nosso escritor relatando seus sofrimentos logo após a morte, sendo destacado a comicidade da situação vivida na crônica, alguns alunos foram além do título, compreendendo que Lima estava fazendo uma crítica a gestão de Carlos Sampaio, e sua ineficiência em resolver os problemas do subúrbio e de seus moradores. Estas respostas podem ser encaixadas na qualificação de *contextualizadas e contextualizada/complexa*, destacamos algumas:

“Porque o defunto narra suas queixas a prefeitura, pois ainda depois da morte sofreu com as ruas que atrapalhavam o enterro”. (aluno 01).

“Porque mostra a realidade de um homem que vivia nas camadas populares, onde não tinha muitos direitos, e suas reclamações só foram ouvidas após a morte”. (aluno 04)

“Pois é um tipo de desabafo de um defunto que mesmo depois de morto fazia críticas e reclamações para o governo”. (aluno 07)

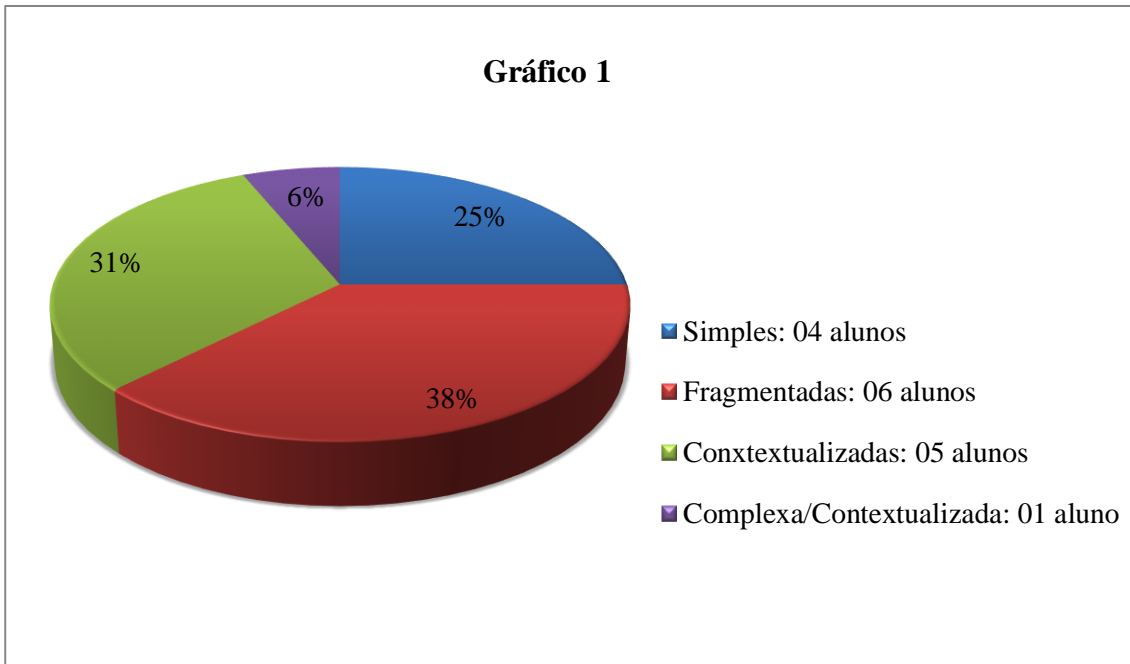
“Pois é um tipo de “desabafo” de um defunto, fazendo reclamações mesmo depois de morto para o governo”. (aluno 08)

“Porque só depois de sua morte que foi possível mostrar como um espelho a realidade de muitos cidadãos que não fazem parte da elite”. (aluno 12)

“Tipo um desabafo de um defunto, fazendo reclamações mesmo depois de morto. Se queixando e criticando o governo”. (aluno 16).

Esses seis alunos foram capazes de ir além do simples título aparentemente estranho da crônica, entendendo que a fala do morto ia além do simples relato póstumo, que suas queixas tinham relação com falta de ações do poder público no cuidado com as camadas mais pobres.

Nem sempre as respostas dos alunos se enquadravam perfeitamente nas definições, sendo então encaixadas na definição que acreditamos ser a mais aproximada da resposta. No gráfico a seguir mostramos como ficaram as respostas dos alunos e em qual definição elas se enquadraram:



Questão 2: Por que o Antônio da Conceição resolveu escrever uma carta com reclamações?

Compreendido o título, os alunos debateram os motivos que levaram Antônio a escrever uma carta com as suas reclamações, sempre tendo em mente que durante a sua vida dificilmente seria atendido pelos poderosos da República caso enviasse uma carta de próprio punho ao prefeito ou a qualquer outra autoridade republicana. Porém, na pena de Lima Barreto esse personagem excluído ganha voz e pode expor reclamações que não eram só suas, mas de todo um conjunto de moradores do Rio de Janeiro.

Um pouco mais da metade dos alunos não conseguiram compreender que a crítica feita por Lima Barreto ia além dos meros problemas individuais de Antônio, sendo assim esses alunos se focaram apenas nas consequências pessoais da morte para o personagem da crônica, sendo essas respostas *simples/descontextualizadas*:

“Mesmo vivendo uma vida conforme ele culpava o prefeito, por ele ter ido para o inferno”. (aluno 07).

“Porque ele mesmo vivendo nos conformes, por “culpa” do prefeito, ele foi para o inferno”. (aluno 08).

“Mesmo ele vivendo nos conformes ele culpava o prefeito porque foi para no inferno”. (aluno 09).

“Mesmo ele tendo uma vida mais santa possível, ainda está penando por culpa do prefeito”. (aluno 10).

“Para dizer as coisas que aconteceu com ele por que ele jurava que ia para o céu e não foi, ele foi para o inferno”. (aluno 11).

“Para refletir suas reclamações a respeito do ambiente em que vive e as complicações, o quanto interferiu em sua vida”. (aluno 12).

“Pois ele vivendo a sua vida nos conforme ele culpava o prefeito, ele foi para inferno”. (aluno 14).

“Porque se sentiu indignado com as atitudes do prefeito”. (aluno 15)

“Mesmo ele tendo uma vida praticamente santa, ele ainda está penando por culpa do prefeito”. (aluno 16).

Um único participante teve sua resposta encaixada na definição *fragmentada*, pois acreditamos que ele ficou a meio caminho de uma resposta mais contextualizada:

“Porque ele tinha muito a dizer e a questionar. O que ele queria ter feito na sua vida quando estava vivo sobre as conquistas, sonho e o que não faz quando estava vivo”. (aluno 13).

As respostas de alguns alunos foram além das questões individuais de Antônio e perceberam que por trás do ato da carta, não existe só uma preocupação consigo mesmo, mas também uma crítica a ineficiência da gestão de Passos. As respostas seguintes, *contextualizadas*, mostram que os alunos entenderam que os problemas urbanos podem ser solucionados pelas autoridades competentes, uma vez que as gerações futuras deveriam ter uma cidade melhor para se viver.

Pela revolta ocorrida após o fato ocorrido e pela preocupação com a sociedade e os futuros moradores do subúrbio. (aluno 01)

Para que possivelmente tivesse o futuro melhor com os calçamentos das ruas e para a prefeitura fazer o seu papel. (aluno 02)

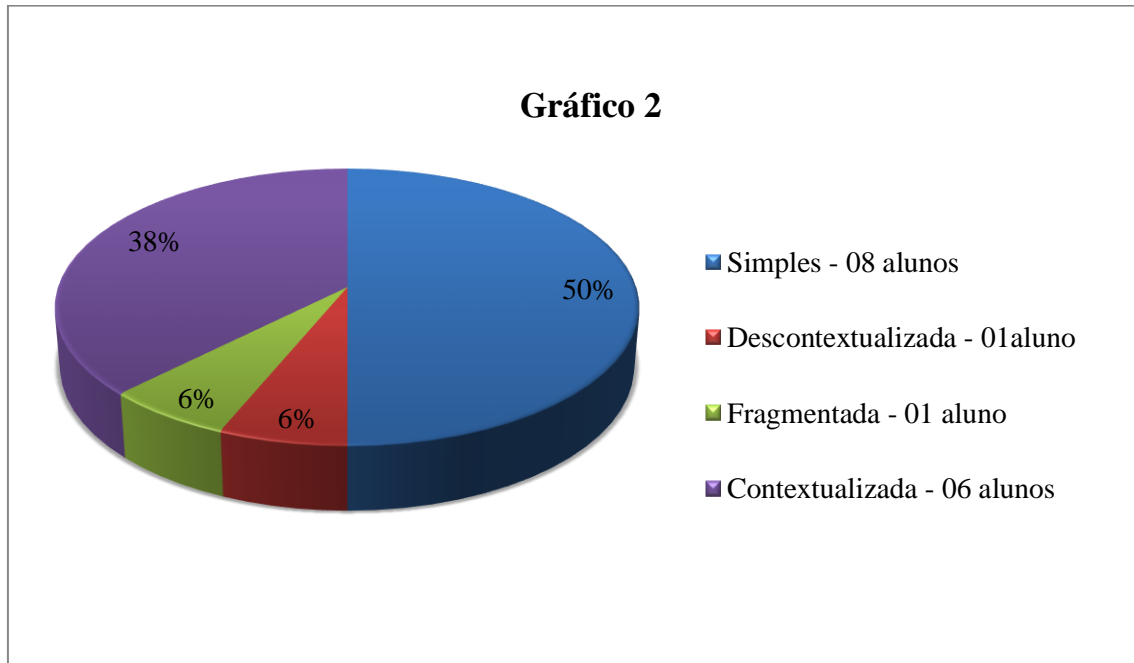
Para que possível no futuro melhore em relação aos calçamentos das ruas e para a prefeitura se conscientizar e fazer o seu papel. (aluno 03)

Para fazer reclamações a favor das camadas populares que são de baixo nível. (aluno 04)

Porque passou as dificuldades no seu enterro, e observava os problemas buscando soluções. (aluno 05)

Pela preocupação com a sociedade e os futuros membros. (aluno 06).

Nessa crônica de Lima Barreto, podemos perceber que a carta de um defunto se torna a oportunidade para uma crítica a situação dos subúrbios com o objetivo de levar seus leitores a compartilhar sua indignação contra os poderes públicos. As respostas dos estudantes foram sistematizadas no gráfico abaixo:



Questão 3: Quais as qualidades elencadas pelo defunto para justificar sua queixa contra o prefeito pelo fato de não ter sido salvo após a morte? Desenvolva uma justificativa para a sua resposta.

Expondo suas queixas ao prefeito, Antônio elenca as suas virtudes e uma série de erros que ele evitou em vida tendo em vista salvação da sua alma. Podemos perceber nesse trecho da crônica a ironia fina e sutil de Lima, quando ao expor esses erros evitados pelo defunto, tem-se costumes, práticas e ideologias condenados pela elite branca, rica e burguesa da época que enxergava em tais práticas claros sinais de atraso social.

É o que podemos perceber quando Antônio deixa claro que nunca foi aos “bíblias”, ao espiritismo, nem a feiticeiros, e nem procurou macumbeiros, mesmo tendo um filho desenganado pelo saber médico. Outras práticas criticadas na época também foram evitadas, tais como participar de greves, meter-se em revoltas ou qualquer tipo de comportamento que

viesses romper com a ordem social, demonstrando um comportamento pacífico e conformado ao seu lugar social, esperando gozar da glória celeste logo após a sua morte.

Diante do que foi exposto, a maior parte dos participantes não conseguiram captar a ironia de Lima Barreto, como também não entenderam a crítica feita aos poderes republicanos através do personagem defunto. Alguns chegaram até a retirar do texto em forma de citação as qualidades elencadas pelo defunto, mas não conseguiram desenvolver nenhuma explicação que justificasse sua resposta, mostrando uma insuficiente compreensão do porquê o personagem se justifica perante as autoridades republicanas. Suas respostas podem ser definidas como simples/descontextualizadas:

“Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Doutor Prefeito do Distrito Federal. Sou um pobre homem que em vida nunca deu trabalho às autoridades públicas nem a elas fez reclamação alguma. Nunca exerci ou pretendi exercer isso que se chama os direitos sagrados de cidadão. Nasci, vivi e morri modestamente, julgando sempre que o meu único dever era ser lustrador de móveis”. (aluno 01)

“Ele citava que não era republicano, florianista, custodista, hermista, que não se envolveu em greve, reivindicações e revoltas e que tudo isso era pecado para ele”. (aluno 02)

“De que não teve enterro digno, pois suas justificativas foi a falta de atenção do prefeito para com a cidade e suas ruas”. (aluno 04)

“No município mesmo depois de anos não foi substituído o calçamento e a prefeitura municipal não cumpriu os seus deveres”. (aluno 07)

“No município mesmo depois de anos não foi substituído o calçamento e a prefeitura municipal não cumpria com seus deveres”. (aluno 08)

“No município mesmo depois de anos não foi substituído o calçamento e a prefeitura municipal não cumpria com seus deveres”. (aluno 09).

“Não fui republicano, não fui aos florianistas, não hermista, não me meti e greves. Nunca fui ao espiritismo, nunca fui aos bíblias e nem aos feiticeiros”. (aluno 10)

“Por que ele não cumpria os seus deveres calçando convenientemente as ruas”. (aluno 11)

“De que não teve enterro digno, pois uma das justificativas foi a falta de atenção do prefeito para a cidade e suas ruas”. (aluno 12)

“Que nunca foi ao espiritismo, nunca foi aos bíblias nem aos feiticeiros. Disse também que apesar de ter um filho doente nunca precisou de macumbeiros e médiuns”. (aluno 13)

“O município mesmo depois de anos não foi substituído o calçamento e prefeitura municipal não cumpria seus deveres”. (aluno 14)

“Ele evitou muitas coisas em vida para ser salvo como por exemplo: “Nunca fui ao espiritismo, nunca fui aos ‘bíblias’, nem a feiticeiros, e apesar de ter tido um filho que

penou dez anos nas mãos dos médicos, nunca procurei macumbeiros nem médiuns”. (aluno 15)

“Não foi republicano, nunca fui ao espiritismo, nem a feiticeiros, também nunca procurei macumbeiros nem meu filho estando muito doente, não fui florianista e nem hermista, viveu uma vida santa obedecendo as prédicas do Padre André do Santuário do Sagrado Coração de Maria”. (aluno 16)

O aluno de número 06 começou a desenvolver seu raciocínio, mas não completou, faltando uma maior exposição do porquê do afastamento de tais práticas que o personagem alega não ter cometido. Sua resposta foi considerada *fragmentada*:

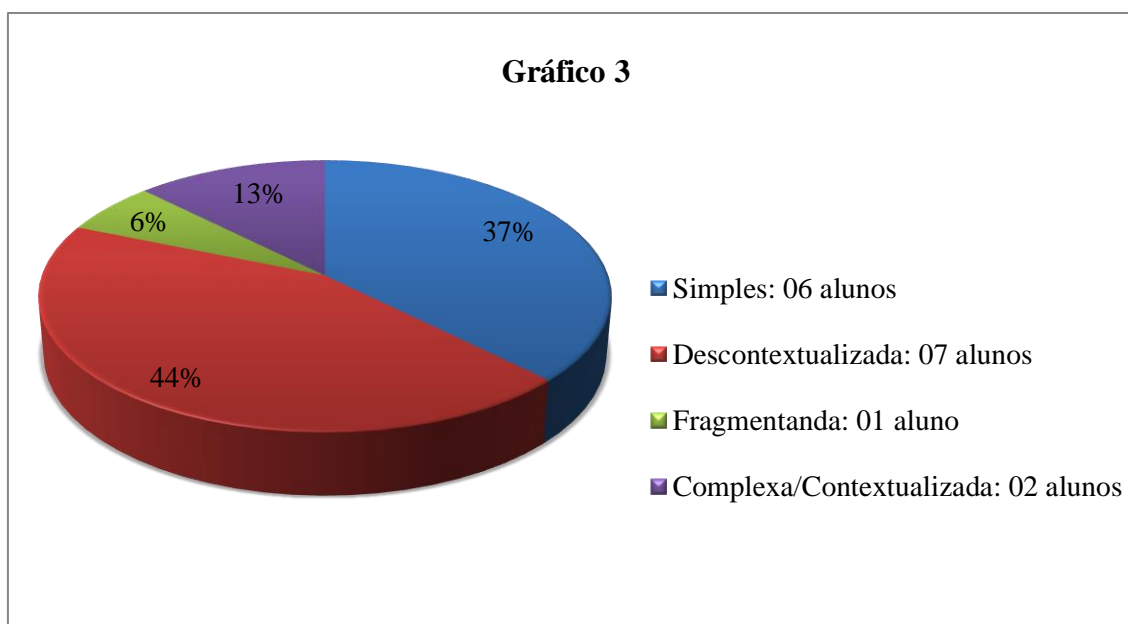
“Que ele teve uma vida quase santa, que era obediente, nunca foi ao espiritismo, nem na feitiçaria...” (aluno 06).

Dois alunos citaram os erros evitados pelo personagem da crônica, conseguindo entender de forma mais profunda que esses comportamentos eram criticados pela classe dominante, dessa forma classificamos essas respostas como Complexa/Contextualizada:

Ele citava a respeito de não ser republicano, florianista, custodiano, herminsta, não frequentar greves, ou coisa do tipo, que na época eram considerados condenada como pecado, ou fora de padrão. (aluno 03).

“Nunca exerci ou pretendi exercer isso que se chama os direitos sagrados de cidadão”
O defunto também confesse as suas ausências em tudo aquilo que é considerado um erro. (aluno 05).

Lima expõe em sua crônica as diversas formas de ver e se comportar no mundo que a elite republicana condena e vigia, taxados de desviados os sujeitos sociais que não entram nos padrões estabelecidos como normalidade. Fica claro que grande parte da população suburbana carioca foge a tais padrões de comportamento, dessa forma, Antônio, ao mostrar as suas virtudes, reclama com o prefeito o fato de não ter ido de imediato para o céu.



Questão 4: O defunto é membro da elite ou das camadas populares? Quais os problemas urbanos relatados na crônica e como ele afetou o pós-vida do personagem da crônica?

Habitando a área central da cidade do Rio, e a cada vez mais elitizada zona sul, as camadas ricas em sua grande maioria desconheciam as dificuldades dos moradores de bairros periféricos. Por outro lado, Lima “Como morador do subúrbio, submeteu-se ao intenso tráfego entre a casa e o centro da cidade, local de trabalho, de atividades jornalísticas e literárias da vida boêmia, pelo menos até 1919 ano da sua aposentadoria” (BELCHIOR, 2017, p.102).

Lima estava familiarizado com vida dos pobres suburbanos (ele mesmo morador de subúrbio em grande parte da sua vida), nascendo uma identificação com essa condição, gerando inúmeros personagens que viviam às voltas com as dificuldades de vida em condições muitas vezes degradantes.

Em relação a identificação dos alunos acerca de qual grupo social Antônio fazia parte, e de como os problemas relatados na crônica afetaram a vida do personagem após a morte, sete estudantes não conseguiram associar a condição social do defunto com a situação urbana do seu bairro e as consequências desse abandono urbano para o destino do personagem no mundo espiritual, essas foram as seguintes respostas *simples*:

Falta de estrutura nas ruas e afetou ele no dia do seu velório”. (aluno 02)

“O defunto claramente vive nas camadas populares: a sua vida era de privações e era guiado pela esperança, nunca procurando os espiritas e nem macumbeiros apenas ele depois da morte teve sossego”. (aluno 07)

“As rua mal calçadas com buracos, que quando nós pós vida no caixão fez com ele caísse e se machucasse”. (aluno 10)

“Ele fazia parte das camadas populares mesmo, e os problemas era não calçar as ruas, ele era uma pessoa boa que era muito religioso”. (aluno 11)

“Que a prefeitura nunca cumpriu os seus deveres, calçando convenientemente as ruas. O cemitério, perto do cemitério foi calçado a algum tempo e disse também que para chegar lá o defunto sofre até que seja enterrado”. (aluno 13)

“O defunto claramente vive nas camadas populares. Ele sempre teve uma vida de privações, afeto no momento em que ele chegou todo machucado ao céu e São Pedro lhe mandou para o inferno”. (aluno 14)

“As ruas com buracos, calçadas ruins e após calçado no caixão chegou aonde ia ser enterrado todo machucado”. (aluno 16)

O aluno de número 04 expôs a situação social do defunto, a situação urbana das ruas do subúrbio, mas não foi além expondo as consequências dessa realidade para a vida após a morte de Antônio, dessa forma consideramos encaixar sua resposta somente como *contextualizada*:

“Ele é membro das camadas populares. As ruas não tinham calçamento, havia muitos buracos pelas ruas”. (aluno 04)

Metade dos alunos conseguiram definir o lugar social do personagem e entender como os problemas urbanos afetaram a vida do mesmo, classificamos então essas respostas como Complexas/Contextualizadas:

O defunto é da camada popular. A rua calçada a cinquenta anos atrás, má condições de todos os lugares. Afetou atrapalhando o seu enterro a não fazendo entrar no céu. (aluno 01)

Ele era pobre, do subúrbio. A falta de estrutura no calçamento afetou o seu velório, pois chegou todo machucado. (aluno 03)

O defunto é de camada popular. Ele relata o problema de pavimentação nas ruas que afetaram sua pós-vida por aparecer todo aranhado diante de São Pedro. (aluno 05)

Das camadas populares, porque ele relata que era bom, mas pobre e veio a morrer pobre. Os problemas urbanos, um deles é o calçamento, que a prefeitura nunca calçou novamente. Segundo ele a rua foi calçada a quase 50 anos. (aluno 05)

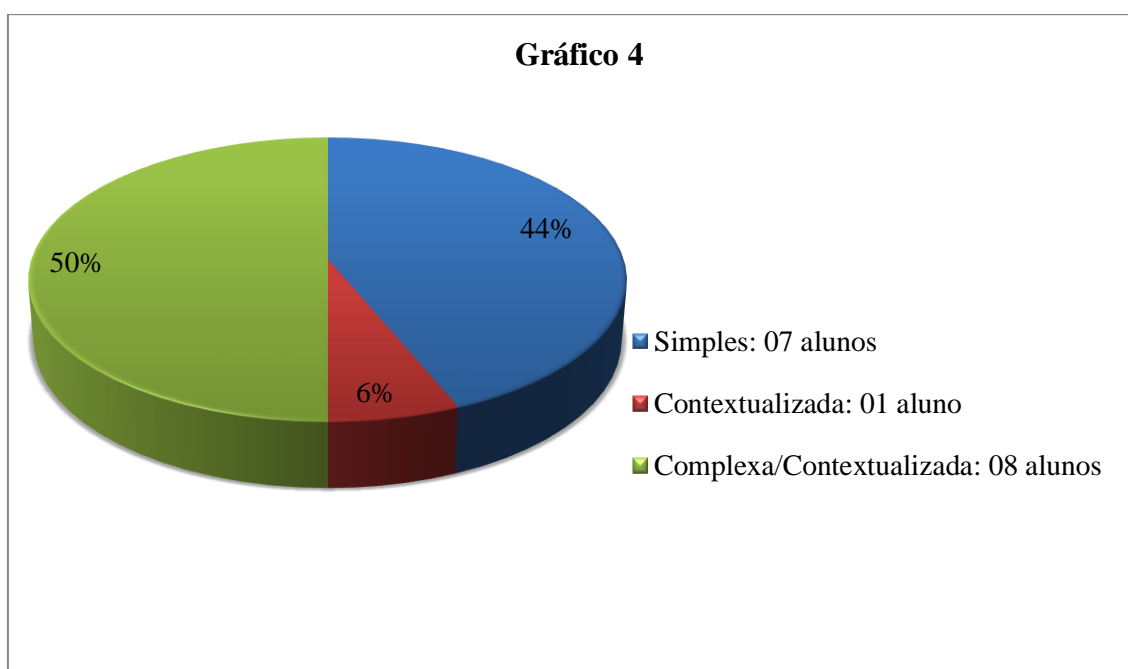
O defunto claramente vive nas camadas populares. Ele sempre teve uma vida de privações, afeto no momento em que ele chegou todo machucado ao céu e São Pedro lhe mandou para o inferno. (aluno 08)

O defunto claramente vive nas camadas populares. Ele sempre teve uma vida de privações, afeto no momento em que ele chegou todo machucado ao céu e São Pedro lhe mandou para o inferno. (aluno 09)

Membro das camadas populares. Ele relatou todo o preconceito vivido enquanto não havia possibilidade, pois nem depois da sua morte ele viveu uma paz digna. Em sua vivência em comunidade foi possível enxergar suas dificuldades. E a falta de estrutura nas ruas era um grande problema relatado por ele, e que conseqüentemente interferia na sua vida cotidiana. (aluno 12)

Das camadas populares, pois o problema é a rua José Bonifácio em Todos os Santos. O calçamento não era substituído e isso causou ferimentos no seu corpo e com isso São Pedro não deixou ele entrar no céu. (aluno 15)

A associação entre realidade social e as condições urbanas que afetavam a vida dos suburbanos foi essencial para o entendimento contextualizado da pergunta, sendo que para o professor de História é imperativo que ele leve os alunos a enxergarem a vida social de forma contextualizada, tanto no passado como no presente.



Questão 5: Escreva suas impressões sobre a crônica.

Na questão cinco, foi proposto aos alunos que eles relatassem suas impressões sobre a crônica estudada. Estimulados a escrever livremente, os alunos ficaram inseguros, comportamento esperado e constatado entres eles toda vez que eram solicitados a darem as suas opiniões. Os alunos que desenvolveram respostas caracterizadas como *simples*, não desenvolveram suas afirmações em relação a situação de exclusão social, não desenvolvendo nenhuma relação entre a crônica e o contexto em que foi escrita, como também não desenvolveram uma ponte entre o passado e o seu presente. Seguem as respostas:

“Que o pobre não tem direito ao conforto nem após a morte”. (aluno 02).

“Que o pobre não tem direito ao conforto nem após a morte”. (aluno 03).

“É muito clara a fala dele sobre a vida dele e quanto ele se acha o bom é que ele achava que iria para o céu, mas isso não aconteceu”. (aluno 11).

Os estudantes que desenvolveram respostas tidas como *contextualizadas* manifestaram uma compreensão da crítica do autor em relação aos poderes públicos e seus distanciamentos dos bairros periféricos, distância que gerava inúmeros problemas que afligiam a vida da população dessas regiões:

“Um critica a prefeitura por meio do humor, quando o defunto fala que as ruas não foram calçadas a mais de cinquenta anos e que no caldeirão em todas as partes ele faz menção as ruas do Rio de Janeiro”. (aluno 01)

“A crônica faz críticas ao governo, traz um humor reflexivo entregando os problemas da cidade, e mostra a forma de escrita do autor de forma divertida”. (aluno 05)

“Era um autor que procurava seus direitos as pessoas onde ele vivia, até depois da sua morte ele fez críticas sobre dos direitos para todos”. (aluno 07)

“Minha visão sobre a crônica é que até morto o pobre não tem paz e sempre vai ser julgado. Mesmo ele tendo uma vida pacífica foi para o inferno por culpa do município”. (aluno 08)

“Era um autor que procurava seus direitos as pessoas onde ele vivia, até depois da sua morte ele fez críticas sobre dos direitos para todos”. (aluno 09)

“Mesmo o pobre tendo uma vida “digna” ele não tem paz mesmo na morte. Muitos das vezes morro por negligencia dos “grande” funcionários do governo”. (aluno 10)

“Ele foi capaz de mostrar uma visão que muitos (principalmente a elite) não enxergava, pois estavam mais preocupados com seus benefícios”. (aluno 12)

“Que além de ter sido uma carta falando sobre a vida dele antes da morte o que ele fez e o que deixou de fazer. Queria ter morrido rico, pelo fato do pobre sofre até depois de morrer”. (aluno 13)

“Era um autor que procurava seus direitos as pessoas onde ele vivia, até depois da sua morte ele fez críticas sobre dos direitos para todos”. (aluno 14)

“Ele procurava seus direitos, os donos que ele vivia, até depois da sua morte ele faz críticas sobre os direitos para todos”. (aluno 16).

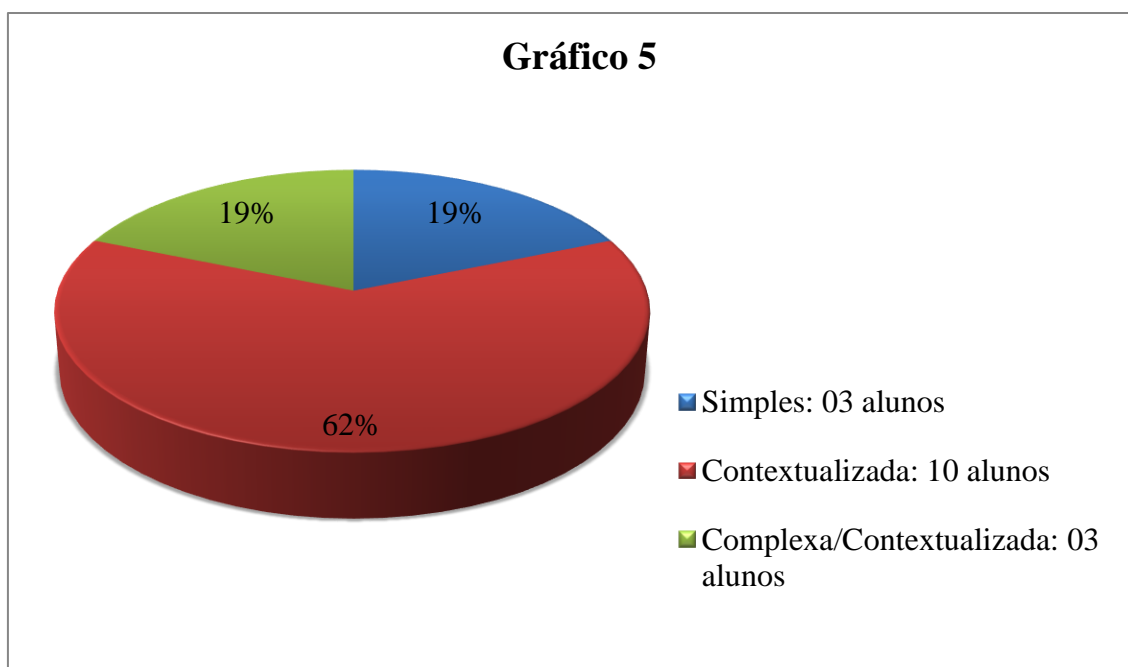
Apesar de pequenos, os comentários em sua maioria conseguiram captar as péssimas condições de habitação das ruas dos bairros pobres e associar tal fato a ineficiência da prefeitura. Alguns fizeram uma ponte entre o passado e o presente, relatando que hoje os bairros pobres sofrem de problemas semelhantes, citando como exemplo o bairro onde moravam⁸¹, dessa forma temos as seguintes respostas categorizada como Complexa/Contextualizada:

A crônica apresenta críticas bem construtivas e também retrata muito bem a nossa atual realidade, onde muitas cidades não possuem asfaltamento nas ruas e são repletas de buracos e também não possui boa qualidade nos serviços públicos. (aluno 04)

A impressão é que a crônica relata problemas são atuais, muitas ruas sem calçamento e a prefeitura só prometendo. (aluno 06)

A crônica é muito interessante pois relata o que os prefeitos nos dias de hoje, não há calçamento e sem outras coisas. (aluno 15)

81 Infelizmente esse comentário não ficou escrito, sendo feito oralmente ao professor durante a socialização das respostas da oficina.



Ao final da análise da primeira crônica percebemos nos alunos um maior interesse pela obra de Lima Barreto, que começou a ser visto pelos mesmos como um romancista atual, uma vez que muitos dos problemas tratados estão presentes, guardadas as devidas proporções nos dias atuais. Alguns alunos falaram dos problemas dos seus bairros e de como vivenciam experiências com ruas danificadas, ameaça de violência, problemas de alagamentos em decorrência das chuvas e uma série de problemas ocasionados pela deficiência da presença da prefeitura nesses lugares, sendo vista por eles como um poder interessado nos pobres apenas no período eleitoral, desaparecendo do lugar logo após o pleito, deixando apenas uma série de promessas não cumpridas.

Crônica 02: Megalomania

Um dos prefeitos mais criticados por Lima Barreto foi Carlos Sampaio. Como vimos no capítulo dois, Lima atribuía a Sampaio uma concepção filosófica baseada no desmonte da cidade para a construção de outra nova, baseada nas ideias dos seus antecessores. Famoso por sua atuação com engenheiro desde a gestão de Pereira Passos, agia imbuído de uma mentalidade reformista, sendo que Lima caracterizava esse desejo de reforma de “Sampaísmo”.

Na crônica *Megalomania*, Lima nos mostra que a sede do governo municipal era insaciável, fazendo com que em qualquer jornal ou revista aberta, os olhos do leitor logo pousassem em propostas de melhoramentos para a cidade, gerando a derrubada de inúmeros prédios antigos, casas de pobres, abertura de ruas consideradas sujas e prejudiciais para a urbe, bem como a construção de inúmeros prédios caros e destinados não a população no geral, mas somente a um pequeno número de privilegiados.

Como já foi exposto no segundo capítulo, a cidade do Rio de Janeiro se tornava cada vez mais uma cidade partida, uma indígena e negra, e a outra branca e europeia. Na sua infância, quando morava junto com seus pais no bairro das Laranjeiras, era possível ver casas mais humildes convivendo com casas de melhor nível estrutural, sendo que isso não denotava que todos se viam como iguais, pelo menos à primeira vista as divisões sociais ficavam menos claras, sendo demarcadas por outros aspectos simbólicos, tais como nível escolar, roupas e adereços, círculo de amizades, cor da pele, origens familiares, etc. Durante os períodos das reformas, todos esses marcos divisórios continuaram a existir, sendo que a cisão urbana tornou cada vez mais visível o inchaço dos subúrbios e morros, e escreveu no espaço da cidade a divisão social nitidamente estabelecida.

Na crônica, a prefeitura é acusada de construir obras inúteis, deixando as verdadeiras obras com valor social relegadas ao segundo plano ou até mesmo no esquecimento. Faltando hospitais para os pobres, abrigos para os mendigos e toda uma série de melhorias para as camadas mais humildes, Lima faz uma crítica no texto, à preocupação de um articulista anônimo em um jornal, que propõe a ideia de que o Ministério da Agricultura e a Prefeitura da cidade construíssem um prado de corrida no Leblon⁸².

Para Lima, a construção de mais um espaço desnecessário para a cidade seria um total desrespeito com os pobres e desvalidos que não tinham nem um hospital público para se tratar, merecendo o autor de tal proposta ser lapidado pela população espoliada dos seus direitos sociais. Termina a crônica afirmando que a derrubada do Morro do Castelo, dos demais morros, e a desapropriação de algumas ruas criarão uma nova cidade, mas essa não será mais o Rio de Janeiro.

82 Em 1920 o Prefeito Carlos Sampaio, realizou o saneamento e embelezamento da Lagoa, a construção da Avenida Epitácio Pessoa e de dois canais distintos: o da barra comunicando a Lagoa com o mar, que hoje é o Jardim de Alah e do canal da Avenida Visconde de Albuquerque, no final do Leblon. Hoje é considerado um dos bairros mais nobres da Zona Sul carioca. Pesquisado em: <https://copacabana.com/historia-do-leblon> Acesso em: maio de 2020.

Na análise dessa crônica, os alunos foram apresentados às ações de Carlos Sampaio e instigados a refletir sobre o vídeo apresentado no segundo dia da oficina, relacionando essa crônica com o que já havia sido estudado sobre as consequências negativas das reformas urbanas. Na crônica *Megalomania*, os alunos buscaram o significado da palavra na internet utilizando seus celulares, entendendo que essa palavra significa uma ambição exagerada atrelada a uma mania de grandeza com forte desejo de chamar a atenção.

Atribuindo essa definição a gestão de Sampaio, os alunos foram compreendendo como esse prefeito empreendeu uma série de construções públicas com pouca função social, na perspectiva de Lima Barreto. Foram apresentados aos alunos os seguintes questionamentos: 1ª) *O que Lima Barreto entende por megalomania em sua crônica?* 2ª) *Na ocupação dos espaços públicos do Rio de Janeiro quais seriam as prioridades da prefeitura?* 3ª) *Escreva suas impressões sobre a crônica.*

Questão 1: O que Lima Barreto entende por megalomania em sua crônica?

Após compreender qual o significado geral da palavra título da crônica, os alunos buscaram explicar como Lima entendia megalomania na sua crônica. Uma quantidade razoável de alunos, provavelmente por falta de atenção à proposta exposta, apenas repetiu o significado básico da palavra megalomania, não fazendo nenhum tipo de ligação com a temática da crônica, sendo enquadradas como respostas *simples*, sendo que o aluno 15 descontextualizou totalmente a resposta ao nosso ver, tendo sua resposta sido definida como *descontextualizada*:

“Um as construções desnecessárias”. (aluno 01).

“Mega construção desnecessárias, coisa inúteis”. (aluno 03).

“São construções absurdas e sem necessidade”. (aluno 04).

“Não se abre um jornal, uma revista um magazine atualmente, que não topamos logo como propostas de deslumbramentos e custosos melhoramentos e obras”. (aluno 07 e 11).

“O ato de arrasar os morros para construir outras coisas”. (aluno 08, 09, 10, 14 e 16).

“Espírito de riqueza”. (aluno 15/descontextualizada).

Entre as respostas mais elaboradas, elencaremos as seguintes que a nosso ver conseguiram captar o que nosso autor queria mostrar. Vamos encaixá-las nas categorias *Complexa/Contextualizada*:

É o desejo de tornar o Rio de Janeiro numa megalópole, onde faça proposta deslumbrante e prédios maravilhosos e atraentes. (aluno 01).

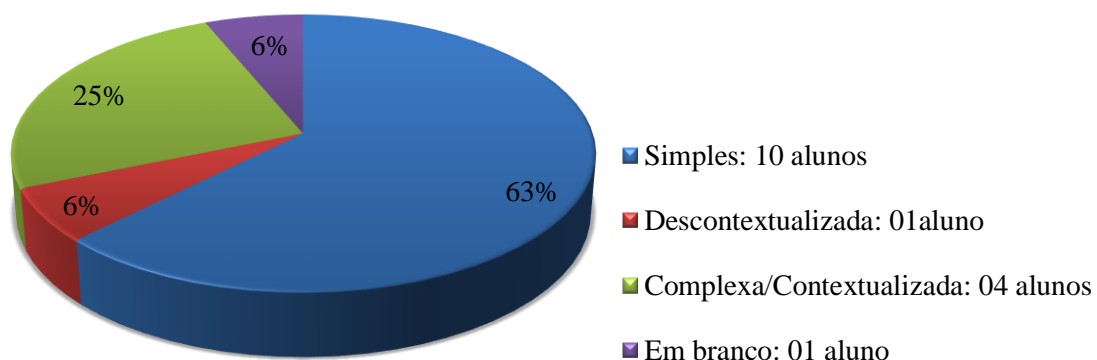
O desejo incessante de tornar o Rio de Janeiro uma megalópole, onde existe grandes estruturas, mas pouca identidade. (aluno 05).

Que muitas reformas tendem a ser desnecessárias, não há um bem comum para a sociedade. (aluno 12).

São reformas suntuosas na cidade, coisas fantásticas e babilônicas, jardins de seramis, palácio de mil e uma noites e outras coisa semelhantes. (aluno 13).

Esses alunos compreenderam que a megalomania de que Lima acusa a prefeitura de estar imbuída na gestão sampaina tem relação com construções socialmente inúteis, e de serem grandiosas, feitas para chamar a atenção da sociedade da época, despertando nas pessoas a crença do progresso social, que se materializava nas falas dos políticos ligados à prefeitura, mas em especial nas construções suntuosas, utilizando-se do dinheiro público, embelezando os bairros bem cuidados do Centro e da Zona Sul carioca.

Gráfico 6



Questão 2: Na ocupação dos espaços públicos do Rio de Janeiro quais seriam as prioridades da prefeitura?

Nessa segunda pergunta, o objetivo foi levar os alunos a compreenderem essas obras que a prefeitura tanto construía e que incomodava Lima Barreto, mas que na visão dos gestores públicos deveriam ser a prioridade da prefeitura. Dois alunos confundiram as propostas de Lima Barreto com a ação do governo, sendo que nessas respostas o governo estava construindo obras de utilidade pública, quando na verdade o texto mostra justamente o contrário. Essas duas respostas a seguir foram definidas como *descontextualizadas*:

“Construir ruas, hospitais para a população e ajudar os mendigos” (aluno 01 e 5).

Uma resposta foi definida como fragmentada, uma vez que o aluno simplesmente disse que a prefeitura estava remodelando a cidade, mas não desenvolveu seu raciocínio explicando para quem ou quais os objetivos dos governantes com tais remodelamentos, sendo entendido por nós como uma resposta *descontextualizada*:

“Remodelar o Rio”. (aluno 15).

Oito alunos responderam que a gestão de Pereira Passos criou prédios grandes para os ricos e que, dessa forma seriam inúteis do ponto de vista social. Consideramos essas repostas como *contextualizadas*, sendo *que sete deles* repetiram a mesma resposta.

“Prédios grandes, com funções sociais inúteis e de acesso aos ricos” (aluno 02,07,08,09,10,11,14 e 16)

“Prédios grandes, como ocupação para ricos” (aluno 03)

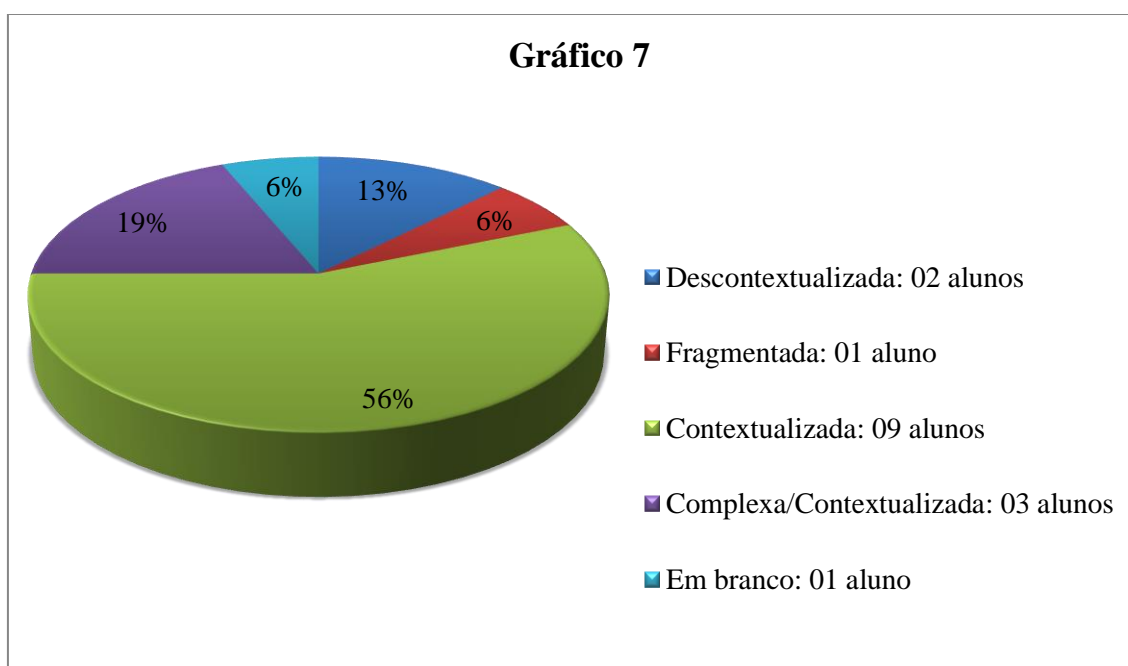
Três alunos conseguiram entender a crítica de Lima e compreenderam que a prioridade da gestão sampaina girava em torno de construções de prédios grandes e sem utilidade social, sendo as respostas classificadas em *complexa/contextualizada*:

Reforma suntuosas na cidade, propriedades exuberantes coisas fantásticas sem utilidade real e social. (aluno 04).

Reforma suntuosas na cidade, propriedades exuberantes coisas fantásticas sem utilidade real e social. (aluno 12).

A prioridade da prefeitura seria que de suma utilidade um prado de corrida e as regiões que apresentam tal ordem sem função social nenhuma. (aluno13).

As alterações urbanas de Carlos Sampaio foram marcantes na visão de Lima Barreto, que durante o governo sampaino escrevia constantemente com críticas sérias e contundentes sobre a transformação do Rio de Janeiro em uma cidade totalmente estranha para ele e os demais suburbanos.



Questão 3: Escreva suas impressões sobre a crônica.

O estudo dessa crônica ocorreu no terceiro dia da oficina, permanecendo os mesmos alunos, em um total de 16, apesar dos relatos da dificuldade de transporte para se chegar a escola, os participantes foram até o fim, embora relatando um certo cansaço pela dupla jornada na escola. Dessa forma, o texto que seria produzido após a fim do estudo das crônicas, ficou para ser feito em casa, sendo marcado para a entrega na semana seguinte. Para o fechamento do estudo dessa crônica, foi pedido que aos alunos escrevessem suas impressões sobre a mesma. Um aluno *descontextualizou* sua resposta alegando que as pessoas de hoje só querem coisas fáceis e luxúrias:

“Fala sobre o hoje, que as pessoas só se importam com luxurias, e só querem as coisas fácil”. (aluno 15).

O aluno 04 escreveu que as prefeituras só pensam em coisas desnecessárias, não especificando se estava falando da prefeitura da época de Carlos Sampaio ou da prefeitura de sua cidade, sendo assim essa resposta encontra-se *fragmentada*:

“Mostra a realidade de algumas prefeituras que investiam em coisa desnecessárias” (aluno 04).

Onze alunos afirmaram que a prefeitura só pensa em coisas inúteis para os pobres, sendo que eles precisavam de coisas mais importantes, essas respostas podem ser classificadas como *contextualizada*:

“Que a prefeitura investiu muito em coisa inúteis, enquanto os pobres precisavam de coisa realmente importantes”. (aluno 02).

“A prefeitura fazia muitas coisas inúteis, enquanto os pobres precisavam e não ganhavam”. (aluno 03).

“A crônica revela o querer da melhora do Rio, quando existe outras necessidades mais importantes”. (aluno 04)

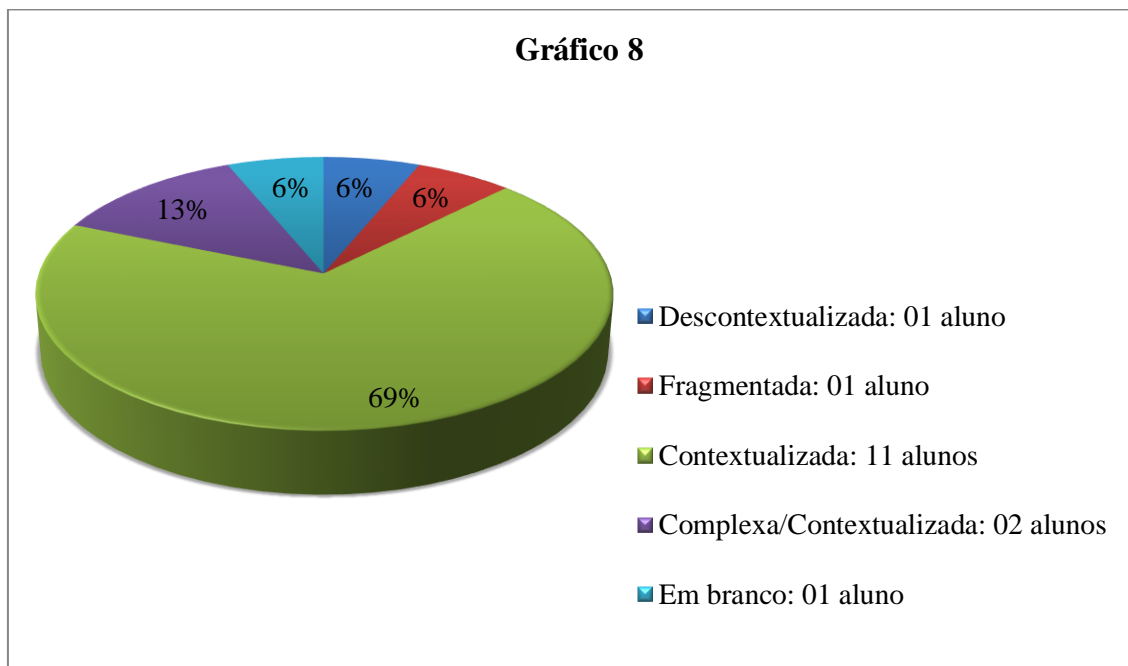
“Que a prefeitura investiu muito em coisa inúteis, enquanto os pobres precisavam de coisa realmente importantes”. (aluno 07, 08, 09, 10, 11, 14 e 16).

“É incoerente um governo que queira restaurar os espaços públicos a favor da beleza e não para o bem da sociedade”. (aluno 12)

Dois alunos escreveram que o prefeito e os políticos desejavam construir obras enormes, para se ter uma cidade rica, atraente, deixando os pobres nas margens dessas melhorias, classificamos suas repostas como *complexa/contextualizada*:

Sobre a ilusão e a incessante busca pelo prefeito ao maravilhoso, tornar no Rio de Janeiro sua megalópole rica e atraente. Sendo assim, os pobres mais uma vez ficarão de fora. (aluno 01)

A minha impressão sobre a tal crônica é o fato que fala sobre as reformas, prioridades que tanto o prefeito ou a política propõe fazer de acordo com as propriedades e a tal megalomania que são as construções sem necessidade alguma, podendo priorizar outras coisas. (aluno 05)



O uso das crônicas barreteanas em sala de aula abre um leque de possibilidades para o trabalho com os alunos do Ensino Médio, em especial com os do terceiro ano, uma vez que faz parte do plano anual de ensino os conteúdos referentes à Primeira República no Brasil, tendo em Lima uma grande fonte com seus romances, contos, crônicas, cartas e diários.

Dessa forma, os alunos podem ter acesso a uma testemunha da instalação da República em terras brasileiras, expondo todas as suas mazelas e contradições, sendo ele próprio até certo ponto um excluído desse regime político carregado de promessa de inserção social, mas que logo em seu nascedouro, e anos seguintes, mostrou uma face nada amigável para uma grande parcela da sociedade.

Lima se fará um porta-voz das camadas excluídas, tendo a Literatura como ferramenta para a sua crítica, colocando todas as suas esperanças de ascensão social, de uma vida melhor para si e sua família na sua produção literária, que serviria também não só para a crítica a República, mas como um caminho para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa histórica no Brasil sempre foi um desafio dado a pouca valorização da área de humanas em nosso país, sendo assim qualquer pesquisa empreendida nesse ramo do conhecimento enfrenta uma série de desafios. Na nossa pesquisa não foi diferente, alguns desafios tiveram que ser enfrentados para que a dissertação pudesse ser finalizada.

A presente dissertação teve como objetivo desenvolver um diálogo entre Literatura e História, entendendo o texto literário com uma rica fonte para o Ensino de História, com a capacidade de possibilitar aos alunos o entendimento acerca da construção do conhecimento histórico. Dessa forma buscamos trabalhar com a obra de Lima Barreto dada vastidão da sua produção, bem como a impressionante atualidade dos problemas discutidos em seus textos. Tais temas não passaram despercebidos entre os alunos que, em alguns casos, ficaram impressionados com a atualidade da problemática discutida em sala de aula.

No primeiro capítulo, trabalhamos a transição da Monarquia para a República no Brasil e as consequências sociais dessa transição. Em seguida, apresentamos alguns pontos da biografia de Lima Barreto buscando mostrar como a sua obra e vida se entrelaçaram profundamente, a ponto de ser muitas vezes difícil separá-lo das suas personagens. Esse fato, que na época em que Lima era vivo em alguns momentos foi apontado como elemento limitador da qualidade literária dos seus escritos, hoje é visto como uma das suas maiores riquezas.

A militância dos seus textos foi apresentada nesse capítulo como um projeto de vida desenvolvido desde os primórdios da carreira literária barreteana, que entre seus objetivos tinha a intenção de criticar o modelo literário vigente na época considerado leve e voltado apenas para agradar as elites burguesa do Rio de Janeiro e por consequência dos outros estados do Brasil. Expondo sua visão da Literatura em um texto escrito no final da vida (a conferência *O Destino da Literatura* de 1921), nosso autor busca responder a algumas críticas que eram comuns na época, entre elas a de que a Arte e a Literatura eram atividades humanas caras e desnecessárias. Nesse texto Lima mostrou a força da Arte para a união e esclarecimento dos homens, gerando ações de solidariedade em busca de relações mais humanas em uma época difícil para a humanidade. Encerramos o capítulo com os últimos anos de vida de Lima. Anos de grande produção literária, mas também de um contínuo definhamento físico fruto do alcoolismo incurável no qual mergulhou durante boa parte da sua vida.

Esse capítulo teve como objetivo apresentar nosso autor para os alunos visando uma maior compreensão e entendimento do contexto político, social e cultural do Brasil na Primeira República.

No segundo capítulo, foi apresentado um diálogo teórico sobre as relações entre História e Literatura que teve com objetivo apresentar as singularidades de cada campo do saber, apresentando suas diferenças e também seus pontos de contato permitindo que as fronteiras entre verdade e ficção fossem questionadas e rompidas pela historiografia contemporânea. Isso não significa dizer que o rompimento dessa fronteira retira da História seu caráter científico, uma vez que a produção historiográfica se faz com fontes e discussão teórica, mostrando que os diálogos com a ficção só tornam o conhecimento histórico mais rico.

Prosseguimos com uma apresentação do gênero crônica, um tipo de produção difícil de definir e considerado um gênero literário menor por ser consumido rapidamente e esquecido com o fechar do jornal no fim do dia. Essa visão limitada relega a crônica a um espaço menos nobre na História da Literatura, ficando esquecida sua imensa riqueza para a pesquisa do historiador e a prática docente do professor de História.

O Rio de Janeiro da Primeira República, com seu constante crescimento e desenvolvimento econômico, tem em seus cronistas um conjunto de olhares privilegiados, fazendo a crônica um meio para a construção de inúmeras versões sobre as reformas urbanísticas. Analisamos algumas crônicas que trataram sobre as reformas urbanas empreendidas pelos prefeitos cariocas e que se encaixam no *eixo Cidade* tal como definido por (ENGEL, 2008). Lima critica pesadamente as mudanças estruturais na cidade desvendando os vários mecanismos de exclusão social gerados pelo abandono da população pobre pelos poderes oficiais, que viam nessas mudanças o caminho para o embelezamento e enriquecimento da capital do país.

No capítulo três da nossa pesquisa, desenvolvemos uma série de oficinas para a aplicação das crônicas em sala de aula. Como um mestrado profissional em Ensino de História, o ProfHistória dá forte ênfase a relação teoria/prática, sendo assim, desenvolvemos um produto para ser aplicado com os alunos do Ensino Básico. A nossa pesquisa em sala de aula foi voltada especificamente para alunos do Ensino Médio de uma escola pública de ensino regular. Seguindo o modelo de Barca (2004), pensamos esses encontros como espaço para desconstruir a ideia de sala de aula centrada apenas no professor, que como dono do saber apenas o deposita nos alunos passivos. Visando desenvolver um tipo de aula diferente do tradicional, dividimos a

sala em grupos e trabalhamos as crônicas escolhidas com o objetivo de conduzir o aluno para o desenvolvimento da sua capacidade de construir o conhecimento histórico, pois assim como somos letradas na língua materna, entendemos segundo Millian (2015) e Lee (2006) que precisamos ser letrados no conhecimento histórico para que esse tipo de saber ganhe relevância e utilidade para a vida cotidiana do aluno e não se torne apenas um amontoado de conteúdos sem relevância nenhuma para o entendimento da realidade a sua volta.

Em seguida, a aplicação da oficina ocorreu com os alunos no contraturno (período da tarde) com 16 alunos que desenvolveram durante três sextas-feiras leituras e debates de textos teóricos e das fontes apresentadas. As respostas dos alunos foram analisadas e os resultados foram expostos em gráficos com as porcentagens expondo os níveis alcançados no letramento de cada um. Cada gráfico acompanhou os seus respectivos comentários, mostrando que uma parcela dos alunos conseguiu desenvolver respostas plenamente satisfatórias tendo em vista nossos objetivos para o desenvolvimento do conhecimento histórico. Temos plena consciência de que a pesquisa em História é vasta e diversificada e que a nosso estudo pode ser ampliado seguindo inúmeras direções, possibilitando um aprofundamento em outras temáticas da obra barreteana.

FONTES DE PESQUISA

BARRETO, Lima. **Contos completos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Um Longo Sonho para o Futuro: diários, cartas, entrevista e confissões dispersas**. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

_____. **Os Bruzundangas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

RESENDE, Beatriz; VALENÇA, Rachel (org.). **Toda Crônica: Lima Barreto**. Rio de Janeiro: Agir, 2004. (Vol. 1).

_____. **Toda Crônica: Lima Barreto**. Rio de Janeiro: Agir, 2004. (Vol. 2).

BIBLIOGRAFIA

BOMENY, Helena. **Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003, 29f.

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BARCA, Isabel. **Aula Oficina: do Projeto à Avaliação**. In. Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131 – 144.

BELCHIOR, Pedro. **Tristes subúrbios: Literatura, cidade e memória em Lima Barreto (1981-1922)**. Niterói, EDUFF, 2017.

BOTELHO, Denilson. **A pátria que quiser ter era um mito: história, literatura e política em Lima Barreto**. Curitiba: Editora Prisma, 2017.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

CÂNDIDO, Antônio (org.) **A Crônica: sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ENGEL, Magali Gouveia. **Crônicas cariocas e o ensino de história**. Rio de Janeiro: 7letras, 2008.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2010.

FERRIERA, Antônio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. (Orgs). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 63.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática Ensino de História**. Campinas, Papyrus, 2012.

MAGALHÃES JUNIOR, Antônio Germano; Araújo, Fátima Maria Leitão (Orgs). **Ensino de Linguagens da História**. Fortaleza, Ed UECE, 2015.

MILIAN, Vanessa Kiara Rodrigues. **Literatura e Ensino de História: a construção do conhecimento histórico em sala de aula a partir das crônicas de Lima Barreto**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Londrina, 2015.

MOURA, Samara Loureiro de. **Lima Barreto – um mulato intelectual na Bruzundanga: um estudo do projeto de Literatura Militante de Lima Barreto**. Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

NADAI, Elza. **O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva**. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol.13, set.92/ago.93.

NETO, Joaquim de Melo Azevedo Sobrinho. **Uma outra face da Belle Époque Carioca: o cotidiano nos subúrbios nas crônicas de Lima Barreto**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2010.

NOGUEIRA, Clara Asperti. **Revista Careta (1908-1922): símbolo da modernização da imprensa no século XX**. Revista Miscelânea. Assis, vol.8, jul./dez. de 2010.

PESAMENTO, Sandra Jatahy. **Crônica: fronteiras da narrativa história**. História Unisinos, v. 8, n. 10, p 61-80, jul./dez. 2004.

_____. Crônica: a leitura sensível do tempo. Anos 90, Porto Alegre, n.7, p. 29-37, jul 1997.

_____. Fronteira da ficção: diálogos da história com a literatura. Coimbra, v. 21, n. 21, p. 33-57, 2000.

KARNAL, Leandro. (org). **História na sala de aula**. São Paulo, Contexto, 2005.

RESENDE, Beatriz. **Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

_____. (org.) **Impressões de Leitura e outros textos críticos**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017.

SILVA, Marcelo Penna. **O processo de urbanização carioca na 1ª República do Brasil no século XX: uma análise do processo de segregação social**. Estação Científica, Macapá, v.8, n.1, p.47-56, jan./abr. 2018.

SILVA, Luis (CUTI). **Lima Barreto**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.

SILVA, Mauricio. **A resignação dos humildes: estética e combate na ficção de Lima Barreto**. São Paulo: Annablume, 2011.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SWHWARCZ, Lilian Moritz. **Lima Barreto: triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

APÊNDICES**MODELO DE AULA OFICINA****UM CRONISTA NA SALA DE AULA: AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS DO RIO DE JANEIRO NAS CRÔNICAS DE LIMA BARRETO.**

Nome: _____ Data: ____, ____, 2019.

As crônicas apresentadas a seguir foram publicadas na revista carioca *Careta* entre os anos de 1920-1922. A revista *Careta* foi fundada em 1915 pelo italiano Ferdinando Borla e circulava semanalmente aos sábados. A revista tinha boa vendagem e os textos publicados tinham como objetivo expor os acontecimentos semanais de uma forma diferente dos outros jornais (SCHWARCZ, 2017, p. 364). Teve vida longa e encerrou suas atividades em 1934.

Lima colaborou com a revista até o ano de 1922 (ano da sua morte) e vários dos seus textos giravam em torno da situação urbana do Rio de Janeiro, criticando a visão de modernidade dos governantes da cidade e a situação das camadas mais empobrecidas, excluídas e marginalizadas por um projeto urbano elitista.

QUEIXA DE DEFUNTO

Careta, 20/3/1920

Antônio da Conceição, natural desta cidade, residente que foi em vida, na Boca do Mato, no Méier, onde acaba de morrer, por meios que não posso tomar público, mandou-me a carta abaixo que é endereçada ao prefeito. Ei-la:

“Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Doutor Prefeito do Distrito Federal. Sou um pobre homem que em vida nunca deu trabalho às autoridades públicas nem a elas fez reclamação alguma. Nunca exerci ou pretendi exercer isso que se chama os direitos sagrados de cidadão. Nasci, vivi e morri modestamente, julgando sempre que o meu único dever era ser lustrador de móveis e admitir que os outros os tivessem para eu lustrar e eu não.

Não fui republicano, não fui florianista, não fui custodista, não fui hermista, não me meti em greves, nem coisa alguma de reivindicações e revoltas, mas morri na santa paz do Senhor quase sem pecados e sem agonia.

Toda a minha vida de privações e necessidades era guiada pela esperança de gozar depois de minha morte no sossego, uma calma de vida que não sou capaz de descrever, mas que pressenti pelo pensamento, graças à doutrinação das seções católicas dos jornais.

Nunca fui ao espiritismo, nunca fui aos ‘bíblis’, nem a feiticeiros, e apesar de ter tido um filho que penou dez anos nas mãos dos médicos, nunca procurei macumbeiros nem médiuns.

Vivi uma vida santa e obedecendo às prédicas do Padre André do Santuário do Sagrado Coração de Maria, em Todos os Santos, conquanto as não entendesse bem por serem pronunciadas com toda a eloquência em galego ou vasconço.

Segui-as, porém, com todo o rigor e humildade, e esperava gozar da mais dúcida paz depois de minha morte. Morri afinal um dia destes. Não descrevo as cerimônias porque são muito conhecidas e os meus parentes e amigos deixaram-me sinceramente porque eu não deixava dinheiro algum. É bom meu caro Senhor Doutor Prefeito, viver na pobreza, mas muito melhor é morrer nela. Não se levam para a cova maldições dos parentes e amigos deserdados; só carregamos lamentações e bênçãos daqueles a quem não pagamos mais a casa.

Foi o que aconteceu comigo e estava certo de ir direitinho para o Céu, quando, por culpa do Senhor e da Repartição que o Senhor dirige, tive que ir para o inferno penar alguns anos ainda.

Embora a pena seja leve, eu me amolei, por não ter contribuído para ela de forma alguma. A culpa é da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro que não cumpre os seus deveres, calçando convenientemente as ruas. Vamos ver por quê. Tendo sido enterrado no cemitério de Inhaúma e vindo o meu enterro do Méier, o coche e o acompanhamento tiveram que atravessar em toda a extensão a rua José Bonifácio, em Todos os Santos.

Esta rua foi calçada há perto de cinquenta anos a macadame e nunca mais foi o seu calçamento substituído. Há caldeirões de todas as profundidades e largura, por ela afora. Dessa forma, um pobre defunto que vai dentro do caixão em cima de um coche que por ela rola, sofre o diabo. De uma feita um até, após um trambolhão do carro mortuário, saltou do esquife, vivinho da silva, tendo ressuscitado com o susto.

Comigo não aconteceu isso, mas o balanço violento do coche, machucou-me muito e cheguei diante de São Pedro cheio de arranhaduras pelo corpo. O bom do velho santo interpelou-me logo:

- Que diabo é isto? Você está todo machucado! Tinham-me dito que você era bem comportado – como é então que você arranhou isso? Brigou depois de morto?

Expliquei-lhe, mas não me quis atender e mandou que me fosse purificar um pouco no inferno.

Está aí como, meu caro Senhor Doutor Prefeito, ainda estou penando por sua culpa, embora tenha tido vida a mais santa possível. Sou, etc., etc.”

Posso garantir a fidelidade da cópia e aguardar com paciência as providências da municipalidade.

1. Por que a Crônica se chama Queixa de defunto?

2. Por que o Antônio da Conceição resolveu escrever uma carta com suas reclamações?

3. Quais são as qualidades elencadas pelo defunto para justificar sua queixa contra o prefeito pelo fato de não ter sido salvo após a morte?

4. O defunto é membro da elite ou das camadas populares? Quais os problemas urbanos relatados na crônica e como ele afetou o pós-vida do personagem da crônica?

5. Escreva suas impressões sobre a crônica.

MEGALOMANIA

Careta, 28/08/1920

Não se abre um jornal, uma revista, um magazine, atualmente, que não topemos logo com propostas de deslumbrantes e custosos melhoramentos e obras.

São reformas suntuárias na cidade; coisas fantásticas e babilônicas, jardins de Semíramis, palácios de *Mil e uma noites* e outras cousas semelhantes que eles propõem sejam feitas, no mais breve espaço de tempo possível.

Houve um até que aventou a idéia do Ministério da Agricultura e a Prefeitura Municipal construírem um prado de corridas no Leblon, visto, diz a tal publicação textualmente, gastar-se tanto dinheiro em coisas inúteis.

É claro que o autor da idéia acha coisa de suma utilidade um prado de corrida e as razões que apresenta são de tal ordem que, se o artigo fosse assinado, o seu autor merecia ser lapidado pelos miseráveis e pobres que não têm um hospital para se tratar, pelos mendigos e estropiados que não possuem asilo onde se abrigar.

A função primordial dos poderes públicos, sobretudo o municipal, para o incubador de semelhante idéia, é fornecer passatempos a quem os já tem de sobra. Para ele, um prado é coisa de utilidade social, porque lá podem ser exibidas vistosas *toilettes*.

Nesse caminho, a prefeitura deve desapropriar as “montras” da Rua do Ouvidor e da Avenida, para ampliá-las, embelezá-las, de forma a poder aumentar o número de bonecas de cera, vestidas a capricho.

Tudo delira e todos nós estamos atacados de megalomania. De quando em quando, dá-nos essa moléstia e nós nos esquecemos de obras vistas, de utilidade geral e social, para pensar só nesses arremedos parisienses, nessas fachadas e ilusões cenográficas.

Não há casas, entretanto queremos arrasar o morro do Castelo, tirando habitação de alguns milhares de pessoas.

Como lógica administrativa, não há cousa mais perfeita!

O mundo passa por tão profunda crise, e de tão variados aspectos, que só um cego não vê o que há nesses projetos de loucura, desafiando a miséria geral.

Remodelar o Rio! Mas como? Arrasando os morros... Mas não será mais o Rio de Janeiro; será toda outra qualquer cidade que não ele.

É caso de apelar para os ditados. Vão dous: cada louco com sua mania; sua alma, sua palma.

1- O que Lima Barreto entende por megalomania em sua crônica?

2- Na ocupação dos espaços públicos do Rio de Janeiro quais seriam as prioridades da prefeitura?

3- Escreva suas impressões sobre a crônica.

